

**Impactos e Implicações do Desemprego na  
Saúde:  
Um olhar sobre as experiências de género**

**Cátia Sofia Pinto Seixas**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais**

(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Amélia Maria Cavaca Augusto

**Janeiro de 2021**

*Impactos e Implicações do Desemprego na Saúde:*  
Um olhar sobre as experiências de género

## **Agradecimentos**

Um trabalho de investigação é o resultado de uma longa jornada, e ainda que se se trate de uma dissertação para obtenção de grau de mestre requereu longos momentos de reflexão e de escrita solitária. Foi um percurso bonito de aprendizagens e de pessoas que se cruzaram nele. Estes encontros foi o que me permitiu crescer e moldar o meu pensamento e é a eles que me dirijo em seguida, dizendo algumas palavras que expressam a minha gratidão.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, à Professora Doutora Amélia Augusto, por todo o apoio, dedicação, disponibilidade, motivação, esclarecimentos e pela presença constante em toda a investigação.

Agradeço igualmente à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, bem como a todos os docentes da referida instituição pelos ensinamentos e valores transmitidos, que me ajudarão a ser uma boa profissional.

Aos meus pais, irmão e namorado por me terem permitido crescer, chegar até aqui, me apoiarem sempre em quase todas as minhas decisões e acreditarem nas minhas capacidades e conquistas, não me permitindo desistir mesmo quando essa vontade surgia. A eles o meu grande bem-haja pela oportunidade, valiosa, de ter podido completar mais uma etapa de um percurso académico que nos transmite uma visão diferente e crítica do mundo complexo que nos rodeia.

Aos amigos, pela força e motivação, por toda a ajuda e pelos conselhos transmitidos, bem como pela compreensão da minha ausência em muitos momentos em que este trabalho exigiu a minha dedicação. Um bem-haja especial à Juliana, à Isabel, à Maria Luísa, à Carla e à Mónica que estiveram sempre presentes no decorrer de todo este processo que não foi fácil.

Ao GIP – Gabinete de Inserção Profissional, e em especial à D. Teresa, que me permitiram permanecer nas instalações e me disponibilizaram condições para que fosse possível recrutar participantes e realizar as entrevistas de forma segura.

Aos meus entrevistados, gostaria também de agradecer a simpatia, a disponibilidade e o apoio que demonstraram ao colaborarem comigo na execução deste projeto, tornando possível a concretização do mesmo e, dessa forma me permitiram crescer pessoal e profissionalmente.

A todos e a todas, o meu muito OBRIGADA!

*Impactos e Implicações do Desemprego na Saúde:*  
Um olhar sobre as experiências de género

## **Resumo**

A presente investigação centra-se na análise do impacto e das implicações do desemprego na saúde, atendendo, de forma particular, à análise deste fenómeno desde uma perspetiva de género.

A fundamentação para a pertinência deste tema deve-se ao facto de o desemprego ser um determinante social em saúde e uma realidade que constitui a perda, mais ou menos, temporária de fundamentos da construção identitária. Porém, o interesse surge no seguimento deste fenómeno social representar uma ameaça à coesão económica e social do país, que acarreta destaque para as repercussões psicossociais, no plano individual, e nos aspetos negativos (depressão, ansiedade, angustia, stresse, baixa autoestima e autoconfiança, inatividade e isolamento social) que este comporta. O presente estudo dá conta dos efeitos do desemprego ao nível da autoestima, da autoidentidade e do projeto de vida dos indivíduos; analisa os principais aspetos que medeiam a experiência e a produção de significado em torno da experiência do desemprego; esclarece a forma como os indivíduos desenvolvem estratégias para minimizar os impactos decorrentes do desemprego (no que à saúde e bem-estar diz respeito); e analisa as experiências de género atendendo ao processo de adaptação ao desemprego.

A metodologia adotada é de tipo qualitativo, uma abordagem que privilegiou a técnica da entrevista semiestruturada, tendo sido realizadas um total de doze entrevistas a indivíduos que se encontravam há pelo menos um mês no desemprego.

## **Palavras-chave**

Desemprego; Representação Social; Saúde; Experiências De Género

*Impactos e Implicações do Desemprego na Saúde:*  
Um olhar sobre as experiências de género

## **Abstract**

This research focuses on the impact and implications of unemployment on health, taking particular account of the analysis of this phenomenon from a gender perspective.

This study analyzes: the effects of unemployment on self-esteem, self-identity, and the life project of individuals; the main aspects that support experience and the production of meaning around the experience of unemployment; how individuals develop strategies to minimize the impacts stemming from unemployment (with regard to health and wellbeing) and gender experiences in view of the process of adaptation to unemployment.

The methodology adopted is a qualitative research, an approach that focused on the technique of semi-structured interview, where a total of twelve interviews were conducted with individuals who had been in unemployment for at least one month.

## **Keywords**

Unemployment; Social Representation; Health; Gender Experiences

*Impactos e Implicações do Desemprego na Saúde:*  
Um olhar sobre as experiências de género

# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>16</b>
<b>Parte I – Enquadramento Teórico .....</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo 1 – Desemprego: uma realidade de sempre com novas configurações .....</b>	<b>21</b>
1.1 O significado, a importância e a evolução do trabalho .....	21
1.2 Relação entre trabalho, emprego e desemprego .....	29
<b>Capítulo 2 – Desemprego e Saúde.....</b>	<b>36</b>
2.1 A noção sociológica de saúde e doença .....	36
2.1.1 Desigualdades em saúde .....	40
2.2 A importância dos determinantes sociais em saúde .....	41
2.2.1 O desemprego como determinante social .....	45
2.2.2 O impacto do desemprego na saúde das mulheres e dos homens .....	49
<b>Capítulo 3 – Desemprego e Género.....</b>	<b>52</b>
3.1 O género como categoria social .....	52
3.2 Fator de vulnerabilidade associado ao género enquanto categoria social.....	56
<b>Parte II – Delineamento da investigação: das orientações metodológicas à recolha e análise de dados empíricos .....</b>	<b>66</b>
<b>Capítulo 1 – Orientações metodológicas e técnicas de investigação .....</b>	<b>66</b>
1.1 Objetivos de investigação.....	67
1.2 Opções metodológicas .....	67
1.3 Seleção das técnicas de pesquisa .....	68
1.4 Seleção e caracterização dos participantes do estudo .....	69
<b>Capítulo 2 – Análise e interpretação dos dados .....</b>	<b>73</b>
2.1 A vivência e a experiência do emprego .....	73
2.1.1 Perceções em torno do Emprego, Trabalho e Desemprego.....	74

2.1.2 Centralidade do emprego.....	79
2.1.3 Relação com o emprego – Último trabalho .....	82
2.2 Confrontação com o desemprego .....	83
2.2.1 Relações Sociais e Redes de apoio.....	86
2.2.2 Mudanças nos percursos de vida .....	89
2.3 Impacto na saúde e bem-estar.....	91
2.3.1 Perceções de saúde e de bem-estar.....	92
2.3.2 Alterações comportamentais .....	95
2.3.3 Procura de ajuda.....	97
2.4 Estereótipos de género.....	101
2.5 Gerindo o desemprego e perspetivando o futuro.....	106
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>109</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>114</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>124</b>



## **Lista de Figuras**

Figura 1: “Uma taxonomia dos estados possíveis de emprego, desemprego e não-emprego” .....	33
Figura 2: Beneficiários de Prestações de Desemprego da Segurança Social no total de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (%) entre 1985 e 2019.....	34
Figura 3: Beneficiários de Prestações de Desemprego em julho de 2020 .....	35
Figura 4: “Taxa de desemprego (em %), por sexo e idade, em Portugal e na EU 27, em 2015” .....	58
Figura 5: Caracterização sociodemográfica dos indivíduos entrevistados .....	72



## **Lista de Acrónimos**

COVID19	Corona Vírus Disease 19
DGS	Direção Geral de Saúde
FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
GIP	Gabinete de Inserção Profissional
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
RSI	Rendimento Social de Inserção
SS	Segurança Social
UBI	Universidade da Beira Interior
UT	Último Trabalho



## **Introdução**

“(…) que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real (…)”

(Quivy e Campenhoudt, 2008: 15)

A presente investigação, que tem por tema o impacto e as implicações do desemprego na saúde dos indivíduos que estejam a passar por este processo, há pelo menos um mês, com um enfoque particular na análise do género, corresponde à dissertação realizada no âmbito do mestrado em Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais, na Universidade da Beira Interior.

O título, “Impactos e implicações do Desemprego na Saúde: Um olhar sobre as experiências de género”, remete para o facto de o desemprego ser um determinante social em saúde e uma realidade que contribui para a perda, mais ou menos temporária, de fundamentos da construção identitária; e o subtítulo aponta para aquela que é a experiência de homens e mulheres desempregados/as. O interesse surge no seguimento deste fenómeno social representar uma ameaça à coesão económica e social do país, mas ser também uma situação pessoal acarreta importantes repercussões psicossociais para os indivíduos que a vivenciam (depressão, ansiedade, angústia, stresse, baixa autoestima e autoconfiança, inatividade e isolamento social).

O trabalho, para além da fonte de rendimento, é um alicerce importante para a integração social e construção identitária dos indivíduos. Assim, a falta de trabalho vai influenciar o bem-estar e a saúde do indivíduo (Malenfant, LaRue e Vézina, 2007).

Dado que o mercado de trabalho tende a reproduzir e ampliar as desigualdades sociais, enquanto “mediador no acesso aos recursos e às oportunidades” (Cantante, 2018: 1), procuraremos discutir o trabalho enquanto fator central na redefinição de vários aspetos na vida social e, por isso, como fator determinante na construção da identidade dos indivíduos (Larangeira, 2000).

De salientar que o desemprego é a consequência mais notória da crise económica ocorrida no final da primeira década de 2000 e início da segunda, sendo que Grécia, Espanha e Portugal foram os países mais atingidos pela mesma. Em Portugal, assistiu-se a um aumento de 40.5% do número de desempregados entre o terceiro trimestre de 2008 – marcado pelo início das falências de bancos e seguradoras norte-americanas –

e o terceiro trimestre de 2010. Durante este período, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017 *in* Aguiar, Matias e Fontaine, 2017), a região mais afetada foi o Norte do país, tendo registado cerca de 263 milhares de pessoas em situação de desemprego. Em 2016, de acordo com dados recentes (PORDATA, 2017 *in* Aguiar, Matias e Fontaine, 2017), Portugal encerrou este ano com uma taxa de desemprego de 10,2%, apesar de ser o número mais baixo registado desde março de 2009, este ainda constitui um dado preocupante relativamente à economia do país (Aguiar, Matias e Fontaine, 2017). Em 2019, registou-se uma taxa de desemprego de 6,5%, contudo iremos registar no presente ano um aumento considerável, devido à pandemia que está a assolar o mundo, e que será explicada pelo encerramento parcial ou total de muitas empresas (PORDATA, 2020).

O desemprego, segundo Vaz (*in* Dimas, Pereira e Canavarro, 2013), é uma situação que envolve a ausência de carga de trabalho, por norma involuntária, e com implicações ao nível pessoal e relacional, que exige por parte do indivíduo desempregado uma adaptação. A análise que aqui se propõe centra-se numa abordagem micro, onde importa perceber como os indivíduos experienciam e vivenciam a sua situação de desempregados, qual o impacto do desemprego no seu modo e estilo de vida, no seu bem-estar e na sua saúde, e de que modo a falta de emprego configura mudanças ao nível da sua autoestima e identidade. Embora a análise se centre ao nível da experiência individual, esta só pode ser compreendida tendo em conta o contexto histórico, social e económico em que os indivíduos se inserem.

Posto isto, importa avançar que o trabalho, emprego e desemprego são fontes de análise importantes na área da sociologia, e constituem também uma preocupação política, uma vez que é essencial manter uma estabilidade de empregos (Rodrigues *et al*, 1999).

Atendendo a esta abordagem do desemprego e a sua relação com a saúde, é relevante esclarecer, desde logo, o que entendemos por saúde e doença. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), “saúde não é mais que o bem-estar físico, social e psicológico e não a definição de mera ausência de saúde”. Tendo em conta esta definição, podemos traduzir a saúde como um estado de bem-estar físico, económico e psíquico, e não apenas na ausência de doença, tal como é entendida em termos biomédicos.

A área da saúde está relacionada com o emprego/desemprego, uma vez que o facto de se ter um emprego contribui para melhores níveis de saúde e bem-estar. Para além disso, percebe-se que uma organização do trabalho positiva aliada a um estilo de vida organizado e eficaz, juntamente com boas relações sociais em ambiente laboral

contribuem para melhores níveis de saúde. O trabalho constitui o critério base da estratificação social em sociedades avançadas e é ele que assume o papel primordial na organização da existência humana, determinando padrões de identidade e sociabilidade, interesses, atividades políticas, vida em família, estilos de vida, acesso aos recursos económicos e saúde. As condições sociais são determinantes na saúde de cada indivíduo, uma vez que as condições em que vivem ou trabalham influenciam a sua saúde. A pobreza e as más condições sociais podem levar ao aumento do risco de problemas de saúde e, conseqüentemente, de doença. Se as condições sociais não forem favoráveis, a saúde física e mental irá sofrer alterações significativas.

Falar em desigualdades em saúde é fazer referência a um sistema hierarquizado inverso, como nos elucida Luísa Ferreira da Silva (2013), ou seja, a saúde é avaliada em função das categorias socioprofissionais, do nível de estudos, da família de origem e também do sexo, da idade, entre outras. O que nos sugere que os níveis de instrução, bem como os rendimentos determinam a existência ou não de desigualdades em saúde, por exemplo, quanto mais baixos forem os níveis de instrução e respetivos rendimentos, mais negativa será a perceção do indivíduo sobre a sua saúde. Fazendo uso das palavras de Babones (*in* Silva, 2013: 28): “É hoje aceite que a experiência subjetiva do mundo social, influenciando a autoestima e sentimento em relação com a vida, influencia, conseqüentemente, a saúde”.

O desemprego é também um indutor de stress e o seu impacto (na saúde e bem-estar) varia de indivíduo para indivíduo, dependendo de vários fatores associados, sendo que as experiências de género podem ser facilitadoras no processo dessa adaptação (Dimas, Pereira e Canavarro, 2013). Tendo em consideração o exposto, a abordagem do desemprego e a sua relação com o género vem encaminhar-nos para uma leitura sobre as diferenças que estão enraizadas na divisão dos papéis sociais (“aspetos da estrutura social e um sistema de práticas sociais”), fortemente genderizados e que identificam as pessoas como diferentes (“atribui diferentes responsabilidades e confere desiguais privilégios a homens e mulheres”) (Augusto, 2013: 30), o que nos permitirá perceber em que medida estas experiências de género poderão ser mediar o processo de adaptação ao desemprego.

Atendendo a tudo o que foi enunciado anteriormente, é fulcral questionar: quais os impactos identificados por quem experimenta o desemprego? Quais as repercussões desta vivência na sua saúde e bem-estar? Conseguem identificá-las? Será que conseguem percecionar o desemprego como uma rutura da sua biografia? Que efeito tem essa rutura ao nível da sua autoestima e identidade? Quais as estratégias adotadas

para a criação de novas rotinas, de forma a ter uma linha estruturante que anteriormente era dada pelo emprego? Essas estratégias são adotadas e aplicadas de forma diferenciada entre homens e mulheres? Quais os fatores que facilitam essa adaptação ao desemprego?

Atendendo ao exposto, a presente investigação é guiada pelos seguintes objetivos:

- i. Perceber quais são os principais aspetos que medeiam a experiência e a produção de significado em torno da experiência do desemprego.
- ii. Analisar os efeitos do desemprego ao nível da autoestima, da autoidentidade e do projeto de vida dos indivíduos.
- iii. Compreender o modo como os indivíduos desenvolvem estratégias para minimizar os impactos decorrentes do desemprego, no que à saúde e bem-estar diz respeito.
- iv. Compreender em que medida as experiências de gênero são ou não facilitadoras no processo de adaptação ao desemprego.

Desta forma, a metodologia que aqui se propõe avançar, centra-se numa abordagem qualitativa, onde a principal premissa passa por compreender os impactos do desemprego na saúde e bem-estar de indivíduos desempregados a partir da perceção dos próprios, captando alguma variabilidade (diferentes setores de atividade; características diferenciadas, como é exemplo a idade, o gênero e o tempo de desemprego) e perceber em que medida o gênero medeia e constitui essa experiência que resulta do processo de adaptação ao desemprego. A técnica de investigação de recolha de dados é a entrevista semiestruturada.

Assim, a presente investigação organiza-se em duas partes: na primeira apresenta-se o enquadramento teórico que se subdivide por três capítulos. No primeiro capítulo, privilegiámos, uma análise e uma discussão em torno do trabalho (o seu significado social e a sua transformação na organização social) e em torno do desemprego (o seu auge, as implicações a ele associadas e as suas tendências e consequências). O segundo capítulo centra-se na noção sociológica de saúde e doença e nas desigualdades em saúde, bem como na importância dos determinantes sociais em saúde, atendendo ao desemprego como um importante determinante social. Por último, e não menos importante, até porque todos os capítulos conectam-se entre si, no capítulo 3 discute-se o papel de gênero na experiência do desemprego, atendendo à sociologia do gênero e a variáveis que estão inevitavelmente interligadas com o desemprego.

A segunda parte divide-se em dois momentos: o primeiro capítulo centra-se na apresentação e justificação da metodologia adotada, assim como nos procedimentos empíricos, nomeadamente: a natureza investigação, os participantes envolvidos, os instrumentos utilizados para a recolha dos dados, os princípios e procedimentos base para a sua respetiva análise e a justificação das opções tomadas. O segundo capítulo apresenta a análise e a discussão dos resultados dos dados obtidos das entrevistas realizadas com base em todo o procedimento adotado na investigação, recorrendo a autores e a discussões analisados no enquadramento teórico.

## **Parte I – Enquadramento Teórico**

# **Capítulo 1 – Desemprego: uma realidade de sempre com novas configurações**

“Se o trabalho dá recursos (salário), a perda do emprego acarreta um *empobrecimento* das pessoas ou das famílias.”

(Clavel, 2004: 72)

### **1.1 O significado, a importância e a evolução do trabalho**

Antes de se proceder ao debate que nos sugere o título do presente capítulo, entende-se, em primeira instância, expor o que é o trabalho, uma vez que, tal como cita Freire (1993), trata-se de um conceito polissémico, ambíguo e subjetivo que dá origem, eventualmente e, nos tempos que correm, ao não trabalho, ao desemprego.

Atendendo a uma análise macro, o trabalho, quer remunerado ou não, é entendido como a execução de tarefas que requerem um esforço mental e físico com o intuito de se produzirem materiais que impliquem uma utilidade social e um valor económico (Giddens, 2013).

Este pode ser interpretado de forma diferente dependendo do contexto, ainda que a base económica, em regra, seja comum a todas as culturas (Freire, 1993; Giddens, 2013). Para além disso, como nos indicam Rodrigues *et al* (1999) e Giddens (2013), não é só o contexto que dita a diferença das experiências de trabalho, mas também o significado que cada indivíduo atribui ao mesmo, dado que o indivíduo, através do dele, se “transforma e se produz a si próprio” (Rodrigues *et al* 1999: 73). Daí, e como veremos mais à frente, na maioria das vezes os indivíduos sentem-se perdidos e desorientados quando ficam sem o trabalho, sem a atividade, que embora possa causar fadiga, é estruturante das atividades do dia-a-dia.

Assim sendo, nas sociedades modernas o trabalho/emprego é o que ocupa a maior parte da vida dos indivíduos, tornando-se essencial para que se mantenha a autoestima (Giddens, 2013). Nesta linha de pensamento, o trabalho é descrito por Giddens (2013:

1050) como um “elemento estruturante na constituição psicológica das pessoas e no ciclo das suas atividades diárias”.

Não sendo opostos um ao outro, mas tratando-se de sinónimos, os termos trabalho (trabalho remunerado) e emprego referem-se à realização de uma ou mais tarefas efetuadas a troco de um pagamento em forma de bens ou de um valor monetário, vulgarmente designado por salário, que assegure a subsistência (Rodrigues *et al*, 1999). A grande diferença entre os dois conceitos assenta no facto de o conceito de emprego ter por base um acordo de legitimação, entre duas partes, sobre a realização de uma atividade de trabalho, existindo por isso um contrato. E como mecanismo de suporte psicológico que define a identidade do indivíduo e aspetos do seu estatuto, é o que estrutura o seu quotidiano, “produz partilha de experiências e contactos com pessoas fora do núcleo familiar” (Rodrigues *et al*, 1999: 75).

O trabalho foi assumindo assim várias leituras ao longo da história. Dentro delas podemos encontrar a leitura do catolicismo que o via como forma de “expiar o pecado original”; o marxismo que o descrevia como fazendo parte da “essência do homem” e o “socialismo filantrópico enquadrava-o como uma fonte de convívio cooperativo” (Coelho, 2012: 62).

Na verdade, o trabalho seria uma forma do indivíduo apresentar as suas faculdades e, para além deste propósito, seria um meio para os mesmos participarem na vida económica e social. Predominantemente, o trabalho está relacionado com a realização pessoal, uma perspetiva dominante que tem sido central nos estudos efetuados (Silvestre e Fernandes, 2012). Hoje em dia, o trabalho não é visto neste prisma, dado que, este, grande parte das vezes, apenas serve um fim: a questão monetária, levando a que “o nosso envolvimento no trabalho se torna superficial, uma vez que nos falta entendimento do que estamos a fazer” e não serve o princípio da concretização pessoal (Sennett *cit in* Silvestre e Fernandes, 2012: 9), não permitindo expressar as capacidades do trabalhador, tornando-se frustrante, dado que não lhe possibilita expor os seus valores e interesses (Silvestre e Fernandes, 2012).

Se compararmos o conceito de trabalho com a “relação salarial do pós-guerra”, que assentava em contratos mais certos (contratos com duração indeterminada) e com “horário de trabalho completo e regulado por contratação coletiva” e com a possibilidade de se progredir na carreira (Kovács, 2004: 32), hoje, o trabalho, ainda que retorne às formas antigas do trabalho remunerado, assenta em contratos temporários e/ou a tempo parcial (Kovács, 2004). Neste ponto, tal como afirma Kovács (2004), estão incluídas diversas formas de trabalhos, como o trabalho temporário ou a

tempo parcial, o trabalho ao domicílio, o trabalho independente, o teletrabalho entre outras, onde se espera que os indivíduos sejam polivalentes.

Posto isto, há autores que analisam estes contratos típicos e polivalentes em dois ângulos opostos. Um, mais positivo, é analisado sobre uma perspetiva futurista, em que veem esta mudança como a oportunidade de se fazer planos de vida sem que estejamos “presos” a uma só realidade, a de um emprego fixo, permanente e monótono (Handy *in* Giddens, 2013: 1048). Outro, negativo, analisa-se essa “flexibilidade” como sendo algo vantajoso, única e exclusivamente para as empresas/organizações que terão o poder de manipular quanto ao contratar e despedir com a mesma facilidade (Giddens, 2013: 1048). Em última instância, esta “flexibilidade” vai obrigar os “trabalhadores polivalentes”, e à exceção dos indivíduos mais velhos que não terão a mesma capacidade, a encararem a realidade de que não terão esse emprego para toda a vida e a desenvolverem novas capacidades para que possam encontrar e adaptarem-se a um novo emprego (Giddens, 2013: 1049).

Considerado como um desafio significativo por ser efetivamente o que torna o indivíduo protagonista de ação social, o trabalho assume o equilíbrio na vida pessoal de cada um (Castells *in* Coelho, 2012). No entanto, perante uma situação de crise, tendencialmente, o indivíduo é responsável por si, uma vez que existe um “cenário feito de futuros tendencialmente incertos” (Kovács e Sennet *cit in* Coelho 2012: 64).

O individualismo, que suporta esta responsabilização e ligado à crise das sociedades de pleno emprego, é analisado sobre dois pontos de vista distintos. Por um lado, temos a perspetiva liberal que defende que esta iniciativa individual e ética promove o desenvolvimento económico e o progresso social, por outro temos quem defenda que o individualismo quebra os “laços de pertença social e cultural”, existindo uma fragmentação dos “referenciais partilhados” (Coelho, 2012: 64-65; Silvestre e Fernandes, 2012).

Enquanto dever moral e obrigação social, o trabalho assume-se como um meio de se evitarem “males sociais”, processos de vulnerabilização, quer social quer individual, daí ser privilegiada a gestão que o indivíduo faz na procura ativa de soluções para o seu desenvolvimento profissional (Coelho, 2012: 65; Silvestre e Fernandes, 2012).

Adianta Ulrich Beck que “qualquer tentativa de criar um novo sentido de coesão social tem de partir do reconhecimento de que o individualismo, a diversidade e o ceticismo estão inscritos na cultura ocidental” (*in* Hespanha, 2002: 24). Ou seja, para o autor,

seria necessário reconhecer e admitir que estes aspetos fazem parte da sociedade e, portanto, se queremos criar um novo sentido de coesão, temos de os considerar.

Quando se recua até onde surgiu e como evoluiu o trabalho, percebe-se que o mesmo surgiu nas sociedades de caça e coleta. Desde os primórdios, a espécie humana habituou-se a trabalhar para poder sobreviver. O trabalho, que não era remunerado a nível monetário, baseava-se na recolção de plantas, frutas, insetos e reptéis e na caça de pequenos e grandes animais, que seriam, posteriormente, aproveitados para consumo próprio. Já nesta época, o trabalho estava dividido por género, onde as mulheres coletavam e os homens caçavam. Em seguida, desenvolveu-se a sociedade hortícola, onde estavam presentes culturas seminómadas baseadas no cultivo das plantas, bem como na domesticação de animais. Neste tipo de sociedades, começou-se a assistir a um sistema de estratificação e a um crescimento de desigualdades, pois surge um mecanismo económico proveniente de um aumento do comércio acompanhado com a evolução das tecnologias, onde mais uma vez, se mantém o trabalho dividido por género: a mulher passa a lidar com o campo e o homem assume cada vez mais um papel importante na política, na religião e na guerra (Freire, 1993).

Embora as mulheres tenham entrado mais recentemente do que os homens no mercado de trabalho, verificamos que sempre trabalharam, e provavelmente mais do que os homens, se tivermos em consideração que, para além do exposto, as mulheres camponesas trabalharam na agricultura, comercializavam os produtos advindos daí, dedicavam-se ao artesanato e ao fabrico da roupa, e ainda se dedicavam e dedicam às lides domésticas e ao cuidar dos filhos (Schouten, 2011).

Mais tarde, surge a sociedade agrária, onde o trabalho foi melhorado e acelerado com o uso das novas tecnologias, permitindo assim verificar uma separação entre o trabalho e a casa – “mutação na localização do trabalho” (Giddens, 2013: 1014).

Até à primeira modernidade, o trabalho era sob o domínio privado e em condições deteriorantes e não muito dignas. Só com a revolução industrial é que esse trabalho se reestruturou e passou a ser a “essência do homem”, pois foi a partir dele que o indivíduo começou a saber organizar a sua vida privada e, como um “modelo do laço social”, a organizar e construir identidades coletivas (Silvestre e Fernandes, 2012: 5). Desta forma, o trabalho assume aqui uma ferramenta de autorreconhecimento e reconhecimento, útil, pela sociedade. Segundo Bauman (2007) esse reconhecimento veio representar, também, o esforço coletivo em que todos tinham de colaborar para um bem comum (*in* Silvestre e Fernandes, 2012).

Porém, só a partir do século XX é que o trabalho começou a ser visto como um direito. Contudo, ainda estava presente a visão tradicionalista do trabalho na sociedade industrial, dando-se especial atenção ao valor económico (Freire, 1993). Com a evolução do trabalho começa a existir uma preocupação social com a conceptualização do mesmo, dado que tem por base o valor económico e a produção, sendo estes dois pontos os mais dominantes. As condições uniformes de trabalho têm requerido, igualmente, especial atenção até aos dias de hoje, visto ainda existir uma luta social contra o trabalho não digno (Freire, 1993). De referir que só nos “trinta gloriosos” (1945-1975) é que o conceito de trabalho foi colocado em debate e, por isso, reajustado à nova realidade, declarando assim o fim das sociedades de pleno emprego (Silvestre e Fernandes, 2012: 6).

A estabilidade, ao contrário da desestruturação, nunca esteve presente na história da sociedade contemporânea, no entanto há ainda quadros de referência do passado, no que se diz respeito às estruturas e instituições sociais (“na aceção funcionalista do termo”) (Coelho, 2012: 68).

Com a evolução do trabalho, houve necessidade de se estipularem leis relativas ao trabalho, no sentido de se criarem condições dignas para o mesmo. Devido a essa preocupação individualizada, e como resposta, foi criada a 1ª Lei de Peel em 1902, pioneira na Constituição do México em 1917 e na Constituição de Weimar, em 1919. A Constituição de Weimar priorizou a liberdade de escolha na profissão por uma série de circunstâncias, de forma a não se coagir o indivíduo (Freire, 1993).

E com o passar do tempo, foi-se verificando mudanças no mercado de trabalho provenientes da globalização e das inovações tecnológicas, conduzindo ao surgimento de crenças: de que o desemprego é algo difícil de erradicar, onde os “seus efeitos são cumulativos e tendem a configurar uma nova dinâmica social, ainda que ajustes venham a ser feitos e que algumas realidades, hoje observadas, possam ser modificadas” (Larangeira, 2000: 15).

As transformações ocorridas no trabalho, maioritariamente qualitativas, iniciaram-se em 1970. Porém, atualmente ainda existem transformações que deram, segundo alguns estudos, origem à crise do trabalho assalariado que, por sua vez, está relacionado com o compromisso entre o capital e o trabalho, bem como o mercado e o Estado (Coelho, 2012). Estas transformações assentam na flexibilização, o que desafia à competitividade pela qualidade e diversificação de produtos adequados às exigências do mercado atual, questionando assim as teorias de Weber, Fayol e Taylor sobre a divisão racional do trabalho, o trabalho em série, especialização e despersonalização (Coelho, 2012).

Kóvacs e Holman acreditam que estamos perante uma cultura neotaylorista com a introdução de novas tecnologias sem necessariamente haver uma adaptação ao nível da organização do trabalho (*in* Coelho, 2012: 61). Por consequência, existe uma emergência de um “trabalho polissémico”. E, assim, descreve-se o trabalho como complexo, heterogêneo e fragmentado que se diferencia do que conhecemos do taylorismo e fordismo (Coelho, 2012: 61).

Confrontado com a necessidade de se adaptarem às novas configurações do mercado de trabalho, decorrentes do aumento de desemprego, o indivíduo sente-se na obrigação de gerir o seu desenvolvimento profissional de forma independente. Ainda assim, o “indivíduo “soberano” tende a ter, na aparência, a última palavra na organização do seu futuro” (Coelho, 2012: 67). Desta forma, o indivíduo adquire um sentido de dignidade e utilidade, estruturando o tempo e o espaço.

Nas sociedades ocidentais, o recuo do estado social ou de bem-estar pode estar relacionado com o reconhecimento de que já não cumpre qualquer função na reprodução da mão-de-obra necessária à produção de riqueza. Deste modo, mais que focar a sua atenção num “exército de reserva”, o estado social dá preferência à criação de programas de apoio para um batalhão de trabalhadores supérfluos, constituindo meios de vigilância e controle dos pobres. Nesta linha de pensamento, tal como cita Wacquant, “os estados de bem-estar são grandes produtores e modeladores de desigualdade e marginalidade urbanas” (*in* Silvestre e Fernandes, 2012: 11).

Dada a intensa redução da mão de obra, o desenvolvimento tecnológico foi considerado por alguns autores como a terceira revolução industrial, onde também a globalização das economias assume um papel dominante nessa redução. Uma das consequências registadas é a de que não há trabalho para todos, outra é a da “dualização do mercado laboral ou a sua indiferença interna”, já a terceira passa pela “segregação da ética tradicional do trabalho e a emergência de novos e diversos significados que lhe serão atribuídos pelos sujeitos no desenrolar das suas vidas” (Silvestre e Fernandes, 2012: 6).

Assim, caracterizadas pela espontaneidade e pelo apelo à flexibilidade, as relações de trabalho sofreram alterações. Dentro delas temos a responsabilização do indivíduo pelo sucesso ou insucesso da sua “biografia de emprego” (Coelho, 2012: 65), ou seja, o indivíduo é culpabilizado pela sua exclusão, dado que cabe a ele resolver os seus problemas. No entanto, há quem defenda que a pobreza se deve, em parte, a fatores sociais (estruturas sociais vigentes) e não a causas individuais (Augusto e Simões, 2007). Desta forma, marcado por uma “mobilidade acelerada”, o trabalho assume uma instabilidade de estruturas e papéis sociais (Sennett *in* Coelho, 2012: 65).

Posto isto, as novas formas de emprego podem acarretar riscos ou oportunidades, dependendo da situação e da posição do indivíduo, para além de comportarem desvantagens ou vantagens. Deste modo, como afirmam Castel, Castilho, Gorz e Rifkin (*in* Kovács, 2004), estas novas formas de emprego podem interferir negativamente na coesão social e potenciar um retrocesso social. Logo a pertinência dessa flexibilidade de emprego veio reforçar não só a facilidade de contratos e despedimento, como também as formas precárias, como são exemplos o “trabalho mal pago, pouco reconhecido e que provoca um sentimento de inutilidade (...), à restrição dos direitos sociais e também à falta de perspectivas de evolução profissional” (Kovács, 2004: 35).

Desta forma, a sociedade salarial degrada-se à medida que surgem novas formas de trabalho precário. Segundo Keynes (1883-1946), esse acontecimento deveu-se à “falta de poder de compra necessário à aquisição de bens, o que conduziria à falta de estímulo da produção, e, por sua vez, à redução da produção de mão-de-obra” (*in* Giddens, 2013: 1056).

No entanto, como refere Coelho (2012), a mobilidade social começou por ser um mecanismo de reorganização social que é marcada pela heterogeneidade das estruturas ocupacionais, protagonizado pelas transformações tecnológicas. Com o surgimento das novas tecnologias, o indivíduo vê-se forçado a ser autónomo e ambivalente, assumindo a responsabilidade quanto ao seu percurso e evolução profissional (Coelho, 2012). São estas inovações tecnológicas e estes processos de globalização que se complexificam e diversificam as formas de desigualdade social (Augusto e Simões, 2007: 6)

Hoje, com a diversidade e heterogeneidade de grupos sociais tradicionais e novos, vimos (re)configurado o mercado de trabalho, dado que a “desregulação do mercado de trabalho e a perda das conquistas laborais do século XX”, com particular impacto nos diversos grupos sociais, são condições necessárias para a institucionalização de um regime de acumulação flexível e de uma “adequada regulação social”, verifica-se que, quando estes fenómenos são reproduzidos, se perpetuam e reforçam as “novas” formas de exclusão social (Marques, 2013: 1546).

É esta a deontologia que se tenta reforçar e adaptar desde que foi anunciada a crise do trabalho, no entanto, o alargamento do conceito tornou-se incompreensível chegando ao ponto de não se saber o que é trabalho e o não trabalho, tal como afirmam Silvestre e Fernandes (2012), descobriram-se novas formas de matar o emprego (“jazidas de emprego”).

Facultadas as mudanças ocorridas com a crescente globalização económica, muitos são os autores que expõem a incerteza de uma carreira estabilizada, dado que vivemos numa cultura onde a flexibilidade no trabalho traz como malefícios a facilidade de contratação e despedimento. Nesta linha de ação, sobretudo os jovens, já não podem contar com um “emprego para toda a vida”, ainda que muito se invista e se dê especial atenção às qualificações (Giddens, 2013: 1049). Prontamente, assistimos assim à fragmentação da organização do trabalho que está assente numa flexibilidade de emprego: termos contratuais, tempo de trabalho, espaço e estatutos (Kovács, 2004).

Existe, por isso, nas sociedades de capitalismo avançado, uma fragmentação do estatuto de trabalhador, visto que já não há correspondência entre as qualificações e o trabalho que se executa. Deste modo, tal como refere Estanque, este facto suscita que há uma perda da centralidade do trabalho na vida das pessoas (*in* Silvestre e Fernandes, 2012).

Desta forma, o mercado de trabalho tem vindo a registar alterações significativas no que respeita à transição de uma economia ajustada à indústria para uma economia assente nos serviços. E nem todos os indivíduos a veem como uma oportunidade, há quem se sinta perturbado num «mundo em constante mudança». Um dos precursores dessa mudança é a disseminação das tecnologias de informação, que segundo Giddens (2013: 1049), instiga a modificações na estrutura das próprias organizações, “no tipo de gestão utilizado e na forma como as tarefas são distribuídas e executadas”. O cenário da precarização do trabalho que tem crescido nos últimos anos provoca, em alguns indivíduos, um sentimento de receio relativamente à estabilidade, ou falta dela.

Assim, verifica-se que é de extrema importância a construção de novas identidades e padrões de adaptação individual e coletiva no e pelo trabalho que, decorrentes das modificações apresentadas, assentam, segundo Dif, no “declínio ou à decomposição das formas “clássicas” de estruturação da relação com o trabalho que decorre do efeito das iniciativas de mudança organizacional ao nível dos processos de identificação social” e na “emergência (correlativa) de modalidades flexíveis e individualizadas de relação com o contexto de trabalho, decorrente da forma como a socialização dos indivíduos se concretiza no quadro de estruturas de trabalho reconfiguradas pela introdução de novas tecnologias, pela solicitação de polivalência e mobilidade (funcional e horizontal)” (*in* Coelho, 2012: 66).

## **1.2 Relação entre trabalho, emprego e desemprego**

Como vimos, associados à globalização (que produz efeitos não lineares), o processo de diferenciação social, movido por influências políticas e económicas, esclarece-nos quanto à acentuação das desigualdades e à crescente marginalização e destruição das solidariedades sociais nas sociedades contemporâneas (Hespanha, 2002). Uma vez que o mesmo se manifesta no nosso quotidiano e nas instituições em que assentam as nossas sociedades, atuando sobre a segmentação social – declínio de segmentos fracos (grupos sociais que se encontram na base da sociedade) e promoção de segmentos fortes (grupos sociais que se encontram no topo da sociedade), e sobre a individualização da vida social – “maior autonomia dos indivíduos relativamente às estruturas coletivas de autoridade baseadas na tradição ou no poder do Estado” (Hespanha, 2002: 22).

Assim, os contratos com duração indeterminada caracterizados por serem instáveis, flexíveis e assinados, continuam a ser o meio mais usual para a integração da população no mercado de trabalho, sendo, na maioria das situações, a única opção que os indivíduos possuem. Este tipo de empregabilidade tende a manter-se frágil com a falta de formação disponibilizada pela empresa empregadora, bem como a progressão na carreira. São afetos a estes contratos mulheres, jovens, os grupos etários mais elevados, os poucos qualificados e os menos escolarizados (Kovács, 2004: 62). Igualmente, o emprego precário alternado com períodos de desemprego aumenta a fragilidade acarretando, como consequência, a perda da aprendizagem e de qualificações.

Kovács (2004: 63) acredita que existe “um desencontro entre as expectativas dos trabalhadores e as políticas de emprego”, dado que a falsa mobilidade profissional, ou seja, a reprodução de situações de emprego flexível, faz com que os indivíduos procurem aumentar as suas qualificações e adquirir novas competências para obterem contratos mais estáveis, ao passo que os empregadores tentam seguir formas mais precárias. O emprego flexível é visto por alguns indivíduos como uma opção, podendo se tratar de uma situação provisória, para outros trata-se de uma imposição, dado que veem neste tipo de flexibilização uma armadilha para uma espiral de precariedade sem perspectivas futuras (Kovács, 2004).

Existem vários estudos sobre o impacto desta instabilidade, onde se pode verificar dois pontos de vista distintos: de acordo com Raeder, Grote e Billett (2006) (*in* Coelho, 2012), não há qualquer disrupção identitária nos indivíduos, já Sennett (2006) (*in* Coelho, 2012), defende que os indivíduos vivenciam um período de disrupção e conflito

interno. O que se verifica é que a ocorrência de transições e instabilidade no trajeto biográfico referente aos empregos de um indivíduo interfere e delimitam a sua organização. Conseqüentemente, esta ocorrência, além de afetar, perde importância como referencial na orientação e construção identitária (Coelho, 2012: 66).

Desta forma, e nos últimos anos, tem-se vindo a assistir à carência de oferta de trabalho e a um agravamento das desigualdades oriundas, maioritariamente, da incerteza e da desordem registadas no mercado de trabalho, como descrevem Silvestre e Fernandes (2012: 6), assistimos à “possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho”. Posto isto, verifica-se um crescimento do desemprego, uma flexibilização das relações laborais e uma explosão do trabalho precário impreciso e informal. No entanto, a par do que foi dito, o mesmo trabalho “continua a ditar a ordem social” (Silvestre e Fernandes, 2012: 12).

De acordo com Aguiar (2018), o desemprego é descrito como uma fase transitória criada por situações alheias à voluntariedade dos indivíduos. O mesmo surge não só ligado à crise, pois ele é fruto das decisões tomadas em prol da solução de outros problemas económicos, como a precariedade, como nos refere Bordieu (*cit in* Silvestre e Fernandes, 2012). O desemprego alcança, assim, todos os setores empresariais e grupos profissionais, onde é encarado com uma certa normalidade (Silvestre e Fernandes, 2012).

O auge do desemprego foi registado no período da Grande Depressão, que surgiu durante os “trinta gloriosos” anos – início dos anos 70 (Clavel, 2004: 67) e é a partir daqui que surgem os primeiros estudos sobre os efeitos psicossociais do desemprego, predominando o plano individual (Aguiar, 2018). Mais tarde com a intervenção do Estado, na gestão da vida económica, a população começou a acreditar que o desemprego fazia parte do passado e que o pleno emprego viria para ficar. O que é certo, é que até aos anos 70, as políticas implementadas estavam a manter o crescimento económico contínuo sem grandes distúrbios (Giddens, 2013).

O desemprego, bem como a discriminação e a pobreza (entre outros fenómenos a ele associados), coexistem no fenómeno social exclusão, o qual que conduz o indivíduo que não participa ativamente na sociedade para o exterior da mesma (Fernandes *cit in* Rodrigues *et al*, 1999). Atendendo ao défice de coesão social, assistimos à exclusão que se reflete na desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, existindo uma desintegração social, que é pautada pela quebra dos laços de solidariedade e risco de marginalização (Rodrigues *et al*, 1999: 64-65). A exclusão assume, no indivíduo, um sentimento de transformação da sua identidade (sentimento

de autoexclusão) e de inutilidade face à sua incapacidade de fazer frente aos obstáculos que marcam essa exclusão, que inevitavelmente está ligada à sua desintegração social e familiar (Rodrigues *et al*, 1999: 65). Assim, recorrendo a três dimensões da exclusão avançadas por Augusto e Simões (2007: 10-11), temos: a privação (que assenta no acesso a recursos que garantam condições de vida); a desqualificação (que assenta no “descrédito a que são sujeitos aqueles que não participam na vida económica e social”); e a desafiliação (que assenta na quebra de laços sociais).

A deslocalização das empresas para outros locais veio originar na Europa um massivo encerramento de fábricas (devido à deslocalização da produção) e uma massiva entrada no desemprego de população que nunca tinha sido pobre. É essa população que aos 40/50 anos fica desempregada, denominando-se a este fenómeno os “novos pobres”. São “novos”, porque são indivíduos com características completamente diferentes dos pobres, a que designamos, mais clássicos, sendo a partir daqui que falamos da “nova exclusão” explícita em Castel (2000).

Para compreender os “novos pobres” ou a “nova pobreza”, Castel (2000) defende a importância do conhecimento histórico. E, de facto, só conhecendo a história mais recente, do século XIX até aos dias de hoje, é que se consegue compreender a emergência desses “novos pobres”. Castel, diz que a exclusão social (a “nova pobreza”) se processa através de dois eixos: por um lado o trabalho, porque com o crescer do desemprego as pessoas quebram os laços sociais com o mundo do trabalho, por outro a desafiliação, porque indivíduos que estivessem ligados à sociedade, por via do trabalho e emprego, começam a quebrar esses laços sociais quando se veem no desemprego (laços com o trabalho, laços das sociabilidades ao nível da família, da comunidade, do bairro) (Castel, 2000; Castel *in* Capucha, 2005). Trata-se de um processo que leva os indivíduos ao isolamento, expulsando-os de redes sociais e do consumo de bens e serviços essenciais, tais como cuidados de saúde, que estão disponíveis a outros cidadãos (Santana, 2002).

Castel, para falar da desafiliação e da quebra dos laços sociais, vai buscar a ideia de Durkheim, e afirma que tudo acontece ao contrário da ideia que esse autor tinha da sociedade, em que as sociedades modernas ninguém é autossuficiente, todas as pessoas são importantes e estão interdependentes, dependendo umas das outras. De acordo com Castel, há cada vez mais grupos com um número alargado de indivíduos supranumerários, que já não são precisos; que foram expulsos da economia e da sociedade; são considerados excedentes, daí se falar em “nova pobreza”, “novos pobres” (Castel, 2000; Castel *in* Capucha, 2005).

Um dos principais problemas, difíceis de combater, quer na pobreza quer na exclusão social é a questão das consequências de ambas, pois falamos de um desenvolvimento de identidade negativa que é representada pelos indivíduos que se encontram numa situação precária. Portanto, tal como Campos (2013: 17) cita, podemos presumir que a precariedade é uma “barreira à capacidade de resistência dos trabalhadores, ao generalizar a insegurança a partir da instabilidade do emprego e da individualização das relações de trabalho”.

Existem, segundo Rodrigues *et al* (1999), dois perfis identitários, a nível individual, quando falamos em desempregados. Temos os denominados “desempregados ordinários” e os “desempregados de longa duração”. Os primeiros tendem a ser atores estratégicos, na medida em que adotam comportamentos positivos, os segundos tendem a isolar-se e a sofrer “uma incapacidade crónica de produzir práticas sociais estruturantes”. É evidente que as ruturas associadas ao desemprego ultrapassam a ausência de rendimento, ainda que esta última consequência não seja menos preocupante. São estes efeitos que afetam a saúde dos desempregados “fundamentando assim a regularidade social constituída pela incorporação e reprodução do estigma que lhe está associado” (Rodrigues *et al*, 1999: 76-77).

Segundo o que nos expõe Giddens (2013), e como é visível na figura abaixo ilustrada, é difícil de interpretar os dados oficiais sobre quem está de facto desempregado, sendo também difícil de se definir o próprio conceito de desemprego. O desemprego, como foi descrito no primeiro ponto, é o estado em que o indivíduo se encontra perante a ausência de um trabalho remunerado e, por isso, sem uma ocupação dita reconhecível. Dentro deste leque, não são contabilizados, nas estatísticas, os indivíduos que se dediquem ao trabalho doméstico ou a outra atividade não remunerada; os reformados; os que têm empregos a tempo parcial; entre outros. Desta forma, para facilitar a recolha e análise de dados é utilizado como suporte e fonte fidedigna o conceito apresentado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) referente aos desempregados, considerando os “indivíduos que não têm emprego, que estão disponíveis para iniciar uma atividade no prazo de duas semanas e que procuram um emprego no mês anterior” (Giddens, 2013: 1057).

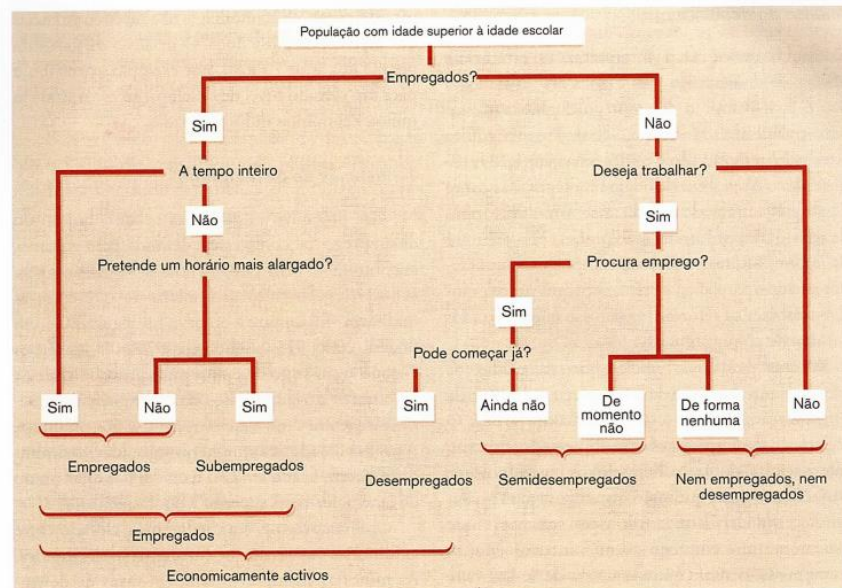


Figura 1: “Uma taxonomia dos estados possíveis de emprego, desemprego e não-emprego”

Fonte: Sinclair (in Giddens, 2013: 1058)

Estes indivíduos acabam por desenvolver uma identidade negativa (não têm rendimentos, por exemplo), marcada por um sentimento subjetivo, que é reforçado com o julgamento que a sociedade perpétua, ao conotá-los negativamente dada a realidade objetiva, conduzindo à perda de identidade (Estanque, 2005). Assim, no que diz respeito à integração e exclusão social, o trabalho/emprego e o desemprego assumem uma centralidade na vida destes indivíduos (Rodrigues *et al*, 1999).

O desemprego acarreta consigo inúmeras consequências, sendo a perda de rendimentos e a perda de “poder”, o que descontrola o seu próprio trajeto. Esta experiência varia de sociedade para sociedade, pois depende da existência ou não de subsídios de apoio prestados. Em Portugal, os desempregados enfrentam dificuldades financeiras agudas, embora experienciem também um momento incerto e inseguro, sendo-lhes prestado assistência médica pública e outros apoios do Estado. Em alguns países ocidentais, esses apoios não são prestados da mesma forma, nomeadamente a assistência médica, pois não é universal e, só por aí, já nos apercebemos das dificuldades acrescidas, como exemplo é o cenário dos Estados Unidos (Giddens, 2013: 1060).

Em Portugal, sabe-se que na transição do ano 2009 para o ano 2010, o número de beneficiários de subsídio de desemprego decresceu consideravelmente, assim menos 67.479 indivíduos receberam esta prestação. Por conseguinte, no ano de 2010 cerca de metade dos desempregados que estavam inscritos e à procura de emprego, não receberam subsídio de desemprego. Tal facto aumentou a responsabilização dos

desempregados face à situação de desemprego vivenciada (Observatório do Emprego e Formação Profissional *in* Silvestre e Fernandes, 2012). Entre 2009 e 2015 houve um decréscimo do número de desempregados abrangidos pelo Subsídio de Desemprego, bem como pelo Subsídio Social de Desemprego, tendo-se registado um decréscimo de perto de 9%. No entanto, no segundo semestre de 2020, o número de Beneficiários subiu mais de 38% em relação ao mesmo período do ano transato interrompendo o ciclo de descidas que se verificava desde 2013 (Hespanha e Caleiras, 2017; Ribeiro, 2020).

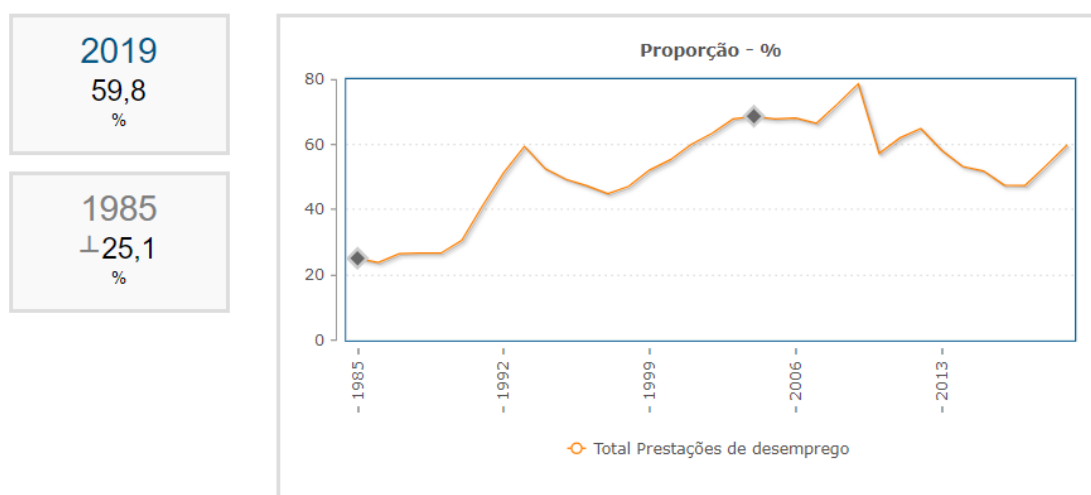


Figura 2: Beneficiários de Prestações de Desemprego da Segurança Social no total de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (%) entre 1985 e 2019

Fonte: (PORDATA, 2020)

Segundo o INE (2020) estes acréscimos são explicados devido à pandemia do COVID19, que não só impediu a procura de emprego, mas também aumentou o desemprego devido ao encerramento parcial ou total de muitas empresas. Assim, em julho de 2020, os Beneficiários de Prestações de Desemprego estimam-se em 221.765, tendo-se registado um aumento considerável devido à pandemia que assolou o mundo neste ano.

**DADOS JULHO 2020:**

<b>PRESTAÇÕES</b>	<b>Nº</b>
<b>Beneficiários de Prestações de Desemprego</b>	<b>221.765</b>
<b>Titulares de Abono de Família</b>	1.096.267
<b>Beneficiários de Subsídio por Doença</b>	165.916
<b>Beneficiários de Prestações de Parentalidade</b>	40.156
<b>Beneficiários de RSI</b>	211.659
<b>Beneficiários de CSI</b>	162.817
<b>Pensões de Velhice</b>	2.064.880
<b>Entidades Empregadoras: Estabelecimentos com situações de Layoff</b>	207
<b>Beneficiários Prestação Social para a Inclusão</b>	109.619

Figura 3: Beneficiários de Prestações de Desemprego em julho de 2020

Fonte: (Segurança Social, 2020)

Esta condição de desemprego é vista como uma experiência individual cujos efeitos emocionais tendem a ser oscilantes, na medida em que num primeiro momento podem estar perante um choque, seguido de uma adaptação ao seu novo estatuto, podendo seguir um rumo positivo face a novas oportunidades. Contudo, quando estas expectativas não são correspondidas, o indivíduo poderá passar por períodos depressivos (Giddens, 2013: 1060).

A par desta adaptação e consequências também se tem de ter em consideração que esta vivência varia em função da classe social. Assim, quando o indivíduo pertence a uma classe baixa as “consequências do desemprego são sobretudo sentidas a nível financeiro”, mas quando se trata de indivíduos pertencentes à classe média, as consequências passam sobretudo pela perturbação “no que respeita ao seu estatuto social e não ao nível financeiro” (Giddens, 2013: 1060).

## **Capítulo 2 – Desemprego e Saúde**

“A perda de emprego perturba as referências do indivíduo na sua vida quotidiana e os seus ritmos espaço-temporais.”

(Clavel, 2004: 89)

### **2.1 A noção sociológica de saúde e doença**

Nas sociedades modernas, a conceção de saúde surge como forma de abordar as diferentes perspetivas referentes aos fenómenos da saúde e da doença. Ambos os conceitos (saúde e doença) estão interligados, embora não sejam duas faces da mesma moeda e, muito menos, sejam opostas uma à outra, como veremos (Carapinheiro, 1986).

A saúde, tal como a doença, é um fenómeno social total<sup>1</sup> que abarca várias dimensões. Dentro dela encontramos, por exemplo, a perspetiva do doente e a perspetiva da sociedade que se organiza para resolver um problema social. Desta forma, a saúde está ligada a um sistema simbólico e complexo do funcionamento da vida coletiva de uma cultura e de uma sociedade (Carapinheiro, 1986). Claudine Herzlich e Janine Pierret defendem que a ideia de doença, ao ser analisada à luz da “conceção organicista”, não permite perceber a sua realidade como fenómeno social (*in* Carapinheiro, 1986: 11). Deste modo, para se analisar a doença dever-se-á ter atenção às interações dos indivíduos com o médico, sem que nos afundemos num modelo tipicamente médico (Carapinheiro, 1986).

Enquanto fenómeno social, a noção de doença é mais do que acontecimentos biofisiológicos. A mesma, deve ser compreendida e interpretada de acordo com a experiência biográfica dos indivíduos e de acordo com as estruturas sociais que influenciam essa experiência de doença, pelo que não deve ser apenas compreendida tendo por referência o modelo biomédico (Conrad e Barked, 2011). Desta forma, a

---

<sup>1</sup> O fenómeno social total é avançado por Marcel Mauss, querendo referir-se a um conjunto de fatos que se relacionam de forma complexa. Trata-se ainda de uma construção reflexiva que ajuda a incluir várias instâncias (como é exemplo a saúde) numa perspetiva relacional (onde é fulcral o papel do sujeito social na sua saúde) (Setton, Marcel e Nobert, 2013).

noção de saúde diz também respeito à construção social e cultural e à experiência subjetiva da doença .

Apesar da importância da medicina, a doença é um fenómeno que a ultrapassa, e que não se reduz apenas à informação médica, mas também à interpretação e aos significados que lhe são atribuídos (Herzlich, 2005). Fazendo uso das palavras utilizadas pela autora na conclusão do seu estudo: “Por meio da saúde e da doença, temos, portanto, acesso à imagem da sociedade, de suas 'imposições', tais como o indivíduo as vive” (Herzlich, 2005:26).

No fundo, a experiência da doença é construída socialmente, uma vez que cada indivíduo interpreta a sua doença e dá-lhe um significado. Segundo Freidson (1970), um médico ao diagnosticar uma doença modifica o comportamento do indivíduo por meio de um diagnóstico (Freidson *in* Conrad e Barked, 2011). Quando a doença se torna um “problema biográfico”, os indivíduos tendem a assumir novos papéis no desenvolvimento das suas vidas. Da mesma forma, as doenças crónicas podem provocar uma reavaliação da sua identidade e do seu trajeto biográfico, levando em alguns casos à criação de uma nova identidade (Conrad e Barked, 2011).

De acordo com os conceitos apresentados (saúde e doença) temos dois modelos explicativos: o modelo biomédico, que assenta em conceções meramente fisiológicas, ou seja, explica a doença através de uma visão organicista da doença (evolução biológica das doenças) ignorando o envolvimento de determinantes sociais e culturais (Gonçalves, 2006). No fundo, os princípios deste modelo assentam numa visão mecanicista e reducionista, numa orientação científica do século XVII (Albuquerque e Oliveira, 2002). Por sua vez, o modelo biopsicossocial assenta numa explicação multicausal, que atende quer às variáveis biológicas individuais (trajetórias biográficas) quer às variáveis socioculturais, “facto que sublinha a construção social”. Segundo Gonçalves (2006: 164), estes modelos “têm evoluído desde a ênfase colocada na superstição, passando pela atenção centrada no indivíduo, até à ênfase colocada na globalidade da pessoa relativamente ao seu ambiente e à sociedade”.

Atendendo ao exposto, na contemporaneidade predomina o modelo biomédico nos modos de pensar a saúde. Este modelo corresponde a uma visão organicista da doença, um modelo reducionista que reduz as causas das mesmas a fatores bio fisiológicos. Assim, nos países desenvolvidos, estar doente é ser medicamente assistido ignorando os possíveis determinantes sociais associados à doença.

Ainda que tenhamos muito presente a ideia de saúde como ausência de doença, ou a doença como ausência de saúde (Albuquerque e Oliveira, 2002), assumindo assim uma ideia biofisiológica que advém de um conhecimento médico científico sobre estas questões (saúde e doença), sabemos que ambos os fenômenos têm uma construção fortemente social e não podem ser compreendidos fora do contexto social, fora de uma determinada cultura, tempo e espaço (Carapinheiro, 1986; Gonçalves, 2006).

Desta forma, a saúde deve ser compreendida e analisada tendo em conta os pressupostos do grupo/sociedade, pois a interpretação que os indivíduos têm sobre saúde e doença reflete-se no contexto cultural e na organização da sociedade. As construções sociais da saúde e doença resultam da construção de ideias em volta de uma determinada realidade, daí ver-se ambos os fenômenos associados a “estados abstratos” e a “estados físicos” (Fernandes e Lopes, 2000; Conrad e Barker, 2011).

Do ponto de vista sociológico, interessa-nos o modo como o indivíduo se sente e não a doença, dado que ter saúde não é autoevidente. Desta forma, a ideia simplista e negativa de saúde (ausência de doença) está a ser posta em causa, como nos expõem Fernandes e Lopes (2000: 2), dado que em situações de desconforto e mal-estar existe um “desequilíbrio dinâmico entre o indivíduo e o meio”. Os mesmos autores acreditam que “este equilíbrio se refere ao desenvolvimento de possibilidades de natureza biológica, psicológica e social de modo que cada um determine a sua funcionalidade, face ao seu contexto e projetos de vida, de modo a atingir a sua máxima competência” (Fernandes e Lopes, 2000: 2).

Neste seguimento, torna-se importante perceber-se o modo como o indivíduo entende a doença – *illness*<sup>2</sup>, ou seja, a produção de significados em torno da doença (doença do doente) e que está ligada à experiência de cada um (experiência vivida) e não necessariamente à *disease*<sup>3</sup> – referente à patologia, à forma como o médico encara a doença. Enquanto experiência do doente, a *illness* reflete-se na construção social, que se espelha nas “experiências de estados alterados do bem-estar e do funcionamento social, ou experiências subjetivas de mal-estar” (Pereira, 1987: 187). A par desta, também é importante se ter em consideração a *sickness*, dado que se refere ao modo como a sociedade vê a doença (Pereira, 1987).

---

<sup>2</sup> Refere-se à ideia de mau estar subjetivo (Pereira, 1987), isto é, ao modo como os indivíduos veem e interpretam a sua doença (Herzlich, 2005; Conrad e Barker, 2011).

<sup>3</sup> Refere-se ao modo como o médico define e entende a doença (com sinais, sintomas e respetivo tratamento) (Herzlich, 2005; Conrad e Barker, 2011).

Segundo Herzlich (*cit in* Albuquerque e Oliveira, 2002) podemos classificar a concepção (leiga) de doença em três metáforas: uma delas é a “doença como libertadora”, ou seja, a doença como emancipadora das responsabilidades ou das pressões quotidianas; outra é o indivíduo ver a “doença como destruidora”, isto é, que interfere no seu papel familiar ou profissional caso a mesma, limite a sua capacidade para assumir certas responsabilidades e o leve à perda da sua posição social e provocando isolamento social; e, por fim, temos a “doença como desafio”, em que os indivíduos acreditam que a energia e o seu empenho para se sentirem melhor é benéfico para a sua recuperação (Albuquerque e Oliveira, 2002)

Para afastar a ideia da noção de saúde biomédica<sup>4</sup>, a Organização Mundial de Saúde (OMS) adotou uma definição de saúde de forma a acrescentar aos aspetos biológicos um completo de bem-estar físico, psicológico e social. Esta definição remete-nos para uma ideia de felicidade extrema, comprometendo a ideia de realização pessoal que é profundamente subjetiva, o que faz com que a definição apresentada pela OMS seja contestada, pois não permite operacionalizar a saúde (Carapinheiro, 1986; Badziak e Moura, 2010). É uma definição irrealista e muito relativa, dado que não se consegue dar conta da multiplicidade das dimensões que cada indivíduo atribui ao bem-estar físico, ao bem-estar psicológico e ao bem-estar social (Carapinheiro, 1986). Contudo, não deixa de ser relevante, por afastar a noção puramente biomédica da saúde.

Reforçando o exposto, a definição de saúde varia de sociedade para sociedade e, mesmo dentro de uma mesma sociedade, a definição de saúde ainda pode variar em função da idade, sexo, classe social e etnia (Gonçalves, 2006; Badziak e Moura, 2010). Assim, podemos assumir que não há uma definição universal para o conceito de saúde, nem mesmo um consenso. Pois a forma como as pessoas atribuem, ou constroem, significados em torno da saúde e da doença, o sentido que lhe dão, bem como a experiência que relatam, traduzem-se na construção social destes dois conceitos, que, como foi mencionado, não podem ser compreendidos fora do contexto social (Gonçalves, 2006).

A saúde é um valor supremo nas sociedades contemporâneas, que justifica quase tudo. Porém, tem-se conhecimento que a saúde nem sempre foi um valor fundamental nas sociedades, pois não havia uma individualização da doença, mas sim uma coletividade (Nunes, 2009).

---

<sup>4</sup> A doença é vista objetivamente, ou seja, a mesma é identificada através de sinais e sintomas bem como as causas que atacam o corpo. É neste modelo que assenta toda a medicina ocidental moderna (Gonçalves, 2006).

### **2.1.1 Desigualdades em saúde**

É já sobejamente reconhecido que as desigualdades sociais têm impactos em termos de saúde, afetando desproporcionalmente a saúde dos mais vulneráveis e, sobretudo, dos socialmente excluídos. As desigualdades em saúde são, também, uma expressão dessas desigualdades mais gerais. A igualdade na saúde virá com a redução das desigualdades de gênero, étnicas, raciais e outros fatores discriminatórios no trabalho, dado que a mesma é mediada pela segurança financeira do mercado de trabalho (CDSS, 2010).

Neste sentido, é importante sublinhar a forte associação entre as classes sociais (baixo rendimento) e uma tendência reduzida na utilização e acesso aos serviços de saúde (Santana, 2002). Em contrapartida, os melhores serviços estão nas zonas mais “ricas”, onde existe baixa morbidade<sup>5</sup>. Assim, verifica-se que a falta de acessibilidade aos cuidados de saúde determina que o uso de serviços básicos de saúde ou de emergência é mais reduzido, na medida em que se reconhece que os indivíduos pobres têm utilizado os serviços de saúde apenas quando enfrentam a doença, sendo as consultas médicas de rotina (prevenção) pouco frequentes (Santana, 2002).

Existe por isso essa tendência geradora de desigualdades que agrava, em certa medida, as condições de saúde dependendo do lugar (geográfico, mas também social) em que os indivíduos se encontrem, - “*Inverse care law*” – quer isto dizer que, em zonas menos favorecidas há menos recursos de saúde, comparativamente às zonas mais favorecidas e fortemente desenvolvidas, onde se encontram diversos cuidados de saúde (no privado e ou no público) (Santana, 2002; Burgard, Brand e House, 2007; Levecque *et al*, 2011).

Deste modo queremos dizer que, da mesma forma que a doença em si não comporta apenas causas biológicas, as desigualdades em saúde não se devem apenas a desigualdades no usufruto do sistema de saúde, mas também a desigualdades estruturais presentes no quotidiano. Assim verifica-se que é importante ter uma visão alargada de saúde, onde o bem-estar é algo complexo que intersecta com outras variáveis, nomeadamente aquelas que são conhecidas como determinantes sociais em saúde.

---

<sup>5</sup> “*Inverse care law*” lei da tendência para medidas com mais recursos se centrarem em zonas mais ricas.

## **2.2 A importância dos determinantes sociais em saúde**

Sabendo que os determinantes sociais remetem para a forma como as condições sociais e económicas dos indivíduos influenciam a sua saúde, quer positivamente como negativamente, importa abordarmos os determinantes sociais mais impactantes nas sociedades modernas.

Assim, importa avançar que a gestão da saúde não se limita à saúde em si, mas sim à gestão de determinantes de saúde, como são exemplo o ambiente psicossocial, o *status* socioeconómico, a pobreza, o acesso a cuidados médicos e de saúde, o trabalho/emprego, o desemprego, entre outros.

O suporte familiar, de amigos, da vizinhança e da comunidade local, ou seja, o suporte das redes de apoio são determinantes sociais positivos para as condições de saúde, uma vez que há partilha de afetos, preocupação e assistência, o que influencia positivamente o bem-estar psicológico dos indivíduos (Badziak e Moura, 2010). Na promoção da saúde é necessário a existência de políticas públicas sociais de apoio aos mais vulneráveis criando condições para um desenvolvimento humano, social e psicológico equilibrado através da diminuição da pobreza, do acesso a cuidados de saúde básicos e avançados, do acesso à educação e ao estímulo de programas de apoio alimentar e económico (Zioni e Westphal, 2007; Badziak e Moura, 2010).

Quando estes fatores estão desequilibrados, o indivíduo vive uma vida mais stressante. A perda de emprego leva a uma redução do rendimento económico que irá afetar a sua vida social e familiar, levando muitas vezes à depressão e correndo o dobro do risco de doenças graves. O desequilíbrio psicológico tem um impacto preponderante na vida social do indivíduo, que tende a se isolar e a viver em constante tensão física e psicológica, levando, muitas vezes, à desagregação da família e à marginalização do indivíduo.

Associado a esse nível de stresse, surgem sentimentos de decepção, raiva, entre outros, que contribuem para o desenvolvimento de depressão e alterações fisiológicas, como é exemplo a concentração de colesterol, doenças cardiovasculares e diminuição da imunidade (Bartley, 1994; Siegrist, 2000). Para além disso, verifica-se que o aumento do consumo de álcool e tabagismo está diretamente relacionado com o desemprego de longa duração, evidenciando-se mais nos homens jovens e adultos e em algumas mulheres mais jovens, no entanto muitas vezes a maternidade ajuda a controlar esta dependência e a diminuí-la (Reine, 2009). Mesmo que antes da ocorrência do

desemprego tenha havido um controlo do comportamento em saúde, verifica-se que há na mesma um aumento do tabagismo e consumo de álcool após o desemprego (Reine, 2009).

Quanto mais tempo o indivíduo viver em situações de desvantagem social ou económica, maior será a probabilidade de envelhecer sem qualidade de vida, isto é, sem saúde. As políticas governamentais devem providenciar o acesso a cuidados primários de saúde de forma a promover hábitos saudáveis de crescimento, desenvolvimento e envelhecimento. A falta de cuidados de saúde é um determinante social no desemprego, muitas vezes a falta de saúde leva o trabalhador a ser mais absentista no seu emprego levando a empresa a prescindir dos seus préstimos (Pinheiro e Monteiro, 2007).

O desemprego coloca a vida dos indivíduos em maior risco, estes correm um risco maior de morte prematura (Wilkinson e Marmot, 2003). A ansiedade provocada pela possibilidade de perda de rendimentos e, conseqüentemente, a concretização dessa perda leva à degradação da saúde mental que se poderá refletir na saúde física (Wilkinson e Marmot, 2003). É fundamental que o acesso, aos cuidados primários de saúde sejam acauteladas pelos diferentes governos. Estes cuidados devem ser independentes do *status* socioeconómico de cada indivíduo (Wilkinson e Marmot, 2003).

O *status* socioeconómico corresponderá a diferentes vulnerabilidades e exposições baseadas numa hierarquia assente nos atributos sociais e económicos, os quais expõem a saúde do indivíduo aos riscos e benefícios, atendendo ao meio físico e social envolvente (Cardoso, 2006). Sendo que o mesmo (*status* socioeconómico) afeta estilos de vida e conduz a fatores de stress, produzindo riscos sobre a saúde (Wilkinson e Marmot, 2003; Cardoso, 2006). Assim, quem tiver um *status* socioeconómico mais elevado terá mais oportunidades de aceder a benefícios em termos de saúde, e quem não possui esse *status*, não obterá o mesmo acesso a cuidados médicos e de saúde (sendo este um forte determinante social da saúde), estando propensos a correr o dobro do risco e /ou a adversidades, e estarem, da mesma forma, sujeitos a doenças graves e à morte prematura (Wilkinson e Marmot, 2003; Cardoso, 2006). No entanto, estas desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, diferem em todos os *status* socioeconómicos, e não apenas nos mais desfavorecidos, uma vez que a posição social que cada um ocupa é determinante para os cuidados de saúde que recebe (Wilkinson e Marmot, 2003).

A pobreza é um outro determinante social da saúde, dado que causa um sofrimento emocional, enfatizando a ansiedade e o medo perante as condições vulneráveis que os

indivíduos enfrentam, pois, o impacto de quem vive neste limiar é mediado por fatores como: vergonha, estigma, humilhação, risco de vida, violência e falta de apoio social (Patel e Kleinman, 2003). A pobreza é colocada em ênfase, quando se relaciona o desemprego com os problemas de saúde (Bartley, 1994).

Segundo os estudos já desenvolvidos, o emprego corresponde a uma forma de organização social que confere ao indivíduo um dado *status* (Reine, 2009), o qual poderá dar uma maior oportunidade de decisão, influenciando positivamente a saúde. Logo o papel do emprego é um forte determinante da saúde (Reine, 2009). Assim, quem tiver um melhor e maior controlo no trabalho, terá uma saúde melhor, comparativamente àqueles que não têm esse controlo (Wilkinson e Marmot, 2003; Ludermir, 2008; Reine, 2009). Desta forma, o trabalho é visto como o elemento fundamental de organização individual e social que contribui para os bem-estares mencionados (Pinheiro e Monteiro, 2007), pois permite a elevação do *status* social, a independência económica, a satisfação com a vida, a alta autoestima e a felicidade (Reine, 2009). Segundo Borges e Tamayo (2001) o trabalho “é o meio de produção da vida de cada um, criando sentidos existenciais ou contribuindo na estruturação da personalidade e da identidade” (*in* Pinheiro e Monteiro, 2007: 36).

Assim o trabalho, além de ser visto como um dever moral, contribui para a construção da identidade do indivíduo. Por isso, com o afastamento do mundo do trabalho/emprego, o indivíduo afasta-se das suas principais referências quotidianas. Posto isto, existe uma perda de um *status*, uma rutura social onde encontra na doença um refúgio, uma vez que, perante a sociedade, “estar doente passa a ser menos constrangedora socialmente do que a de estar desempregado” (Pinheiro e Monteiro, 2007: 37; Ludermir, 2008). Como nos diz Nicolas Dodier, o trabalho determina o estado de saúde e a sua gestão influenciará outras atividades (*in* Carapinheiro, 1986: 12).

Logo, a relação que se estabelece entre o desemprego e os problemas de saúde que o mesmo acarreta é alvo de particular atenção. Sabemos que tanto o desemprego como as condições de trabalho assumem um papel fundamental na construção de estilos e qualidade de vida, aspetos que estão inequivocamente associados com a saúde. Quando o emprego e condições de trabalho são agradáveis e aceitáveis, para além da segurança financeira, do estatuto social e do desenvolvimento pessoal que os mesmos proporcionam, verificam-se, ainda, aportes no que concerne à autoestima e à proteção contra riscos de doença, além de fomentarem as relações sociais (Wilkinson e Marmot, 2003; Valadas, 2013).

Fatores de ordem psicossocial, comportamental e fisiológicos estabelecem uma relação entre o desemprego e a saúde, onde o contexto, as relações de trabalho e as políticas sociais se interligam e reproduzem em diferentes níveis de agregação (Kessler, Turner e House, 1988; Gonçalves, 2008). A falta de trabalho representa, como descrevem Leon e Iguti (*in* Pinheiro e Monteiro, 2007: 38), ruturas a vários níveis que afetam não só o indivíduo, como também o seu contexto familiar. No entanto, a rutura que mais se destaca, segundo Ezzy, é o desequilíbrio económico que levará à perda de estatuto social (*in* Pinheiro e Monteiro, 2007: 38). As consequências deste para a saúde dependerão de fatores sociodemográficos, da personalidade, da situação e do tempo, bem como dos sistemas de apoio social que existem (Reine, 2009).

Outra análise importante a fazer, a respeito do impacto na saúde, é a interação entre o trabalho e o desemprego uma vez que, tal como menciona Stewart, muita das patologias já advêm do trabalho e podem fomentar a perda do mesmo. A autora destaca ainda que os desempregados com saúde precária são os que tendem a permanecer mais tempo nessa condição e são consideravelmente os contabilizados estatisticamente (Stewart *in* Pinheiro e Monteiro, 2007). As situações de desemprego conduzem a uma mobilidade descendente e, tendencialmente, a situações de pobreza, com os impactos já avançados em termos de saúde.

Segundo Paugam, a saúde mental é diretamente afetada pela insatisfação e instabilidade no emprego, sendo que a integração no mesmo é problemática e difícil. Por sua vez, Siegrist afirma que se os esforços de um indivíduo num determinado trabalho não forem recompensados com um salário decente, reconhecido, respeitado e com segurança levará a um desequilíbrio do trabalhador. Em suma, se um trabalhador não for reconhecido e valorizado financeiramente no seu emprego e as condições de trabalho não corresponderem às suas expectativas, estas serão determinantes negativos na sua saúde a longo prazo (*in* Malenfant, LaRue e Vézina, 2007).

Os determinantes sociais em saúde vêm assumir, assim, um papel importante na mitigação do risco, dado que estão preocupados com os aspetos fundamentais da vida dos indivíduos e com as circunstâncias de trabalho, bem como com os seus estilos de vida, sugerindo para esse efeito um investimento em políticas de saúde (CDSS, 2010).

### **2.2.1 O desemprego como determinante social**

Reforçando o exposto no início deste capítulo, a saúde e a doença são fenômenos sociais, porque são influenciados pelo contexto social, onde a relação que as pessoas estabelecem com a saúde e a doença reflete, não só a cultura a que pertencem, como também a posição social que ocupam (Pinheiro e Monteiro, 2007). Relativamente à posição social que ocupam, esta é marcada pelo sentido de inclusão social que o trabalho evoca. Segundo Vasconcelos e Oliveira (2004, *in* Pinheiro e Monteiro, 2007), esta informação só vem reforçar a importância que a sociedade dá à posição social que se ocupa, ao trabalho que se executa e ao salário que se recebe. Assim, quem está desempregado e, por isso, não exerce uma função, não recebe um salário, não ocupa uma posição socialmente reconhecida na sociedade, pode estar exposto a um eminente processo de desvalorização social (Pinheiro e Monteiro, 2007). Esta desvalorização social, a impossibilidade de se “expressarem e deixarem a sua marca no mundo”, é a consequência da centralidade que o trabalho assume, desde sempre, na sociedade (Lima e Borges, 2002 *in* Pinheiro e Monteiro, 2007: 36).

Estar desempregado acarreta assim a condição de estigmatizado, dando azo a sentimentos de insegurança, ansiedade e vergonha, assim além das consequências económicas e sociais a longo prazo, o desemprego representa, na saúde dos indivíduos, um stress agudo e crónico que advém da interrupção imediata de um papel social (Bartley, 1994; Burgard, Brand e House, 2007). Desta forma, poder-se-á dizer que a determinação do estado de saúde dependerá quer do sexo, ou seja, diferenças biológicas, quer do género, que se traduz nos papéis socialmente contruídos e atribuídos aos homens e às mulheres (Connel e Messerschmidt, 2013), como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

De acordo com Burgard, Brand e James, o desemprego, nomeadamente a perda involuntária de emprego, está associado a uma autoavaliação geral negativa de saúde e a sintomas mais depressivos, causando um declínio na mesma (Burgard, Brand e House, 2007). O desemprego juntamente com outros eventos stressantes tem sido associados como as causas da origem de problemas de saúde mental e física, mas o fator mais crónico e com eventos “agudos” tem sido as consequências provenientes unicamente do desemprego, dado que o mesmo acarreta a perda de ativos psicossociais, ou seja, a perda dos objetivos e sentido da vida para estes indivíduos, a perda de apoio social e a perda de controlo e estrutura do tempo (Kuhn, Lalive e Zweimuller, 2004; Burgard, Brand e House, 2007). Sendo que poderá estar associado a

um aumento do consumo de álcool e tabaco; a uma diminuição do bem-estar subjetivo; a um aumento da doença cardíaca coronária, como já referenciado; e a um aumento do risco de problemas de saúde mental (Bartley, 1994; Ferreira *et al.*, 2015). Os problemas de saúde, que são maioritariamente relatados pelos desempregados, passam pelo sentimento de culpa, vergonha, preocupação, stresse, raiva, tristeza, ansiedade, baixa autoestima e a perda de interesse pela vida (depressão), ficando mais suscetíveis a permanecerem numa situação precária do que a serem reempregados (Malenfant, LaRue e Vézina, 2007; Reine, 2009). Talvez por ser altamente stressante e por se tratar de uma perda, o desemprego é caracterizado por Bartley (1994) como uma forma de luto.

Por todos os problemas associados ao desemprego, e atuando como um evento stressante na vida dos indivíduos, o mesmo aumenta o risco de morbilidade, ou seja, existe uma propensão a doenças físicas e mentais bem como ao uso frequente de serviços de saúde e um aumento de risco de mortalidade, dado que o suicídio é a causa de morte mais comum entre os desempregados, maioritariamente do sexo masculino (Bartley, 1994; Jin, Shah e Svoboda, 1995; Reine, 2009). Segundo um estudo referente ao ano de 2004, as prescrições de medicamentos aumentam, em cerca de 6% passado um mês no desemprego (medicamentos psicossomáticos) (Kuhn, Lalive e Zweimuller, 2004). Em Portugal, segundo o Infarmed, no primeiro semestre deste ano venderam-se mais 248 mil embalagens de antidepressivos do que no igual período do ano transato, no entanto, não é referido qual a percentagem de medicamentos que correspondam a uma situação de desemprego. Até porque segundo o Diretor do Programa Nacional para a Saúde Mental “o desemprego não se trata com antidepressivos, mas sim com empregos” (Campos, 2020).

Fazendo uso das palavras de Dejours (*in* Pinheiro e Monteiro, 2007), a ligação que se estabelece entre a saúde e estar desempregado passa pela forma como o indivíduo processa essa nova etapa, de forma dinâmica e desafiante, fazendo frente a situações que poderão provocar-lhe sofrimento. Esta relação, entre saúde e desemprego, poderá assentar nas tensões associadas à redução da integração social, à tensão financeira e conjugal que levará, em certa medida, a um aumento de eventos stressantes no decorrer da vida (Kessler, Turner e House, 1988).

Segundo um estudo analisado por Pinheiro e Monteiro (2007) o indivíduo desempregado, antes de entrar (e se entrar) num processo de adoecimento psíquico poderá passar por quatro fases: mudança de humor e insónias na tentativa de procurar soluções para a sua situação; processo de transição caracterizado por desânimo, tristeza

e início de um processo de isolamento; adaptação à patologia; e por fim, encontramos o cansaço afetivo e o desalento (deterioração da sua imagem) (Pinheiro e Monteiro, 2007).

Reportando-nos à análise que suscita o presente capítulo, existem influências subjetivas da saúde que fazem com que as pessoas se sintam saudáveis ou doentes. Até porque e, segundo Fernandes e Lopes (2000: 1), os fenómenos de saúde e doença são experimentados pelo corpo do indivíduo, sendo este o “terreno privilegiado da sua experiência de viver”. Mesmo que fisiologicamente estejam saudáveis, se algo de diferente acontece no meio social, como é exemplo a rutura com o meio laboral (o ficar/estar desempregado), pode fazer com que os indivíduos se sintam doentes (Pinheiro e Monteiro, 2007). Deste modo, dado que o desemprego implica a rutura dos indivíduos com as suas principais referências quotidianas, este assume uma posição negativa para a sociedade, conduzindo os indivíduos a uma identidade e autoestima negativas.

Em suma, e citando Gonçalves (2006: 167), “a evolução social diz-nos que o reconhecimento da doença (e a sua gravidade) é influenciado por aspetos situacionais, por exemplo os acontecimentos de vida”, e o desemprego, como fenómeno com diversas implicações, nomeadamente na saúde. E hoje, dada a pandemia (COVID19), o curso da história está a mudar, trazendo consigo um efeito de disrupção que mexe com as relações sociais, rituais públicos e aumenta a solidão, a angústia, tornando-se mais evidentes os problemas de saúde mental das sociedades onde vivemos. Há a pressão e a competição no esforço profissional, e há uma diminuição dos rendimentos fruto dos despedimentos que se arrastam com os efeitos desta pandemia, sendo que o desemprego está fortemente relacionado com o aumento dos problemas de saúde mental, como é exemplo as perturbações de ansiedade, as depressões e eventuais suicídios, que são o espectro final da depressão (pelo menos 90% dos indivíduos que se suicidam estão profundamente deprimidos) (Ferreira, 2020). Assim, o Estado deve assegurar um conjunto de medidas de políticas sociais que garantam o bem-estar dos seus cidadãos, proporcionando condições de emprego e de saúde.

Não obstante os impactos do desemprego na saúde dos indivíduos desempregados, é importante analisar criticamente a medicalização do desemprego, a qual o transforma num problema médico e individualiza as suas causas. Segundo a tese da imaginação sociológica de Mills, as perturbações dizem respeito a problemas pessoais, a resolver no âmbito da ação dos indivíduos. As questões dizem respeito a questões públicas, que pertencem à estrutura social, e por isso não são passíveis de serem resolvidas pelos

indivíduos (Mills *cit in* Holmqvist, 2009: 406): “*problems occur within the character of the individual and within the scope of his immediate relationships with others*” and that “*issues have to do with matters that transcend these local interests*”.

Segundo Holmqvist (2009), vários estudos têm-se focado no facto de os problemas pessoais cada vez mais adquirirem designações médicas como forma de se chegar mais facilmente a um diagnóstico e possível tratamento. A medicalização consiste em ‘tornar medico’, como se afirma em Holmqvist (2009: 405-406) “*to medicalize is to ‘treat as a medical resente, especially without justification’*. A standard definition of medicalization is the process by which human behaviours become defined and treated as medical problems and issues (see e.g. Ballard and Elston, 2005; Schram, 2000)”, isto é, os termos médicos são aplicados em áreas fora da esfera medicinal, ganhando novos campos de ação. Assim, a medicalização do desemprego é entendida como a responsabilização individual sobre a sua situação social e sobre transformar o seu estado de bem-estar social, ou seja, as causas e consequências de problemas sociais são depositadas no indivíduo em vez de na sociedade (Holmqvist, 2009). Assim, a medicalização é o ponto chave para a compreensão da individualização das questões sociais, onde as causas e soluções de problemas sociais complexos são encontrados no indivíduo e não na sociedade (Mythen, 2005 e Ostner, 2003 *in* Holmqvist, 2009). Esta ocorre devido ao alargamento da jurisdição médica e ao domínio que a indústria farmacêutica ganhou no mundo inteiro.

Houve países que fizeram a medicalização do desemprego, levando a que uma questão social passasse a ser individual, cuja resolução assenta no indivíduo, nomeadamente por meio de fármacos. Os desempregados ao serem rotulados como “deficientes”, segundo um estudo apresentado por Holmqvist (2009), sem estarem efetivamente doentes, correm o risco de serem colocados em programas de bem-estar que não lhes serão uteis e que, inclusivamente, podem diminuir a sua empregabilidade no futuro ao ser considerado desempregado, mas ao mesmo tempo inválido pelo rótulo de “deficiente” (Holmqvist, 2009). Ao medicalizar o desemprego, o objeto da intervenção da sociedade para combater o desemprego passa a incidir nos problemas pessoais dos indivíduos, na forma de doenças mentais ou distúrbios fisiológicos, ao invés dos problemas sociais.

A medicalização do desemprego impossibilita a reflexão e a análise enquanto problema social, responsabilizando o indivíduo, em vez de se focar em as políticas sociais de combate ao desemprego (Holmqvist, 2009).

## **2.2.2 O impacto do desemprego na saúde das mulheres e dos homens**

Ao longo das últimas décadas, ocorreram grandes mudanças refletidas no mercado de trabalho. O modelo de segregação tradicional, do homem como o ganha-pão e o da mulher como doméstica, tende a desaparecer desde a entrada desta no mercado de trabalho. Desta forma, o contexto social e institucional da vida familiar e profissional foi adaptado às novas necessidades surgindo uma variedade de modelos e fusões familiares<sup>6</sup> (Wall, 2010; Aguiar, Matias e Fontaine, 2017).

Apesar de haver especificidades nos diversos tipos de família, foi possível reconhecer duas propensões gerais. A primeira diz respeito a famílias estruturadas em torno do casal, nas quais se observa uma crescente participação da mulher entre os ocupados da família, ocorrendo uma diminuição do papel do homem enquanto chefe de família. A exceção a esta tendência ocorre nas famílias em que os casais tem mais de 50 anos e têm filhos residentes adultos e desempregados, levando a que o chefe de família entre os ocupados assuma uma participação maior no papel de provedor de rendimentos para a família. A segunda refere-se às famílias monoparentais com chefia feminina, nas quais a participação da chefia entre os ocupados da família amplia, em consequência dos filhos e parentes jovens não serem absorvidos pelo mercado de trabalho (Montali, 2003).

Ao longo das últimas décadas assistiu-se a profundas alterações na articulação entre a esfera familiar e profissional. Fatores como a maior participação feminina no mercado de trabalho, a queda do modelo familiar assente no provedor masculino, as mudanças ao nível da flexibilidade e intensificação dos tempos de trabalho, a constante desigualdade de género face ao emprego e ao trabalho doméstico continuam a pesar, hoje, na relação família-trabalho. Nem todas as pessoas conseguem articular o trabalho, a família e a vida pessoal, levando a um crescendo de tensões e problemas que acabam por atingir todas as áreas (Wall, 2010).

A relação família e trabalho traduz-se, hoje, na flexibilidade e no aumento da carga horária no trabalho, a que se junta a presença da desigualdade de género. Pois, e a par do que foi dito, é ainda mais do que evidente que estamos perante uma segregação

---

<sup>6</sup> O artigo sobre “Conjugualidades no masculino: Renegociando poderes e identidades no quotidiano” de Sofia Aboim (2010), que demonstra, a partir de um ponto de vista masculino, a “erosão de um modelo de família institucionalista” ou seja, a partir desses testemunhos a autora descreve os diferentes tipos de família de acordo com os seus perfis de coesão e interação.

sexual a nível do papel profissional, até porque a mulher continua a assumir mais as tarefas domésticas e o cuidado com as crianças comparativamente aos homens, e a ocupar cargos profissionais que requerem qualidades ditas femininas (Wall, 2010; Aguiar, Matias e Fontaine, 2017). Ao passo que, e atendendo ao estudo efetuado pela Organização Internacional do Trabalho em 2015, o qual registou que apenas 5% dos cargos de chefia são ocupados por mulheres, geralmente os homens tendem a ocupar cargos com maior destaque (Aguiar, Matias e Fontaine, 2017).

Relativamente às responsabilidades familiares e à adesão à norma da igualdade que é explicada pelas alternativas quer profissionais, quer económicas e culturais ao dispor dos conjugues, verifica-se que os papéis diferenciados desempenhados pela mulher e pelo homem vão-se mantendo idênticos ao que era praticado tradicionalmente. Pois de acordo com um estudo recente, efetuado em Portugal (Wall *et al*, 2016), em todas as formas de conjugalidade verifica-se que o trabalho doméstico é, ainda maioritariamente, executado pela mulher, ainda que o homem vá participando, mas como ajudante secundário, ou seja, esta prática traduz-se numa decisão em colaborar com a vida familiar e não tanto em assumir um papel familiar. Não há por isso registo de que Portugal siga as tendências modernizantes, ou seja, onde se reforce o papel do homem na esfera privada (Amâncio e Wall, 2004; Wall *et al*, 2016; Aguiar, Matias e Fontaine, 2017).

Quando o desemprego ocorre no masculino, observa-se que os papéis tradicionais de género estão lá, até porque ainda que estes possam realizar parte das tarefas domésticas, não se compara com o que é realizado pelas mulheres, mesmo quando estas trabalham a tempo integral, o que provoca uma sobrecarga física e emocional. Segundo Evertsson e Neramo (2004) (*in* Aguiar, Matias e Fontaine, 2017), são mais os homens que não estão nesta condição que realizam tarefas domésticas do que aqueles que estão dependentes financeiramente de suas esposas, o que, e reforçando o exposto, tem impactos negativos na qualidade da relação conjugal. Quando o desemprego ocorre no feminino, o impacto poderá ser menor se a maior responsabilidade que estas assumam ocorra no domínio familiar (Aguiar, Matias e Fontaine, 2017).

O estabelecimento de um novo padrão familiar surge apenas a partir de 1990, quando as mulheres passam a assumir um papel de destaque na contribuição nos rendimentos familiares, e é aqui que se reflete grande parte das mudanças ocorridas na esfera familiar, onde cada vez mais se assiste à inversão de papéis (mulher provedora) (Montali, 2006; Wall *et al*, 2016). E assiste-se à “subida de divórcio (Torres, 1996), dos valores da coabitação e dos filhos fora do casamento (Ferreira e Aboim, 2002), assim

como à descida das taxas de nupcialidade e de natalidade” (Amâncio e Wall, 2004: 1). Assim, o desemprego vem afetar diretamente o interior da esfera familiar, refletindo-se no peso da contribuição que cada um assume na composição do rendimento da mesma (Montali, 2003). Para além de afetar economicamente, o desemprego afetará de forma distinta caso seja o homem ou a mulher, pelo que em situações de desemprego masculino regista-se de imediato que os mesmos se sentem ameaçados pelo papel que assumiam como provedor (papel tradicional) e pelo poder intrafamiliar (Aguiar, Matias e Fontaine, 2017). Há em ambos os casos uma diminuição de satisfação pessoal, porque quer seja um ou outro (ou mesmo ambos) a estar desempregado, existe uma preocupação quanto à provisão financeira. Quando o homem está desempregado, a mulher poder-se-á sentir com uma responsabilidade acrescida e excessiva podendo inclusive afetar a relação do casal e levar ao divórcio, visto que “a probabilidade de separação nestas condições é três vezes superior à de casais em que o homem trabalha a tempo inteiro” (Kippen, Chapman, Yu, & Lounkaew, 2013 *in* Aguiar, Matias e Fontaine, 2017: 212).

Atendendo ao impacto do desemprego na saúde, Vinokur, Price e Caplan (1996) (*in* Aguiar, Matias e Fontaine, 2017) verificaram um decréscimo na saúde mental e bem-estar nos casais que estejam a passar por este processo; os mesmos verificaram também que a disponibilidade psicológica em apoiar o outro é menor, o que prejudica o bem-estar do casal podendo, inclusive, levar ao surgimento de sintomas depressivos em ambos. Segundo um estudo efetuado em 2012 pela Associação para o Desenvolvimento Económico Social, em Portugal, 18% dos participantes alegou que a crise económica afetou negativamente os seus relacionamentos, uma vez que houve desarmonia e um aumento de discussões entre o casal (Aguiar, Matias e Fontaine, 2017).

Como consequência da instabilidade económica, das incertezas relacionadas com o desemprego, há um aumento de problemas psicopatológicos que se traduzem numa diminuição do bem-estar quer se seja homem ou mulher, esses impactos não só abrangem o indivíduo desempregado, como também pode afetar outros membros da família (Aguiar, Matias e Fontaine, 2017).

## **Capítulo 3 – Desemprego e género**

“O termo género é usualmente conotado com as mulheres, mas é claramente mais do que isso, e também significa mais do que homens e mulheres, enquanto categorias demográficas”

(Augusto, 2013: 30)

### **3.1 O género como categoria social**

Desde a década de 70, do século XX, e a par dos movimentos feministas<sup>7</sup>, que se discute a diferenciação entre os conceitos “sexo” e “género” (Rodrigues, 2011; Aguiar, 2018). Deste modo, por género entende-se não as características físicas e biológicas que associamos ao sexo, mas sim, as características resultantes da diferenciação que a sociedade faz entre homens e mulheres (Schouten, 2011; Rodrigues, 2011). E aqui referimo-nos a comportamentos, tipicamente, desempenhados pelo homem e pela mulher, bem como certos sentimentos e atitudes a eles e a elas associados (Aguiar, 2018).

Assim, tratando-se de duas categorias distintas, o “sexo” corresponde a uma diferenciação geneticamente determinada e universal (Vintém, Guerreiro e Carvalho, 2008), enquanto que o “género” é construído socialmente, permitindo distinguir o que é masculino do que é feminino (Rodrigues, 2011). Logo, as questões de género abrangem mais do que o conceito de sexo, dado que o primeiro introduz a noção de uma distinção entre o “biológico” e o “social” (Vintém, Guerreiro e Carvalho, 2008), ou seja, abrange não apenas um pensamento fundamentado nas diferenças biológicas que marcam a evidência das diferenças entre os sexos, mas também, e sobretudo, a “organização dos conteúdos que servem para caracterizar homens e mulheres e a instrumentalidade de que eles se revestem nas interações e na perceção da realidade social” (Amâncio, 1994: 15-16).

---

<sup>7</sup> “Objetivos nesta fase do movimento feminista foram, para além dos direitos cívicos, o direito de as mulheres acederem ao ensino e a profissões anteriormente reservadas aos homens. Lutava-se, igualmente, pelos direitos sociais das mulheres e dos homens, com um empenho enquadrado nos movimentos sociais da época.” Entre 1848 e 1920 (Schouten, 2011: 112)

Resumidamente, para Joan Scott (1995: 86), o género “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; o mesmo é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Por isso, existe um conjunto de traços (características e comportamentos) que são socialmente adaptadas à identidade de género. Ou seja, os estereótipos assentes na feminilidade levam a que as mulheres sejam associadas, segundo Lúcia Amâncio (*in* Rodrigues, 2011: 25), ao “ser afetuosa, carinhosa, dependente, emotiva, frágil, maternal, sensível”, logo associadas a traços mais expressivos e emocionais, com um talento inato para o cuidar (instinto maternal), ao passo que os traços, tipicamente, masculinos assentam em “ser ambicioso, audacioso, autoritário, aventureiro, corajoso, desinibido, dominador, forte, independente, machista, superior, viril”, ou seja, associados a traços mais racionais, o que faz com que assumam mais comportamentos de risco (Rodrigues, 2011: 25; Schouten, 2011). Assim, e fazendo uso das palavras de Simone de Beauvoir, que nos elucida para o facto das diferenças sexuais serem intencionadas, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (*cit in* Macedo e Amaral, 2005: 87).

Desta forma, e ainda nos dias que correm, associa-se o homem à razão (superioridade masculina) e a mulher à emoção (inferioridade feminina), o homem tem uma valorização positiva na medida em que estamos perante a caracterização homem-cultura-público, ao passo que a mulher tem uma valorização negativa, atendendo à característica mulher-natureza-doméstico, a qual ocupa posições desiguais no mercado de trabalho, na família, em casa, no casal (Quinteiro, 2016).

Segundo Margaret Mead, nas sociedades, ainda que façam a sua distinção de forma diversificada quando comparadas umas às outras, o trabalho do homem era, e ainda é, mais reconhecido do que o da mulher (*cit in* Schouten, 2011) e por isso, atendendo à avaliação social, o mesmo é tido como o provedor do sustento familiar e da mesma forma “valendo mais que a mulher” (Quinteiro, 2016).

Relativamente à problematização da dicotomia dos géneros, existem autores que defendem que são vários os tipos de masculinidade e feminilidade, pelo que podem coexistir num mesmo espaço e tempo (Rodrigues, 2011). Assim sendo, e atendendo ao que foi exposto, desde cedo que o papel ideal que se cingia à mulher era o da esfera doméstica (Amâncio, 1994). Acreditava-se que o sexo feminino era inferior (inferioridade psicológica e social) comparativamente ao homem, dado que as diferenças hormonais, que se manifestavam através da irritabilidade, da tensão ou ansiedade, serviriam para explicar a instabilidade emocional das mesmas, já os

episódios de agressividade não tinham uma justificação tão clara, dado que estes eram associados ao homem (Amâncio, 1994). Desta forma, no que diz respeito ao “trabalho não remunerado”, maioritariamente exercido pela mulher e sobretudo o da esfera doméstica (lides domésticas, o cuidar, o voluntariado), o mesmo é desvalorizado socialmente, ainda que contenha muitas das vezes um carácter duro, desgastante e monótono (Schouten, 2011).

De acordo com o exposto, existe uma masculinidade dominante que se assume como um tipo ideal nas sociedades. Esta traduz-se na masculinidade hegemónica que é uma forma de legitimação da dominação do homem, ou seja, patriarcado, não estando necessariamente ligado à violência (Connel e Messerschmidt, 2013). Assim, a masculinidade hegemónica significa uma hierarquização de género que reforça as desigualdades nas experiências entre homens e mulheres (Connel e Messerschmidt, 2013; Quinteiro, 2016).

Hoje em dia, defende-se o princípio que os direitos humanos das mulheres devem ser respeitados e são fundamentais para o desenvolvimento social do mundo, a igualdade entre homens e mulheres é uma condição essencial para a paz e igualdade numa sociedade justa e equilibrada (Casaca, 2010).

É por isso que se crê que a entrada da mulher no mercado de trabalho contribuiu para a mudança das relações de género (Jiménez-Guzmán, 2013). No entanto, pouco atenuou a discriminação sexista atual, uma vez que esta entrada na esfera pública veio acrescentar uma “dupla carga de trabalho”. Na verdade, as mulheres viram o seu tempo de trabalho aumentado, uma vez que para além de se dedicarem às responsabilidades familiares, começaram a participar na esfera pública ao exercerem uma profissão. Por sua vez, os homens, para além do seu papel na esfera pública, apenas estão ligados às tarefas relacionadas com a reparação ou finanças domésticas (Ribeiro, Coelho e Ferreira-Valente, 2015: 72; Quinteiro, 2016).

Segundo Collier, para além das características negativas que marcam a masculinidade hegemónica, dever-se-á ter atenção ao comportamento dito positivo, ou seja, existem comportamentos que poderão ir de encontro aos interesses e desejos das mulheres, visto que algumas esperam que o homem traga para casa um ordenado, que sustente uma relação sexual e seja pai (*cit in* Connel e Messerschmidt, 2013).

Neste sentido, são vários os estudos que explicam, através das questões de género, as diferenças de comportamento desempenhados pelo homem e pela mulher.

Comportamentos esses que, como nos refere Aguiar (2018: 13), estão dependentes de fatores como:

- “Expectativas dos observadores, ou seja, estereótipos, atitudes e representações sobre o que é ser homem e ser mulher;
- Concepções pessoais, relacionadas com as expectativas dos espectadores que o indivíduo assimila como suas e atua conforme o que lhe é esperado;
- Fatores situacionais, isto é, as crenças diferenciais sobre homens e mulheres podem ser transmitidas mais claramente, ou de modo mais sutil, conforme a cultura e normas sociais”.

Logo, os estereótipos em torno quer da feminilidade, quer da masculinidade, são explicados por fatores culturais, normativos e valorativos das sociedades, nas quais os indivíduos se inserem (Rodrigues, 2011), sendo que o gênero é produzido através dos grupos de pares (Connel e Messerschmidt, 2013).

Segundo Quinteiro (2016), a família é um elo importante para moldar essas solidariedades, ainda que forje as identidades masculinas e femininas, produzindo e reproduzindo uma ideologia de gênero.

Desta forma, como nos refere Quinteiro (2016:5) “a oposição entre esfera privada e esfera pública, razão e emoção, cultura e natureza, é a que melhor simboliza a relação entre os gêneros porque é carregada de conteúdos que indicam uma maneira de ser, agir e pensar, recortada pela superioridade masculina e a inferioridade feminina”.

Assim, o conceito de gênero é segundo o exposto uma construção social, que dita quais os papéis adequados aos homens e às mulheres (Scott, 1995) e como nos cita Schouten (2011: 13), o mesmo é “um dos princípios organizadores mais importantes da vida social”. E atua, como veremos, num condicionador da posição social dos indivíduos, como são exemplo a classe, a profissão, a escolaridade, a idade, a etnia e a religião (Vintém, Guerreiro e Carvalho, 2008), e num diferenciador na experiência do desemprego, que mais do que a privação de recursos tem impactos na dinâmica familiar (Aguiar, 2018).

Todas estas distinções, em torno do gênero, fazem com que as mulheres tolerem melhor o desemprego, dado que a aprovação social das mesmas não está tão fortemente ligada ao emprego, ao passo que a identidade dos homens está fortemente ligada ao mesmo, daí se sentirem mais ameaçados quando confrontados com o desemprego (Ferreira *et al*, 2015). Ainda assim, as mulheres (entre elas) vivenciam o desemprego de

forma diversificada, dependendo da posição que ocupam na família, no mercado de trabalho e na sociedade (Strandh *et al*, 2013 *cit in* Ferreira *et al*, 2015). Além disso, e como nos referem Ribeiro, Coelho e Ferreira-Valente (2015), em Portugal, as mulheres toleram melhor esse acontecimento porque reforçam o seu papel doméstico, ao passo que quando o mesmo é vivido no masculino, estes apenas assumem moderadamente essas tarefas para “aliviar o fardo diário das mulheres trabalhadoras durante a semana” (Ribeiro, Coelho e Ferreira-Valente, 2015: 82).

### **3.2 Fator de vulnerabilidade associado ao género enquanto categoria social**

Ainda nos dias que correm, e como temos vindo a averiguar, a mulher faz quase a totalidade das tarefas na esfera privada, exercendo um papel de cuidadora da família, de manutenção da casa (“*householding*”) e de mediadora das condições de saúde da família (“*gatekeeper*”), tal comportamento implica que expressem vulnerabilidade, dependência e intimidade emocional (Schouten, 2011: 77). Isto acontece, porque ainda existem tarefas “não negociáveis” (tratar da roupa, limpeza da casa, etc.) que são, quase sempre, feitas pela mulher, ou então delegadas a outras mulheres (quer seja uma mulher-a-dias, ou outra mulher do meio familiar, como é exemplo da cunhada ou sogra etc.) (Schouten, 2011).

As mulheres estão mais sujeitas, comparativamente aos homens, ao trabalho precário e/ou aos part-time, pelo que se constata que a segregação vertical ainda continua presente, devido, tal como nos afirma Schouten (2011), à falta de autoconfiança resultante da socialização e das atitudes externas, através da manifestação de preconceitos. Assim, referimo-nos à existência de um “teto de vidro”<sup>8</sup>, pois transmite-nos a ideia de que os homens estão no topo de uma dada carreira e as mulheres no subtopo, ou seja, as mesmas são reconhecidas, mas é-lhes difícil chegar aos lugares de chefia (Schouten, 2011: 95). A par do enunciado, existe uma segregação sexual se verificarmos que, no mercado de trabalho, as mulheres são colocadas em cargos que requerem certas características, qualidades femininas, para além de não serem igualmente bem remuneradas (Aguiar, 2017). Os homens, geralmente, continuam a

---

<sup>8</sup> “glass ceiling”: limites que são impostos à mulher pela sociedade (Schouten, 2011: 95)

ocupar cargos hierárquicos superiores e a serem mais bem remunerados, levando a uma situação de desvantagem das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que as oportunidades de acesso ao emprego e de desenvolvimento profissional leva a que os percursos laborais sejam mais irregulares e haja uma maior precariedade no setor feminino (Casaca, 2010).

Para além do exposto, em Portugal, sabe-se que com a crise as mulheres tendem a sofrer um impacto mais negativo e desigual comparativamente aos homens, dado que são as primeiras a sentir as dificuldades em arranjar emprego, pois há uma diminuição do mesmo para este grupo, e quando o há, mesmo que este seja exercer as mesmas funções, é de conhecimento público que existe uma discrepância nos salários, ainda que se verifique que as mulheres, sobretudo as mais jovens, tenham níveis de educação mais elevados o que “cria perspetivas sombrias para o futuro” (Ribeiro, Coelho e Ferreira-Valente, 2015: 73). Na verdade, a escolarização de que as mulheres são portadoras raramente se reflete no nível de qualificação atribuído pela empresa. Os cargos hierárquicos mais elevados e de maior decisão são geralmente atribuídos aos homens, mesmo quando existem mulheres com o mesmo nível de qualificação ou maior (Casaca, 2010). Esta tendência leva a que os critérios de avaliação sejam subjetivos e mais penalizadores para as mulheres (Casaca, 2010).

De acordo com a avaliação efetuada a 108 países, pela Organização Internacional do Trabalho, em 2015, “apenas 5% dos cargos de chefia são ocupados por mulheres. Ressalta-se que as áreas mais ocupadas por elas nos cargos de liderança são os recursos humanos, comunicação e relações públicas” (*cit in* Aguiar, 2017: 34). Em Portugal, e também na Europa, os empregados têm em média entre os 30 e os 49 anos de idade – fase esta designada por *rush hour of life*. Trata-se de uma fase da vida vivenciada de forma distinta, em que homens e mulheres passam por uma intensa pressão dadas as exigências da sociedade. Aqui inclui-se a formação de família e a afirmação e progressão profissional (Torres *et al*, 2018).

Para além do exposto, as mulheres não só são mais afetadas pelo trabalho precário e pelo fraco reconhecimento das suas qualificações em termos de progressão na carreira, também são mais afetadas pelo desemprego, o que se traduz numa dependência face ao cônjuge, reforçando a ideia do homem-provedor, lembrando a condição muitas vezes imposta à mulher de que não deve investir muito numa carreira, pois não será uma verdadeira mulher (Galenson *cit in* Schouten, 2011). E, segundo os resultados da Pesquisa Social Europeia (referente à Dinamarca e ao Reino Unido), chegou-se a

acreditar que os homens tinham mais direito ao emprego do que as mulheres (Leschke e Jepsen, 2012 *in* Ribeiro, Coelho e Ferreira-Valente, 2015: 70).

Como tal e, atendendo à figura 4: *Taxa de desemprego (em %), por sexo e idade, em Portugal e na EU 27, em 2015*, apresentada por Torres *et al* (2018), verificamos que em Portugal este fenómeno tende a diminuir para as mulheres<sup>9</sup> à medida que envelhecem. No entanto, na Europa, o mesmo tende a diminuir, também com o envelhecimento, para ambos os sexos .

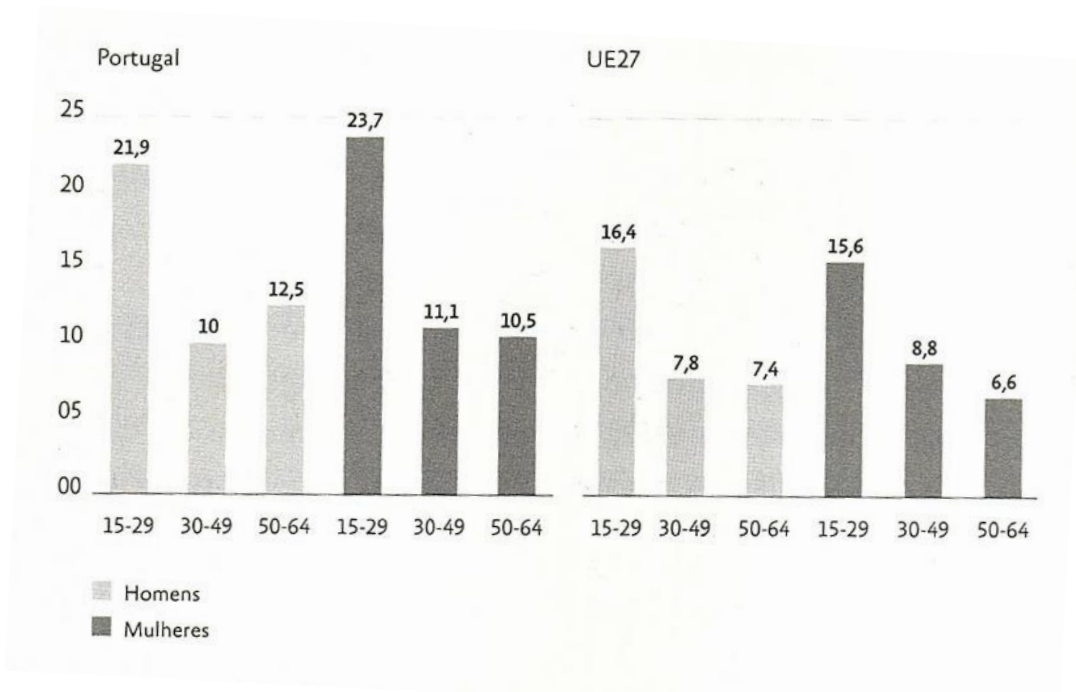


Figura 4: “Taxa de desemprego (em %), por sexo e idade, em Portugal e na EU 27, em 2015”

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey* (*in* Torres *et al*, 2018: 18)

Relativamente à precariedade e, comparativamente à média dos países da União Europeia, somos o país que exerce mais frequentemente este tipo de contratos, independentemente do sexo e da idade. Ainda assim, verifica-se maior incidência nos grupos femininos, à exceção dos que se encontram na fase tardia da vida ativa, expondo esta classe a atividades com remunerações baixas e de qualidade e estatuto inferior (Torres *et al*, 2018). Constata-se que o grupo feminino, em qualquer idade, é o que geralmente se encontra nesta situação, a nível da média europeia.

<sup>9</sup> afeta menos mulheres – entre os 50 e 65 anos de idade - em fase tardia da vida ativa, no entanto atinge maioritariamente jovens até aos 29 anos de idade.

Em regra, com o desemprego, as mulheres não põem em causa as questões de identidade, o que pode ser justificado, para as que são casadas, com o seu regresso ao espaço doméstico (Hirata e Humphrey 1984 *cit in* Quinteiro, 2016). Pelo que, com perspectivas frágeis de ascensão profissional, as mesmas, como forma de darem sentido à razão da sua existência, apoiam-se no casamento e na maternidade. E mesmo que as mulheres não se encontrem desempregadas, andam sempre ancoradas à identidade doméstica, sendo que esta rege a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Para além do referido, o desemprego pode vir reforçar o papel doméstico das mulheres, ao passo que se o desemprego ocorrer no masculino, este apenas contribuirá para aliviar o trabalho doméstico feminino – no caso de mulheres trabalhadoras (Ribeiro, Coelho e Ferreira-Valente, 2015).

No entanto, nas mulheres mais jovens e qualificadas, observa-se um cenário oposto, na medida em que a tendência será para a conciliação entre a vida profissional e a vida doméstica (Quinteiro, 2016), já que as mesmas são, também, caracterizadas por fazerem várias atividades em simultâneo, tendo certas dificuldades em se “desligarem” das suas responsabilidades (Schouten, 2011). Quando em coabitação, e como o desemprego masculino significa uma desvantagem maior no que diz respeito ao rendimento e comparativamente à mulher, as mulheres podem sentir pressão, dado o “aumento do ônus da responsabilidade” com um ordenado inferior para sustentar a família (Ribeiro, Coelho e Ferreira-Valente, 2015: 80).

A dificuldade de integração no mercado de trabalho foi registada entre 2000 e 2015, em Portugal, e na Europa do Sul (Grécia, Espanha, Itália e Chipre), com um decréscimo do emprego entre os jovens (sobretudo nos homens), o que poderá justificar-se com o prolongamento dos estudos (Torres *et al*, 2018). Atendendo ao nível de escolaridade, este apresenta-se como uma variável diferenciadora e protetora do desemprego, a União Europeia refere que nos 27 países o mesmo diminui essencialmente quando homens e mulheres obtêm níveis de escolaridade mais elevados. Em Portugal, as taxas de desemprego descem dos 10% entre as pessoas que estão na *rush hour of life* e que possuem níveis de escolaridade elevados, verificando-se a mesma situação no grupo dos 15 aos 29 anos, onde o desemprego diminui à medida que se progride na escolaridade, independentemente do sexo (Torres *et al*, 2018).

As mulheres aumentaram a sua empregabilidade, sobretudo na fase tardia da vida ativa (dos 50 aos 65 anos), quer em Portugal (5%) quer na EU (16,7%), à exceção das mais jovens que prolongam os estudos, atrasando a sua entrada no mercado de trabalho. Verifica-se, também, que houve uma tendência de crescimento do desemprego entre os

que se encontram na *rush hour of life*. Segundo Torres (Torres *et al*, 2008: 16), “esta diferença não pode ser dissociada da crise das dívidas soberanas e do Programa de Assistência Económica e Financeira (2011-2014) a que o nosso país teve de recorrer”. Contudo, não se pode considerar que haja uma redução da desigualdade de género, pois verifica-se que estes resultados se devem, em parte, ao desemprego masculino, que atinge sobretudo jovens e indivíduos em fase tardia da vida ativa.

Segundo Torres (Torres *et al*, 2018), entre 2000 e 2015, registaram-se, em Portugal, baixas taxas de emprego, em quase todas as idades, comparativamente aos 27 países da EU. Contudo e, fazendo também uma distinção entre géneros, os homens apresentam uma quebra de emprego mais elevada comparativamente às mulheres, o que se pode justificar pela recente crise económica e financeira por que passamos e, também pelo abandono escolar precoce dos homens na nossa sociedade.

Assim, é pertinente salientar que há um fechamento da diferença de desemprego de género, dado que as mudanças ocorridas neste período se devem, como vimos, ao aumento da escolaridade entre as mulheres, comparativamente aos homens, e à entrada das mesmas no mercado de trabalho. Parece que assistimos a um “apego crescente à mão-de-obra feminina e ao declínio do apego pelos homens” (Albanesi e Sahin, 2018: 2).

Para Jiménez-Guzmán (2013: 97), “*the boundaries of the definition of ‘man’ have become more confusing and flexible*”, talvez porque as mulheres já têm (em parte) os mesmos direitos e/ou os homens já não são caracterizados, com o peso de outrora, como os provedores do sustento familiar. Mas é certo que essa flexibilidade não é a mesma nas mais diversas configurações, pois “*at the presente, the deployment of multiple configuration modes of social bonding became evidente as well as the production of subjectivity*” (Jiménez-Guzmán, 2013: 97).

Por outro lado, poderemos estar a assistir à diminuição dos papéis familiares, ou seja, a centralidade da identidade masculina no sustento da família. Assim, os comportamentos que os qualificam (violência masculina e a relação de provedor masculino) estão dependentes das situações com que se deparam. Logo, se são confrontados com o desemprego, os mesmos são afetados, porque a “construção da sua subjetividade evoluía em torno do desempenho como provedores económicos”, não tendo um efeito linear nos restantes sistemas (Jiménez-Guzmán, 2013: 97).

O facto de os homens se sentirem pressionados pela crise económica leva a que os mesmos sejam incapazes de gerir a situação e se deparem com a depressão, o álcool, a

dependência de drogas, com a morte, entre outros exemplos, ou caíam em episódios frequentes de violência. Esta atitude dever-se-á à importância de reivindicarem o seu papel social, mostrando que são “homens de verdade”, dado o tipo de vínculo criado no seio familiar (Jiménez-Guzmán, 2013). E é mais doloroso para eles quando se cria a ideia de “ganha-pão feminino”, o que sugere ainda mais incapacidade para lidar com a situação (Ribeiro, Coelho e Ferreira-Valente 2015).

Desta forma, como acabamos de mencionar, para além da perda da fonte de rendimento, sabemos que o desemprego tem impactos a nível da felicidade e do bem-estar (satisfação com a vida) nos indivíduos (Winkelmann e Winkelmann, 1998 *cit in* Longhi *et al*, 2017), embora os mesmos se tentem adaptar a outros eventos da vida, como é exemplo o casamento, ou o cuidar dos filhos, entre outros.

É assustador quando os estudos nos confrontam com o facto da reação social e familiar minimizar esta conduta de violência, pois embora o desemprego não seja justificação para tais atos, é importante reforçar que, segundo Jiménez-Guzmán (2013), têm surgido artigos que demonstram casos em que os homens com comportamentos violentos (“micro-machismos”) assassinaram as suas famílias e depois cometeram suicídio (ou tentaram). É fundamental ter em consideração as condições e “exigências de vida” por que passam estes indivíduos, dado que até ao surgimento destes estudos, estes acontecimentos eram minimizados, ao serem considerados problemas de saúde mental (Jiménez-Guzmán, 2013).

A desigualdade de recursos materiais entre homens e mulheres contribui para o desequilíbrio de poder nas relações de intimidade do casal, levando a que a experiência para as vítimas de violência doméstica sejam as mulheres. A independência económica da mulher representa uma tomada de poder no feminino que pode desequilibrar a harmonia do casal (Dias *in* Casaca, 2010).

O efeito negativo do desemprego masculino persiste e os níveis de satisfação com a vida nunca voltam aos níveis anteriores ao desemprego, mesmo que os indivíduos retornem ao emprego, pelo que não se adaptam totalmente à situação de desemprego, logo mantêm-se num registo de bem-estar reduzido e fragilizado (Longhi *et al*, 2017: 4). Os desempregados estão como que “*doomed to recycle their discomfort, composed of frustration, anger, blame, resentment, which will lead to illness, loneliness and isolation. Victims of the economic system unconsciously become victimizers of themselves and the persons close to them*” (Jiménez-Guzmán, 2013: 97).

É importante ter em consideração que as famílias tendem a viver, grande parte das suas vidas, em coabitação, onde geralmente tendem a gerir a partilha de recursos, a cooperar e compartilhar (Coelho, 2014), pelo que, segundo Quinteiro (2016), o desemprego afetará a organização familiar e produzirá efeitos diferenciados entre os homens e as mulheres, salientando que o homem sofrerá mais atendendo ao facto de que está fortemente enraizado nas sociedades de que deverá ser o provedor do sustento familiar.

A par da revisão da literatura, os autores referem que há diferenças na forma como o desemprego é vivido e sentido, destacando o facto de que o desemprego tem mais impactos no bem-estar dos homens comparativamente ao bem-estar da mulher. Embora fatores como o tipo de trabalho (ocupação, horas de trabalho, duração / tipo de deslocamento) e tipos de personalidade influenciem os níveis de satisfação com a vida, os autores Longhi, Nandi, Bryan e Connolly (2017) não encontraram evidências científicas de que o desemprego assente nestes mesmos fatores, o que os mesmos comprovaram foi que o nível de satisfação tem a ver com a forte identidade com o trabalho, assim quem possuir uma forte identidade de trabalho irá lidar melhor com o desemprego. Esta conclusão só lhes foi possível testar através das seguintes explicações: “1) grau de especialização no mercado de trabalho; 2) diferenças entre tipos de trabalho feitos por homens e mulheres; 3) diferentes traços de personalidade e 4) diferentes atitudes para com o trabalho”, que podem influenciar o bem-estar dos indivíduos, bem como a forma como vivenciam o desemprego, apesar de não existir uma grande evidência científica de que a identidade e a personalidade influencie essa experiência (Longhi *et al*, 2017: 10).

Segundo Ferreira *et al* (2015), em Portugal, os homens têm mais necessidade de ter um emprego e, quando caem no desemprego mostram um declínio mais pronunciado, quando comparado com as mulheres, isto porque a aprovação social dos homens está fortemente ligada ao emprego. Posto isto, e atendendo à posição que ocupam na família, na sociedade e no mercado de trabalho, as mulheres tendem a tolerar melhor o próprio desemprego, enquanto que, pelas razões já mencionadas, os homens se sentem mais ameaçados (Strandh *et al*, 2013 e Paul & Moser, 2009 *cit in* Ferreira *et al*, 2015).

Quando o desemprego ocorre, é frequente os estudos apontarem para o facto de o homem ficar mais vulnerável devido, em parte, à hegemonia masculina que, como averiguamos, tem sido a fonte de poder nas relações de género (Jiménez-Guzmán, 2013). Logo, os que assumem o papel de provedor económico e “chefe” de família perdem esse estatuto hegemónico dando azo a conflitos que surgem entre os valores normativos tradicionais e os emergentes. Com as mudanças ocorridas, e embora os

homens não assumam tão afincadamente esse papel masculino e as mulheres assumam quer o trabalho de casa como o de fora, ambos contribuem para a manutenção das famílias pelo que, quando um ou o dois experimentam a perda de emprego, enfrentam a redefinição dos papéis e funções sociais (Jiménez-Guzmán, 2013). Outro facto interessante, e comprovado por Longhi *et al* (2017), é o de que as mulheres, com filhos e/ou com cônjuge, e que tem uma perspetiva (experiência/atitudes) de género menos tradicionalista (mais igualitária) sofrem mais comparativamente às que têm uma postura mais tradicional, pois o valor do emprego vai para além da fonte de rendimento, logo a experiência da perda de emprego é muito mais prejudicial se estas se guiarem pela igualdade de género do que se se orientarem por papéis mais tradicionais.

Como se tem vindo a expor, o desemprego tem uma conotação negativa mais forte nos homens comparativamente às mulheres, e por várias razões, uma delas passa pelo facto de os primeiros faltar-lhes uma estratégia para a ocupação do tempo, focando-se apenas na procura de outro emprego, ao passo que as mulheres, rentabilizando melhor o seu tempo em casa, utilizam parte desse tempo na procura de trabalho e dedicam o restante às lides domésticas, o que de certo modo lhes dá alento para permanecerem dedicadas e animadas, não esmorecendo como os homens e/ou companheiros (Schouten, 2011; Quinteiro, 2016).

Outro exemplo das dificuldades registadas em entrevistados(as) desempregados (em São Paulo e Lisboa), é o confronto com tempo livre e a forma de conviver com o mesmo, visto que não têm horários a cumprir e as rotinas, que eram reguladas pelo trabalho perdido, foram alteradas. Tendo demonstrado uma certa desorientação em criarem novas rotinas, apesar do tempo livre que dispunham, não conseguiram ter noção do tempo que dispunham para a realização das tarefas quotidianas, como Quinteiro (2016: 12) nos elucida “o tempo social destes desempregados ainda não se reestruturou, para acompanhar a reestruturação produtiva em curso”.

Para além do exposto, e fazendo uso dos célebres estudos de Lazarsfeld e equipe (1981) (*cit in* Quinteiro, 2016: 7), sobre os desempregados de Marienthal, registou-se que os homens desempregados começavam a “perder o sentido do tempo, do lazer, da participação associativa e política”, uma vez que esta perda implicava não só a quebra do rendimento, mas também a quebra da vida social, da qual decorre grande parte da atividade humana. Quanto às mulheres, o tempo continuava a fazer-lhes sentido, pois na época em questão (1930), dada a rotina do trabalho doméstico não colocavam em questão a sua identidade (Quinteiro, 2016).

Apesar destas conclusões, Bianchi *et al* (2012) mostraram-nos que a divisão de gênero nas lides domésticas tornou-se mais igualitária, uma vez que houve uma diminuição (entre os anos 1965-2010), por parte da mulheres, do tempo despendido para estas atividades, atendendo à conciliação que têm de fazer entre estas atividades e as exteriores, e um aumento da participação dos homens nas mesmas para compensar, de certo modo, a ausência da mulher (entre 1965-1998/9 registou-se que os homens passavam 11 horas semanais nas lides domésticas e em 2009/2010 o número de horas diminuiu para 10 hora por semana), sendo que esta participação é maior quando se encontram desempregados, mas nunca excedendo a participação da mulher (Bianchi *et al*, 2012; Ribeiro, Coelho e Ferreira-Valente, 2015). Contudo, a igualdade entre os casais diminui à medida que fazem a transição para a paternidade, aí as responsabilidades retornam ao dito tradicional, em que a mulher assume o trabalho doméstico e o homem o trabalho remunerado (Bianchi *et al*, 2012).

Nos últimos anos tem-se assistido a uma igualdade nas licenças de maternidade e paternidade sendo que tendencialmente a licença mais longa será sempre a materna, no entanto, o homem/pai começa a ter uma consciência familiar mais assertiva. Uma vez que, e segundo a legislação de 2018, houve um “aumento da opção pela partilha (entre os progenitores) dos 150 a 180 dias da licença parental inicial; adesão crescente às licenças alargadas, mas ainda com pouca expressão e um crescimento na utilização dos dias obrigatórios da licença exclusiva do pai, tanto nos dias obrigatórios, como facultativos” (Wall *et al*, 2016; Correia, 2020: 79).

Ainda que o bem-estar seja influenciado por um conjunto de características (como o tipo de trabalho, de personalidade e sociodemográficas) e o trabalho possa ser “relaxante e fonte de regozijo”, a experiência do desemprego é fortemente influenciada por valores e crenças, ou seja, pela forma como o indivíduo se identifica com o trabalho, ainda que o mesmo seja já sobejamente prejudicial no que diz respeito à fonte de rendimento (Schouten, 2011: 102; Longhi *et al*, 2017). Assim, e relativamente aos efeitos negativos provocados pelo desemprego, estudos recentes dizem que as diferenças entre homens e mulheres tende a acentuar-se ao longo do tempo (Longhi *et al*, 2017).

Ainda que se tenha registado mudanças na conceção de gênero e maior equidade entre géneros, a esfera privada (responsabilidades domésticas) ainda é pouco assumida pelos homens, pois ainda se vê esta responsabilidade doméstica como um “lugar simbólico e concreto da mulher” (Quinteiro, 2016: 5).

Assim, Jiménez-Guzmán (2013: 99) defende que *“It is fundamental to transform gender relations, rendering them more flexible and equitable, in order for the social subjects to enjoy a better life, to construct more harmonic families, and to be able to survive in a world marked by precarization, uncertainty, and the lack of opportunities and security”*.

## **Parte II – Delineamento da investigação: das orientações metodológicas à recolha e análise de dados empíricos**

### **Capítulo 1 – Orientações metodológicas e técnicas de investigação**

“A tarefa do sociólogo é a de falar de um mundo concreto de homens e mulheres, entre os quais ele próprio se situa.”

(Lalanda, 1998: 872)

Desde os anos trinta, do século passado, que as consequências do desemprego têm sido alvo de estudos. Porém, verifica-se que não existe, como nos afirma Estramiana, “uma profunda continuidade nos estudos, evidenciando certo atraso frente ao sujeito desempregado” (*cit in* Pinheiro e Monteiro, 2007: 39). Desta forma, e enquanto investigadores, cabe-nos conceber e pôr em prática um método de trabalho que não seja simplesmente uma soma de técnicas, mas um percurso que exija ser reinventado sempre que for carecido, onde o principal objetivo passe por compreender e interpretar fenómenos de vida coletiva (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Seguindo esta ordem de ideias, a investigação tem como premissa compreender os impactos do desemprego na saúde e bem-estar de indivíduos desempregados a partir das perceções dos próprios e perceber em que medida o género medeia e constitui essa experiência que resulta do processo de adaptação ao desemprego. O que por sua vez está intimamente ligada aos questionamentos apresentados no início da investigação: quais os impactos identificados por quem experimenta o desemprego? Quais as repercussões desta vivência na sua saúde e bem-estar? Conseguem identificá-las? Será que conseguem perceber o desemprego como uma rutura da sua biografia? Que efeito tem essa rutura ao nível da sua autoestima e identidade? Quais as estratégias adotadas para a criação de novas rotinas de forma a ter uma linha estruturante que anteriormente era dada pelo emprego? Essas estratégias são adotadas e aplicadas de forma diferenciada entre homens e mulheres? Quais os fatores que facilitam essa adaptação ao desemprego?

## **1.1 Objetivos de investigação**

Neste sentido, e tendo em conta a exposição do enquadramento teórico, torna-se pertinente salientar, de novo, os objetivos impulsionadores do nosso estudo. Assim, os principais objetivos da presente investigação passam por:

- i. Perceber quais são os principais aspetos que medeiam a experiência e a produção de significado em torno da vivência do desemprego;
- ii. Analisar os efeitos do desemprego ao nível da autoestima, da autoidentidade e do projeto de vida dos indivíduos;
- iii. Compreender o modo como os indivíduos desenvolvem estratégias para minimizar os impactos decorrentes do desemprego, no que à saúde e bem-estar diz respeito;
- iv. Compreender em que medida o género é um aspeto constitutivo e construtor do processo de adaptação ao desemprego.

## **1.2 Opções metodológicas**

É na interação entre a teoria e o método que encontramos as metodologias, que associadas às “questões que o investigador coloca, com a natureza do que se pretende conhecer, com o tipo de respostas que espera providenciar” se orienta o curso da investigação (Augusto, 2014: 2).

De uma forma sucinta, a metodologia qualitativa baseia-se num modelo circular, caracterizado por um processo indutivo, em que a investigação parte do particular de um fenómeno em estudo para o geral, enquanto que a metodologia quantitativa baseia-se num modelo linear, caracterizado por um processo dedutivo, em que a investigação já parte do geral para o particular e que, segundo a tipologia de Ragin (1994), a primeira, será uma metodologia que levantará, com certeza, novos problemas que requerem constante revisão da literatura e da avaliação empírica (Ragin, 1994; Flick, 2005; Dalfovo, Lana e Silveira, 2008).

Como se propõe analisar a perspetiva subjetiva dos próprios indivíduos desempregados, a qual está profundamente conectada com a produção de significados face a uma dada situação, e atendendo aos objetivos apresentados, a presente investigação é de natureza qualitativa. Esta metodologia, embora requiera um procedimento burocrático e complexo, abrange um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, e tem como principal propósito descrever e compreender as questões suscitadas, pelo investigador, acerca de um determinado fenómeno do mundo social (Neves, 1996; Augusto, 2014), dando voz a grupos excluídos ou vulneráveis, que por meio da

investigação veem valorizado e difundido o seu ponto de vista (Ragin, 1994). A situação de desempregado é claramente uma das situações a que alude Ragin (1994), pelo que esta é, também, uma forma de lhes dar voz.

Assim, o recurso a esta metodologia, permite-nos não medir objetivamente a saúde dos indivíduos, ou aferir medicamente, de forma objetiva, os impactos que o desemprego tem na sua saúde, no sentido biomédico de doença, mas sim procurar compreender a produção de significados, por parte dos indivíduos, em torno da sua situação de desemprego, muito particularmente no que à autoavaliação da saúde e do bem-estar diz respeito (Dalfovo, Lana e Silveira, 2008). Ainda que se procure captar o ponto de vista e a perspetiva individual e subjetiva dos indivíduos, a mesma não poderá ser compreendida fora do contexto social e cultural mais amplo no âmbito do qual é construída e ganha sentido.

Fazendo referência às metodologias aplicadas nas ciências sociais, e com base no conhecimento que se possui relativamente às mesmas, a metodologia qualitativa é a que faz sentido usar no presente projeto de investigação, uma vez que se trata de uma abordagem que estuda as várias perspetivas dos indivíduos, em diferentes práticas e contextos sociais (Flick, 2005), ao contrário da metodologia quantitativa, que procura investigar a sua validação com base nas hipóteses previamente estabelecidas. Tal como refere Brinkmann (2012: 65) “*We should never forget that we do qualitative research for purposes of living, and theories and methods are just some of the tools we employ in the process (others, I might add, are art and education)*”.

### **1.3 Seleção das técnicas de pesquisa**

De entre as técnicas de investigação que devem sustentar o planeamento de todo o projeto de ação (referências teóricas; métodos adotados; e a profundidade e qualidade dos dados que se pretende obter), recorreu-se à entrevista como forma de recolher informação que permita dispor do maior número possível de dados necessários à consecução dos objetivos delineados (Boni e Quaresma, 2005).

Como se pretende compreender os impactos do desemprego na saúde e bem-estar de indivíduos desempregados a partir das perceções dos próprios, o recurso à entrevista é o que melhor se adequa. Esta opção permite ter em conta algumas dimensões que foram avançadas em termos de corpo teórico, mas também permite dar a liberdade aos indivíduos, uma vez que se dará ao entrevistado “a máxima abertura para ele exprimir os seus pontos de vista” (Flick, 2005: 82). Espera-se que esta abertura e liberdade de exprimir ideias e de avançar questões, que possam não ter sido contempladas no guião, nos proporcione pontos de vista diferentes do esperado e,

consequentemente, nos dê acesso à identificação de novas dimensões não contempladas anteriormente.

Segundo Ribeiro (2008) a entrevista permite, através do comportamento, conhecer as atitudes, valores e sentimentos para além do que os entrevistados descrevem (Ribeiro 2008 *cit in* Júnior e Júnior, 2011). Desta forma, com as entrevistas é possível recolher e interpretar dados objetivos e subjetivos (Boni e Quaresma, 2005).

Portanto, relativamente à estruturação da entrevista, foi realizada uma entrevista semiestruturada. Este tipo de entrevista é livre e aberta, dado que combina perguntas abertas e fechadas, embora com limitações, existindo um diálogo informal entre o entrevistador e o entrevistado (Boni e Quaresma, 2005). O entrevistador procura conduzir este diálogo no sentido de obter respostas que vão de encontro aos seus objetivos.

Pretende-se com o mesmo instrumento, obter informação relativa ao processo de adaptação à situação de desemprego atendendo aos papéis de género. Neste sentido, foi construído um guião de entrevista semiestruturada (Anexo 2).

## **1.4 Seleção e caracterização dos participantes do estudo**

No que diz respeito à seleção dos participantes, foram entrevistados homens e mulheres, cujo critério de inclusão foi o facto de estarem desempregados há pelo menos um mês. A seleção dos indivíduos teve um carácter de conveniência, pelo que o recrutamento dos participantes, no que se refere ao local de residência, abrangeu indivíduos do concelho do Fundão, por questões de proximidade geográfica. diretamente indivíduos no GIP (Gabinete de Inserção Profissional). O contacto e o recrutamento dos participantes foram feitos com recurso à técnica de “bola de neve”, a qual se torna particularmente útil quando existe uma maior dificuldade em aceder aos participantes (Dewes, 2013; Vinuto, 2014), e também junto do GIP, nos dias que me foram cedidos, para esse efeito.. No caso dos entrevistados a que acedemos inicialmente, pediu-se que avançassem outros que pudessem conhecer e que se encontrassem dentro dos critérios de seleção da investigação. Assim, além do apoio do GIP, a técnica de amostragem em bola de neve é a que fez mais sentido aplicar dado que, e tal como refere a Vinuto (2014: 204), a mesma “mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação”. Como tal, o número de casos não foi definido *a priori*, dado que o mesmo dependeu da qualidade das entrevistas e das informações obtidas, embora se reconheça que o ponto de saturação não terá sido atingido. Contudo, dadas as limitações

particulares que a situação pandémica nos colocou, foram realizadas as entrevistas possíveis, tendo em conta os constrangimentos. Pelos mesmos motivos, não foram considerados e definidos *à priori* os grupos etários e o estatuto socioeconómico, ainda que se tenha tentado recolher uma amostra diversificada, como descreveremos mais à frente.

Uma outra hipótese, que esteve inicialmente em cima da mesa, esta mais institucional, passava pelo contacto com o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) da Covilhã, a quem se pediria em primeira instância autorização para a investigadora permanecer nas instalações e contactar potenciais participantes. Esperava-se que o facto de o IEFP ser membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade da Beira Interior (UBI), pudesse contribuir para uma resposta positiva nesse sentido. Contudo, dado a situação atual pandémica, ficámos com algumas limitações, uma vez que as deslocações ao IEFP teriam de ser marcadas e existem bastantes restrições presenciais nos diferentes serviços públicos, levando a que esta hipótese não pudesse ser considerada. Embora se tenha tido esta limitação, foi-nos possível através da ligação do IEFP com GIP, que se encontra instalado no Casino Fundanense, em frente à Câmara Municipal do Fundão, proceder à seleção dos entrevistados.

Desta forma, foram realizadas um total de 12 entrevistas, onde dois dos participantes, e do sexo feminino, surgiram pela técnica de amostragem por bola de neve, os restantes participantes foram conseguidos através do contacto direto aquando a permanência da investigadora nas instalações do GIP. As entrevistas foram realizadas entre fins de julho e agosto de 2020, e tiveram uma duração aproximada de 1 hora a 1 hora e 15 minutos. Estas foram realizadas no GIP, de forma a proporcionar e garantir a segurança e o conforto dos entrevistados, bem como a sua privacidade.

Ainda que não se possa falar de uma amostra representativa, até porque estamos perante uma investigação qualitativa, procurou-se na seleção dos participantes captar alguma diversidade social, nomeadamente em termos de género, estado civil, idade, qualificações escolares e categorias socioprofissionais. Assim, e relativamente à população entrevistada, cuja caracterização sociodemográfica se encontra ilustrada de seguida, foram entrevistadas 8 mulheres e 4 homens, com idades compreendidas entre os 22 e os 63 anos. Esta discrepância deve-se ao facto de nem sempre os indivíduos masculinos se demonstrarem disponíveis para a entrevista. No que diz respeito ao estado civil, não há uma situação que se destaque, sendo que registámos 5 indivíduos solteiros; 3 divorciados e 4 casados, sendo que em ambos os grupos e relativamente à parentalidade, a maioria dos entrevistados têm filhos a seu cargo. Quanto às habilitações literárias, estas são bastante diversificadas, com uma escolarização que vai desde o 1º ciclo de escolaridade a níveis de ensino superior, mais precisamente ao mestrado. Em relação à última profissão que exerciam, estas são muito heterogéneas, porém destacam-se as categorias socioprofissionais menos qualificadas. Todos os participantes, à exceção de uma, recebem apoios, nomeadamente o Subsídio de Desemprego e/ou o Rendimento Social de Inserção (RSI).

Por fim, quanto ao tempo em que se encontram no desemprego, este varia entre 1 mês a 4 anos, sendo que se tenha registado, e analisado, um caso isolado com uma duração de 12 anos.

De forma a garantir o anonimato de todos os participantes, estes serão denominados como “Mas 01” ou “Fem 03”, como forma de identificação quer do género, quer do número da entrevista, sem querer catalogar os participantes, mas respeitando o anonimato, optou-se por esta forma de designação por se achar ser a mais segura e adequada.

Em termos de procedimentos éticos, foi pedido a todos os participantes que lessem e assinassem um consentimento informado (Anexo 1), no qual se explicitam os objetivos do estudo, se garante a confidencialidade e o anonimato dos dados, se indica a que se destinam os dados recolhidos e se esclarece que os participantes a qualquer momento podem desistir de participar no estudo, sem que daí advenha qualquer consequência.

<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Local de residência</b>	<b>Nº de elementos do agregado familiar</b>	<b>Nº de filhos</b>	<b>Habilitações literárias</b>	<b>Emprego/Trabalho que exercia (último)</b>	<b>Tempo de desemprego</b>	<b>Recebe Subsídio Desemprego S/N</b>	<b>Recebe RSI S/N</b>
<b>Mas 01</b>	29	Solteiro	Alpedrinha	2	0	12º Ano	Operário fabril – Empresa de peças para relógios	3 Meses	S	N
<b>Mas 02</b>	56	Casado	Fundão	3	1	4º Ano	Operário fabril – Empresas de regas	2 Anos	S	N
<b>Fem 03</b>	44	Solteira	Alcaria	1	0	12º Ano	Operária de lavandaria	2 Meses	S	N
<b>Fem 04</b>	22	Solteira	Vale de Prazeres	3	0	9º Ano	Estágio – Empresa de têxtil	1 Mês	N	N
<b>Fem 05</b>	63	Casada	Castelo Novo	2	2 (independentes)	4º Ano	Talhante	7 Meses	S	N
<b>Fem 06</b>	43	Divorciada	Fundão	3	2	9º Ano	Costureira	6 Meses	S	N
<b>Mas 07</b>	36	Divorciado	Valverde	1	0	12º Ano	Montador de transformadores elétricos	1 Mês e meio	S	N
<b>Mas 08</b>	58	Divorciado	Fundão	1	1 (independente)	9º Ano	Operário fabril – Empresa de peças para relógios	12 Anos	N	S
<b>Fem 09</b>	46	Casada	Aldeia de Joanes	3	1	12º Ano	Empregada de balcão	1 Mês e meio	S	N
<b>Fem 10</b>	48	Solteira	Fundão	4	6 (3 independentes)	9º Ano	Auxiliar de geriatria	2 Meses e meio	S	S
<b>Fem 11</b>	47	Casada	Fundão	4	2	12º Ano	Responsável de um pronto a vestir	5 Meses	S	N
<b>Fem 12</b>	37	Solteira	Soalheira	4	0	Mestrado	Professora de ensino especial	4 Anos	S	N

Figura 5: Caracterização sociodemográfica dos indivíduos entrevistados

Fonte: Elaboração própria

## **Capítulo 2 – Análise e interpretação dos dados**

“(...) A entrevista apresenta um tipo de comunicação bastante particular. É suscitada e pretendida, por um lado, e mais ou menos aceita ou sofrida por outro.”

(Ruquoy, 1997: 95)

A presente investigação baseou-se numa pesquisa de foro qualitativo, sobre a realidade dos indivíduos entrevistados na sua vivência e convivência com o desemprego. No decorrer da investigação, constatou-se que o desemprego se apresenta como um fator de risco primordial para os indivíduos, na medida em que os mesmos relatam os efeitos negativos atendendo à sua saúde e bem-estar. Estas assunções, como veremos, são corroboradas pela revisão da literatura e pela análise dos dados empíricos obtidos nesta investigação.

Assim, neste capítulo, analisamos e interpretamos os testemunhos obtidos através das entrevistas, das quais, após transcrição, se realizaram sinopses analíticas (Anexo 3). O alinhamento do presente capítulo socorrer-se-á de dimensões e subdimensões de análise, de modo a compreender os impactos do desemprego na saúde e bem-estar destes indivíduos, e a perceber em que medida o gênero medeia e constitui essa experiência que resulta do processo de adaptação ao desemprego

### **2.1 A vivência e a experiência do emprego**

De acordo com Rodrigues, *et al* (1999), o trabalho assume uma importância primordial na vida das pessoas, não só porque ocupa grande parte do seu dia-a-dia, mas também porque é visto como essencial para a autoestima, além, obviamente, de constituir fonte de rendimento. É interessante perceber que, neste pequeno grupo de entrevistados, cada um percebe e atribui significados diferentes às suas experiências de emprego/trabalho. Não obstante, o emprego continua a ser um dos determinantes mais importantes nas condições de vida dos indivíduos, ao qual é atribuído um sentido de vida, dado que passam grande parte do dia a desenvolver as tarefas que o mesmo implica.

Assim, a presente dimensão *A vivência e a experiência do emprego* foi a que nos serviu de ponto de partida. No seio desta emergiram três subdimensões. A primeira recaiu na *Percepção*

*em torno do Emprego, Trabalho e Desemprego* e é a partir desta que vamos analisar como os mesmos são percebidos e definidos pelos entrevistados com base nas suas experiências de vida. De seguida apresentamos, como segunda subdimensão, a *Centralidade do emprego*, sendo que o que se pretende é perceber se os indivíduos reconhecem no emprego que perderam, ou mesmo no conceito de emprego, o elemento estruturante e organizador da sua vida. A terceira subdimensão incide sobre a *Relação com o Emprego* através da qual analisaremos a relação que os entrevistados mantinham com o emprego / último trabalho remunerado e qual o grau de satisfação / realização que tinham com o desempenho do mesmo.

### **2.1.1 Perceções em torno do Emprego, Trabalho e Desemprego**

A pertinência desta subdimensão advém do facto de estes conceitos se “assumirem como aspetos centrais no que diz respeito às problemáticas da exclusão social e da integração/inserção social” (Rodrigues et al, 1999: 73).

Em muitas circunstâncias, quando questionados sobre as perceções destas três realidades, os entrevistados separam-nas bem, utilizando dimensões diferentes, sobretudo, para as noções de emprego e de trabalho, como veremos de seguida. No entanto, a partir de um certo momento, na entrevista, utilizam a noção de emprego e trabalho de uma forma intercambiável, porque, na verdade, para eles trata-se do mesmo, onde o trabalho tem a ver com uma atividade remunerada. Isto, embora haja casos em que não há um contrato, nem há uma remuneração, mas há trabalho, como por exemplo o entrevistado “Mas 02” (56 anos e desempregado há 2 anos) que refere que tem feito alguns recados e dado alguma ajuda a amigos e vizinhos, e que embora não seja a troco de dinheiro, diz o mesmo seria ilegal, recebe em troca o que a terra lhes dá, no fundo, realiza “biscates” (trabalhos pontuais), ainda que não o assuma, por sentir que poderá sofrer represálias. Claramente, aqui há trabalho, mas não há emprego. Outro exemplo é a entrevistada “Fem 10” (48 anos e desempregada há 2 meses e meio) que assume ter tido trabalhos precários, não declarados e sem vínculo contratual, que conjugava com trabalhos com vínculo contratual para suprir as suas dificuldades.

Como tal, numa primeira abordagem, alguns dos discursos apontam para as diferenças entre emprego e trabalho, referindo-se a um deles como o meio que lhes garantia um certo nível de autoestima, pois sentiam-se realizados e, acima de tudo, conferia-lhes estabilidade financeira.

“Trabalho é algo que é apenas feito com o objetivo de receber um ordenado no fim do mês, em que não existe qualquer tipo de satisfação, sendo visto como uma obrigação e necessidade, enquanto um emprego é algo que tendo igualmente a finalidade de receber um ordenado/salário traz realização pessoal e um certo gosto em ser realizado e ainda

traz realização profissional.” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UT Operário fabril – empresa de relógios)

“O emprego pressupõe, então, um contrato, uma remuneração, que nos dá aquela estabilidade” (Mas 07; 36 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 1 mês e meio; UT Operário fabril – transformadores elétricos)

“(…) para mim um trabalho é trabalhar, enquanto um emprego, para mim, é (...) é ter aquele emprego certinho das 9h às 13h e das 15h às 17h... todo limpinho e o ordenadinho ao fim do mês. E o trabalho é trabalhar no duro, é, por exemplo, trabalhar numa cozinha, hotelaria, agricultura, tens hora para entrar, mas não tens hora para sair. Agora eu não posso comparar um trabalho da função pública tipo finanças, não é? Nós temos de ser realistas... a uma agricultora, não tem nada a ver.” (Fem 09; 46 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 1 mês e meio; UT Empregada de balcão)

“(…) um trabalho é uma coisa que as pessoas não se veem fazer para o resto da vida, uma coisa temporária, para desenrascar e por necessidade. E se calhar o emprego é algo que as pessoas veem como (...) uma coisa segura.” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 5 meses; UT responsável de um pronto a vestir)

Podemos concluir que alguns dos nossos entrevistados dão uma conotação positiva ao emprego e uma conotação mais negativa ao trabalho. Na verdade, em termos populares, é comum se dizer que “as pessoas não querem um trabalho, querem um emprego”, no mesmo sentido que é avançado pelos participantes. Para estes, emprego significa estabilidade, segurança e realização, ao passo que trabalho é algo feito por obrigação, e em piores condições. Até há uns anos, a ideia que existia relativamente ao emprego era de que este seria para toda a vida, no entanto, as alterações que ocorreram no mercado de trabalho nos últimos anos, levaram a que este dado adquirido desaparecesse e passasse a ser um sonho/ambição de todos: ter um emprego para toda a vida (Giddens, 2013). Esta flexibilidade, o andar de emprego em emprego, veio obrigar, como nos elucida Giddens (2013), a que muitos destes indivíduos, sobretudo os mais jovens, encarem e se adaptem a esta nova realidade, desenvolvendo para isso novas capacidades. No entanto, estas alterações do mercado de trabalho vieram aumentar o desemprego e aumentar significativamente o emprego precário e de curta duração, dando azo ao surgimento de novas formas de emprego. Ao analisar os discursos dos entrevistados relativamente ao emprego, vimos que antes da situação de desemprego, havia aquela “utopia” do emprego para toda a vida, ou pelo menos estável, o qual é perceptível nos seguintes discursos:

“No início, nós tínhamos a previsão de que ficaríamos após o estágio, mas depois houve esta situação do COVID e pronto, fomos para o desemprego. A própria empresa também foi para layoff parcial.” (Fem 04; 22 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 1 mês; UT estágio – empresa têxtil)

“Eu julguei que fosse até ao fim da minha vida, mas eu comecei a ficar mal, olhe, e as vendas também começaram a falhar e o patrão não tinha como me pagar, foi tudo um acumular de situações...” (Fem 05; 63 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregada há 7 meses; UT Talhante)

“Sim, sentia que seria um emprego para a vida, claro que sim, estou lá há uns 20 anos, temos mantido sempre a mesma equipa, sabemos trabalhar uns com os outros, temos os nossos clientes e eu acho que tínhamos tudo para dar certo, mas isto veio complicar... claro que as burocracias também, mas essas teríamos na mesma se não fosse o COVID mas ainda assim não deveriam ser tão complexas, tão intensas... digo eu, que não percebo nada disto, apenas falo do que me parece.” (Fem 09; 46 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 1 mês e meio; UT Empregada de balcão)

É de ressaltar que grande parte dos entrevistados desempregados são fruto da crise pandémica que assola o mundo e, por isso, este é um tema recorrente nas entrevistas. Esta situação levou a que alguns dos participantes que tinham empregos de longa duração tenham sido apanhados de surpresa pelo desemprego, como são exemplo a “Fem 09” (46 anos e desempregada há 1 mês e meio); a “Fem 10” (48 anos e desempregada há 2 meses e meio); e a “Fem 11” (47 anos e desempregada há 5 meses).

“Não estava à espera deste desfecho, tendo em conta que o patrão se demonstrava satisfeito, estive lá por 18 anos e ainda para mais no ano passado a nível de vendas, pronto, eu também tinha essa parte, não é? Não era só... eu tinha noção que tinha objetivos, sabia o que tinha de faturar... e o ano até tinha corrido muito bem, por isso, eu não estava à espera, não...” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 5 meses; UT responsável de um pronto a vestir)

Esta ideia de emprego para toda a vida muda se olharmos para a faixa etária mais jovem, onde raramente está presente, sobressaindo a consciência dos entrevistados de que o emprego era/é temporário e precário. Assim, ainda que se invista na formação, deparamo-nos com a fragmentação da organização do trabalho, tal como nos elucida Kovács (2004). O que desperta nos indivíduos um sentimento de revolta face aos termos contratuais e ao tempo de trabalho.

Ao analisar os empregos que os participantes tiveram ao longo da sua vida ativa, percebe-se que os entrevistados mais velhos (entre os 56 anos e os 63 anos), tiveram muito menos empregos (por exemplo: “Mas 02” , 56 anos e desempregado há 2 anos, teve dois empregos e a “Fem 05”, 63 anos e desempregada há 7 meses, teve apenas este último, dado que em tempos se dedicavam ao cultivo das suas terras), quando comparados com os mais jovens, visto que estes últimos têm passado por vários empregos precários e de curta duração.

Esta discrepância, como temos vindo a expor, é explicada pelas transformações ocorridas no mercado de trabalho e na forma como o emprego é percecionado, levando ao aparecimento de novas formas de emprego, como são exemplo o trabalho temporário, o trabalho com contrato a

termo, o trabalho a tempo parcial, o trabalho ao domicílio, os estágios, entre outros (Casaca, 2013). Estas novas formas de emprego assumem-se como a principal estratégia da flexibilização laboral, uma vez que as mesmas são adaptáveis e provêm das empresas, que as veem como uma forma de responder às mudanças/exigências da globalização e da competitividade que tem transformado o mundo do trabalho (Kovács, 2004; Giddens, 2013). Esta flexibilização repercute-se, para muitos dos trabalhadores, em relações precárias de emprego, de futuro instável e sem perspectivas de progressão laboral, como pudemos constatar no discurso:

“Sabia que não seria para toda a vida, uma vez que era um trabalhador temporário, subcontratado a uma empresa de trabalho temporário.” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UT Operário fabril – empresa de relógios)

O trabalho e o emprego, que se dizem fatores centrais da sociedade industrial, são os vetores estruturantes da vida individual e da sociedade em geral. Em suma, e de acordo com o quadro teórico, o trabalho é não só um meio de integração social, mas também um meio produtor de riqueza. Tal como mencionado por Rodrigues *et al* (1999: 75) e Pinheiro e Monteiro (2007), o emprego/trabalho remunerado apresenta-se como um meio de produção de vida que contribui para a melhoria do estatuto e da identidade pessoal, impondo, sobretudo, “uma estrutura de tempo ao dia”. Por isso “é um importante mecanismo de suporte psicológico mesmo quando as condições a ele inerentes são más” (Rodrigues *et al*, 1999: 75), como nos mostram os seguintes discursos, que embora opostos, justificam as afirmações supracitadas:

“É mais importante ter um emprego, pois um trabalho é apenas algo que paga contas e de onde vem muito stress e frustração, acaba por afetar em muito a qualidade de vida, enquanto um emprego mesmo pagando as contas traz um sentimento de realização e não é visto como algo frustrante de fazer, nem como uma obrigação, mas sim como algo que se tem gosto em fazer e ainda se é renumerado para tal, como toda a gente anseio e procuro que um dia chegue a oportunidade de fazer o que gosto.” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UT Operário fabril – empresa de relógios)

“Ter um trabalho que a pessoa saiba fazer, consiga fazer e goste de fazer. Um emprego é alguém que é contratado.” (Mas 08; 58 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregado há 12 anos; UT Operário fabril – empresa de relógios)

Ainda que, neste estudo, se trate de um caso isolado, este último indivíduo (“Mas 08”) faz parte de um grupo a que denominamos de desempregados de longa duração. De acordo com Ashton (1986 in Giddens, 2013), quando o período de desemprego se prolonga, os indivíduos acabam por se resignar à situação, em que mais do que a perda de rendimento, experimentam outras perdas pessoais e sociais, o que os leva a interiorizar o rótulo estigmatizante, avançado por Goffman (Goffman, 1963). Segundo Capucha (2005: 179), nesta situação de desemprego de longa duração, há como que um desgaste de aptidões profissionais e uma diluição dos laços

sociais que definem a vida quotidiana, o que pode conduzir ao desenvolvimento de perturbações psicológicas que têm repercussões sociais e familiares, levando a um afastamento da sua (re)inserção social e laboral.

Para além destes dois exemplos supracitados, outros entrevistados (“Mas 02”, 56 anos e desempregado há 2 anos, “Fem 05”, 63 anos e desempregada há 7 meses e “Fem 06”, 43 anos e desempregada há 6 meses) partilham e reforçam o mesmo discurso: o de que um trabalho implica um esforço extra, ao passo que o emprego não é considerado tão pesado como um trabalho, ainda que, por vezes, nos próprios discursos haja uma relação entre um e outro. De referir que o emprego é visto como mais seguro, devido ao seu vínculo contratual e ao facto de se contar com o dinheiro ao fim do mês.

Ainda na mesma linha de pensamento, para além da realização pessoal e de se sentirem úteis a trabalhar, há quem associe o trabalho à força, à exaustão, e ao sacrifício como é perceptível nos seguintes testemunhos:

“Olhe, eu costumo dizer, trabalho é a gente trabalhar e emprego é para aquelas pessoas que não querem fazer nada, eu costumo dizer muito isso, porque nós queremos é trabalho porque num emprego não se faz nada.” (Fem 03; 44 anos; ensino secundário – 12º Ano; desempregada há 2 meses; UT Operária fabril – empresa de lavandaria)

“(…) falando português corretamente, o trabalho é quando faz calos nas mãos como os meus, vê? Emprego é o que muita gente quer... estar sentadinha e descansada da vidinha. Eu sou direta... (...) o que não quer dizer que quem tenha emprego não tenha as suas preocupações, mas é diferente (...)” (Fem 10; 48 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 2 meses e meio; UT auxiliar de geriatria)

Tendo em conta o enquadramento conceptual de emprego e trabalho, compreende-se melhor a forma como é vivenciada a experiência do desemprego e as repercussões do mesmo na vida social e individual de cada um, podendo-se aferir que estas (repercussões) ultrapassam a simples perda de rendimentos que caracteriza, à partida, a situação de desemprego. Segundo a maioria dos discursos, a definição de desemprego corresponde à inexistência de um trabalho, no entanto esta definição é demasiado redutora, uma vez que não explica, segundo Rodrigues *et al.* (1999), que há quem tenha esta identidade institucional de desempregado sem o ser na sua plenitude, pois fazem “biscates”, ou seja, trabalhos pontuais como exemplificado anteriormente.

Constata-se que a noção de desemprego é bem explicada pelos entrevistados, que assumem que este é a ausência de emprego, enquanto que as perceções de emprego e trabalho acabam por se fundirem.

### **2.1.2 Centralidade do emprego**

A presença de um emprego permite que as pessoas tenham uma vida funcional, mais estruturada, pois para além de uma questão financeira, o mesmo representa “uma referência importante para o indivíduo, influenciando o processo de construção de identidade e sendo em si uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e de autorrealização” (Kubo & Gouvêa *in* Aguiar *et al*, 2016: 472) e “para além da dimensão individual, possui também um carácter social no sentido em que possibilita o contato com outras pessoas, sejam clientes, fornecedores ou colegas de trabalho” (Aguiar *et al*, 2016: 473). Tendo em conta esta noção de emprego, é consensual entre os entrevistados que o mesmo é uma fonte de realização pessoal. Houve indivíduos que associaram o emprego e o trabalho à motivação e à iniciativa de realizar uma atividade, indo para além da questão profissional.

Dos discursos dos entrevistados, e sobretudo das mulheres, percebe-se que havia quem se sentisse realizado/a, uma vez que estava a desempenhar uma atividade que ia de encontro às suas realizações pessoais e profissionais ou porque, simplesmente, mantinha contacto com o público e sentia, de certa forma, que estava a contribuir para a sociedade. Estas pessoas demonstraram um grau de satisfação e motivação maior e mais positivo face aos outros entrevistados. O trabalho era visto como uma rotina que lhes permitia serem ativos, responsáveis e organizados:

“Gostava, sim senhora. Gostava muito de ser talhante, é duro (...) não sei explicar... mas gostava de carregar e descarregar; preparar a carne; falar com os clientes. Era muito bom, e foram 5 anos duros, mas gostava tanto” (Fem 05; 63 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregada há 7 meses; UT Talhante)

“Sim, nesta empresa sim, eu gostava muito de lá estar (...) e depois fiz novas amizades, amizades daquelas mais próximas... e ficar agora no desemprego foi tipo ó... gostava tanto... É a minha formação por experiência” (Fem 06; 43 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 6 meses; UT Operária fabril – Costureira)

“Mas eu adoro estar a trabalhar, e nisto (...) o trabalho conduz as nossas vidas (...). Nós vamos muito mais feliz se gostarmos do que fazemos além de que a rentabilidade é outra. Tu dás produtividade ao patrão porque estás a fazer aquilo que gostas. (...) é o que lhe digo, eu gosto muito daquilo que faço ao balcão e em pastelaria, mas sim, é um trabalho que acaba por ser desgastante, nós hoje em dia para o cliente nós somos quase que como confidente” (Fem 09; 46 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 1 mês e meio; UT Empregada de balcão)

“Sim, da minha parte eu gosto muito de trabalhar com idosos, por isso estava no sítio certo...” (Fem 10; 48 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 2 meses e meio; UT auxiliar de geriatria)

“Sim, sentia-me completamente realizada e adorava o meu local de trabalho, porque também havia espaço para crescer e também tive sorte com o meu patrão (...)” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 5 meses; UT responsável de um pronto a vestir)

“Sim, sentia, gostava imenso, mas (...) às vezes as situações são tão más (...) neste caso sentia-me realizada porque era a minha área, porque estava a fazer o que gostava, mas depois com recibos verdes... em termos de futuros, com os descontos, com os anos de serviço, uma série de coisas que não as temos, mas se calhar às vezes queremos tudo...” (Fem 12; 37 anos; ensino superior universitário – Mestrado; desempregada há 4 anos; UT Professora de ensino especial)

Contudo, temos discursos que reforçam a ideia de que o trabalho apenas servia um fim - a questão monetária - e não servia o princípio da concretização/realização pessoal:

“Não me sentia totalmente realizado, embora fosse algo que conseguisse fazer já com alguma facilidade, era um processo baseado em repetir continuamente operações, e que estando ligado a acabamento de peças poderia levar com erros de outros, ou até o mau humor de quem controlava o produto final e fazerem cair as culpas sobre mim. (...)” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UT Operário fabril – empresa de relógios)

“É assim, a nível de trabalho, o trabalho era bom, mas a nível de pessoas, hum... (...) A nível de chefes e pessoas era horrível porque assumiam papéis estranhos e confusos a gente não sabia a quem obedecer e desobedecer, ora um diz uma coisa ora outro diz outra (...). (...) quer dizer estão a gozar, a torturar-me epá deixavam-me a fazer o que sempre fiz...” (Fem 03; 44 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 2 meses; UT Operária fabril – empresa de lavandaria)

“Não, não era um emprego de sonho, não era sequer a minha área. (...) pronto fazia o que fazia única e exclusivamente para ter um rendimento. Mas não, não me sentia realizado, realizado sentir-me-ia a fazer aquilo que gosto, (...)” (Mas 07; 36 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 1 mês e meio; UT Operário fabril – transformadores elétricos)

No enquadramento teórico abordámos a importância que o trabalho assume na vida dos indivíduos, e, através desta subdimensão, verificámos que o trabalho assume um papel preponderante, sendo que o veem como uma identificação através da qual atingem uma posição económica e social, que lhes permite satisfazer as necessidades individuais e familiares (Rodrigues *et al*, 1999).

A nível do nosso estudo, o trabalho é entendido pelos entrevistados como aquilo que lhes confere uma identidade que se estende para além do profissional e lhes permite traçar um caminho de progressão social e financeira. O emprego, e também como nos elucida Rodrigues *et*

al (1999), surge sempre como sinónimo de um salário, o qual permite ao trabalhador satisfazer as suas necessidades e construir um estatuto social na sociedade em que se encontra inserido. Quase todos os entrevistados afirmaram que aquilo que recebiam em troca do seu trabalho era suficiente para organizar a sua vida. Contudo, em alguns testemunhos, verificou-se que, embora conseguissem orientar-se, não é fácil gerir a vida apenas com um salário mínimo e que se a situação familiar fosse diferente, esse mesmo salário seria insuficiente para as necessidades:

“Na minha situação atual servia para gerir a minha vida, em casa dos pais e sem grandes despesas dava perfeitamente, porém se já tivesse a minha vida orientada e num futuro..., duvido que o que recebia fosse o suficiente para conseguir gerir a minha vida de forma tranquila, iria exigir muita ginástica financeira.” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UT Operário fabril – empresa de relógios)

“Conseguia orientar-me, mas quer dizer, uma pessoa conseguir orientar-se com um ordenado mínimo não é fácil, mas sim, conseguia orientar a minha vida porque as minhas despesas, desde que me separei, reduziram bastante.” (Mas 07; 36 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 1 mês e meio; UT Operário fabril – transformadores elétricos)

A maior preocupação dos entrevistados é ter um trabalho que lhes providencie um salário, uma vez que este será a base que configurará e estruturará as dimensões do social, nomeadamente a vida familiar e a satisfação das suas necessidades. É o trabalho que atribui uma identificação aos indivíduos. Sendo o trabalho e o emprego uma das principais formas de integração e inserção na sociedade, é fundamental entender-se que mais que uma questão financeira, estes são vistos como uma forma de aprendizagem, de contacto social e de realização pessoal que desinibe o indivíduo. Ainda que, alguns, se não a maioria dos entrevistados, dê uma forte relevância à dimensão financeira, como podemos observar nos exemplos devidamente justificados pelos mesmos:

“(...) eu quero tirar a carta de condução (...) sonhos que tenho. Mas vou lá nem que seja aos 50 anos eu hei-de tirá-la... neste momento a minha carta é segundo plano, agora é prioritário o meu filho mais velho, rapaz de 21 anos, tirar... ele acabou agora o curso dele e precisa mesmo da carta e com o dinheiro que ele está a ganhar mais com a minha ajuda claro, ele vai tirar a carta agora e depois lá vou eu... (Fem 10; 48 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 2 meses e meio; UT auxiliar de geriatria)

(...) De certa forma pomos sempre à frente o bem-estar dos filhos, do seio familiar à frente de certas coisas que às vezes a gente gostaria de fazer. (...) aliás tenho a minha filha a fazer, terminou o primeiro ano de mestrado (...)” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 5 meses; UT responsável de um pronto a vestir)

Apesar da importância financeira que o trabalho tem nos discursos dos entrevistados, verificou-se que muitas vezes este também surge como uma melhoria da realização pessoal, uma vez que lhes dava uma segurança de realização profissional com autonomia e delimitação de objetivos para o futuro, constituindo-se como uma base de início da vida adulta.

“(…) pelo facto de querer construir a minha vida, ser independente (...) (Fem 04; 22 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 1 mês; UT estágio – empresa têxtil)

Neste modo de vivência, perder o emprego significa perder parte da vida quotidiana, dado que o emprego fazia parte da mesma.

### **2.1.3 Relação com o emprego – Último trabalho**

Atualmente, há um fracionamento do estatuto de trabalhador, visto que já não há correspondência entre as qualificações e o trabalho desempenhado, o que faz com que o indivíduo perca a sua centralidade no trabalho (Silvestre e Fernandes, 2012; Giddens, 2013). No entanto, embora precisem do mesmo para se organizarem na vida, este tende a perder o valor de realização pessoal que tinha há uns anos. A nossa investigação, revela-nos que muitos são os discursos que transparecem sentimentos de não realização com a última ocupação, uma vez que o trabalho ou não se inseria na sua área de formação; ou o ambiente do mesmo era conflituoso, e/ou com forte supervisão e pressão por parte dos seus superiores.

Capucha (2005: 96-97) defende que a noção de modos de vida funciona como “elemento mediador” entre a posição social que o indivíduo ocupa na sociedade e os referenciais sociais e culturais que o rodeia no seu dia-a-dia. Desta forma, o trabalho confere um verdadeiro sentido de vida ao ser humano, é no trabalho que o indivíduo passa a maior parte do seu dia, é este que lhe permite a projeção de um futuro. Esta projeção aliada à segurança e aos diferentes aspetos da vida social são fundamentais para o ambiente profissional e social onde estão inseridos. Para todos os entrevistados, a rotina do dia-a-dia era planeada em função do trabalho, era este que estruturava as suas vidas e era uma presença dominante nas mesmas.

Desta forma, é inegável que a presença de um emprego estrutura a vida dos entrevistados.

Ainda que o trabalho não agrade a todos da mesma forma, foi perceptível que o mesmo assume o equilíbrio na vida pessoal de todos os entrevistados, até porque, para além de dever moral e obrigação social, o trabalho assume-se como uma rotina que dá um sentido à vida.

“(...) a gente está cá para isso, para trabalhar e para irmos pró pé da mulher ao fim do dia.” (Mas 02; 56 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregado há 2 anos; UT Operário fabril – empresa de regas)

“Ó eu começava às 7 da manhã e ia até às 9 da noite, conforme o trabalho dava, o que havia para fazer... carregar, descarregar, cortar, embalar, não tinha tempo para outras coisas... era um trabalho ativo, um trabalho. (...) estava habituada aquele ritmo. (...) no talho tinha os colegas e os clientes e tinha horários para cumprir e sentia-me útil... (Fem 05; 63 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregada há 7 meses; UT Talhante)

“Claro que sim, mantinha a cabeça ocupada, tinha uma rotina, a nível mental isso ajudava-nos bastante.” (Mas 07; 36 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 1 mês e meio; UT Operário fabril – transformadores elétricos)

“(...) É assim, o horário que o comércio tem não é fácil, nós dizemos que fechamos às 19h, mas nunca fechamos às 19h, não é? Mas é gratificante.” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 5 meses; UT responsável de um pronto a vestir)

Para além do exposto, o trabalho desempenha um papel fulcral na organização da existência humana. O mesmo assume um papel preponderante na estratificação social em sociedades avançadas e constitui a principal referência para determinar padrões de identidade e sociabilidade, interesses, atividades políticas, vida em família, estilos de vida e acesso aos recursos económicos, os quais determinam as diversas oportunidades que podem surgir (Cardoso, 2006).

## **2.2 Confrontação com o desemprego**

O emprego apresenta-se, nas sociedades contemporâneas, como um dos principais mecanismos de integração social, ao passo que o desemprego, apresenta-se como um mecanismo de exclusão que resulta, como temos vindo a expor no decorrer do presente estudo, de uma ausência de recursos mínimos que priva o indivíduo de projetar o seu futuro.

Assim, com a segunda dimensão de análise, que diz respeito à *Confrontação com o desemprego*, pretende-se perceber quais os impactos percebidos e sentidos pelos indivíduos entrevistados, e em que medida os mesmos construíram estratégias para a compreensão, confrontação e adaptação a esta situação de desemprego, pelo que se dividiu a mesma em duas subdimensões. A primeira – *Relações sociais e Redes de apoio*, que pretende verificar qual o impacto do desemprego nas relações familiares e de amizade, bem como as mesmas se ajustaram à nova realidade, uma vez que estas se apresentam como uma fonte/pilar de bem-estar, assim como se

pretende apurar quais os apoios que estes indivíduos recebem, bem como quais as expectativas e dificuldades com que se deparam. Por fim, com a segunda subdimensão – *Mudança nos percursos de vida*, pretende-se verificar as principais mudanças ocorridas e o impacto das mesmas no dia-a-dia dos indivíduos.

Os primeiros pensamentos que emergiram aquando a notícia do desemprego, na maioria dos indivíduos entrevistados, foi a incerteza perante o futuro, o medo do amanhã.

“(…) E depois é assim, tenho medo da pandemia, tenho medo de não ser escolhida para um trabalho” (Fem 03; 44 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 2 meses; UT Operária fabril – empresa de lavandaria)

“(…) (*emocionada e pausa longa*). (...) Ai, é o medo de... sempre o amanhã... (...) tenho medo é de não estar ocupada (*novamente emocionada*). (...) O maior receio é o futuro, é a incerteza, mas acho que é comum a toda a gente, não é?” (Fem 09; 46 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 1 mês e meio; UT Empregada de balcão)

Os sentimentos associados ao desemprego (o choque, a tristeza, a desorientação) são o resultado da falta de um rendimento e o risco de dependência de terceiros. Esta abordagem do risco é socialmente contruída, o que é perceptível nos discursos dos indivíduos entrevistados, ou seja, e corroborando as palavras de Delicado e Gonçalves (1997), os mesmos reagem ao risco através da preocupação, da ansiedade, do receio. Os indivíduos referem-se, por exemplo, ao risco de acabar o subsídio de desemprego antes de encontrarem um novo emprego.

“(…) independentemente de ter uma reserva ou não, essa reserva não dura para sempre e uma pessoa não sabe quanto tempo irá ficar desempregado e infelizmente sabemos que o subsídio de desemprego não é nada por aí além.” (Mas 07; 36 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 1 mês e meio; UT Operário fabril – transformadores elétricos)

Para além deste medo, existe também o de não conseguirem arranjar emprego, devido, essencialmente, ao fator idade, já que os indivíduos com mais de 40 anos têm consciência das exigências e seleção do mercado de trabalho. A acrescentar, que a par deste receio, existe também a preocupação com o futuro dos filhos, como podemos verificar nos seguintes exemplos:

“(…) agora sem ele (o trabalho) e com o meu filho a entrar na faculdade vai ser difícil...” (Mas 02; 56 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregado há 2 anos; UT Operário fabril – empresa de regas)

“(…) tenho 3 filhos que ainda estão dependentes de mim...” (Fem 10; 48 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 2 meses e meio; UT auxiliar de geriatria)

Além dos sentimentos acima referenciados, também registamos um outro que, embora oposto, foi a primeira reação por que passaram três dos entrevistados, e aqui falamos de um sentimento

de alívio. Este sentimento/reação está relacionado com o facto de não se sentirem realizados com as funções que prestavam, dado que sentiam uma forte pressão e controlo por parte da empresa onde se encontravam; porque não estavam na sua área de formação; e por não serem reconhecidos, e por isso se sentiam desmotivados, como veremos no ponto seguinte.

No entanto, apesar deste alívio inicial, com o passar dos dias nesta situação de desemprego, a preocupação e os medos começam a surgir. De acordo com os discursos, existe o receio associado ao facto de nos encontrarmos perante uma situação atípica (situação de pandemia e o confinamento geral a que fomos submetidos), que tende a dificultar ainda mais a já difícil situação de procura e contratação, podendo haver um retrocesso e voltar-se à mesma situação de desemprego, como veremos mais à frente na análise. A maioria destes receios advêm da rutura com as rotinas criadas com base no trabalho, e o facto de estarmos nesta situação supracitada, faz com que haja também o receio de inserção e de desinserção num curto espaço de tempo, o que resultará numa ansiedade profunda e num medo perante um futuro emprego.

O enfraquecimento dos aspetos definidores da nossa identidade, nomeadamente o casamento, a família nuclear e o emprego para a vida, conduz ao nascimento da individualização. Neste processo, o indivíduo passa a ser o grande agente operador da sua biografia e identidade, assumindo papéis de ator, desenhista, malabarista, encenador (Beck, Giddens, Lash, 2000). O indivíduo assume o papel de único responsável pela sua vida, cabendo-lhe exclusivamente a ele resolver os problemas que se lhe deparam, vivendo-os como crises pessoais e sentindo pessoalmente o peso da incapacidade de lhes dar resposta. O desemprego, ainda que resulte de um contexto socioeconómico que ultrapassa os indivíduos, pode ser vivido como uma falha pessoal. Para além disso, aumenta as probabilidades de descontinuidades na vida dos indivíduos, uma vez que a sua biografia pessoal passa por mudanças e transições, tornando mais complexas as tarefas inerentes ao planeamento e orientação da sua vida profissional (Beck, 1992).

A crescente individualização das sociedades modernas leva ao “desaparecimento dos referenciais partilhados,” os quais são a base dos “laços de pertença cultural e social, num ou em vários grupos” (Coelho, 2013). O receio de que o desemprego possa levar à perda de laços sociais, nomeadamente ao nível dos grupos de amigos, leva a uma possível desafiliação, a qual pode não ser tão presente num estado inicial, mas que, com o decorrer do tempo, passa a ser mais percecionada. Na verdade, uma das características identificada nos indivíduos que vivenciam o desemprego é exatamente a experiência de isolamento social, que no caso dos nossos entrevistados aconteceu mais no que concerne aos amigos do que à família.

### **2.2.1 Relações Sociais e Redes de apoio**

O suporte das redes de apoio, e aqui falamos da relação familiar, de amigos, da vizinhança e da comunidade local, são determinantes sociais positivos para as condições de saúde (Badziak e Moura, 2010). E são-no mesmo em condições de normalidade, assumindo uma relevância ainda maior para a manutenção do bem-estar em situações de rutura e descontinuidade, como é o caso do desemprego.

Assim, relativamente às relações familiares, alguns dos indivíduos entrevistados referem que a notícia do seu desemprego foi compreendida pelos familiares mais próximos, tendo recebido uma ajuda, quer financeira e quer afetiva, da sua parte. Assim, nas entrevistas transparece esta compreensão, sobretudo dada a atual situação pandémica.

“Com alguma tristeza, mas como tenho vindo a dizer, com a pandemia sentiram também um alívio. Ao saberem que estou em casa e não corro o dobro do risco nem de ser infetado nem de infetá-los ... é um misto de emoções pelo que a notícia não foi recebida com a tristeza se fossem outros tempos.” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UP Operário fabril – empresa de relógios)

“Ó ninguém estava à espera, nem souberam o que dizer, mas recebo todo o apoio deles.” (Fem 04; 22 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 1 mês; UP estágio – empresa têxtil)

A “Fem 05”, antes desta situação de desemprego já se encontrava doente, pelo que não foi surpreendida pelo desemprego: “Já contávamos todos com isto, assim que eu piorei... mas pronto não deixa de ser triste.” (Fem 05; 63 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregada há 7 meses; UP Talhante)

“Ficaram tristes também, mas tenho apoio deles todos... a nível de tudo, financeiro quando estou atrapalhada e emocionada, fazem-me companhia e ouvem-me...” (Fem 06; 43 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 6 meses; UP Operária fabril – Costureira)

“É assim da parte dos elementos que me são mais próximos existiu uma preocupação, mas também é como lhe digo, os problemas são tantos para tanta gente que por mais que as pessoas queiram ajudar, prestar qualquer tipo de apoio, essas próprias pessoas, se calhar, também precisam de algum tipo de apoio portanto torna-se um pouco ambíguo (...) Mas sim, houve da parte dos elementos mais próximos, uma preocupação em que se prontificaram a ajudar no que eu precisasse, mas no final do dia somos sempre nós que lá estamos.” (Mas 07; 36 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 1 mês e meio; UP Operário fabril – transformadores elétricos)

“É assim, da minha parte, da minha família... a minha irmã sabe, mas não contei aos meus pais... o meu pai sofreu um AVC há uma data de anos atrás e com esta questão da pandemia e tudo achei que iria ser uma coisa que o iria abater e como eu não podia estar com ele... não são coisas que dizemos por telefone. Eu acho... E como eu já tinha visualizado de certa forma aquilo que eu queria fazer e continuar a fazer achei que não havia necessidade de estar a preocupá-lo.” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 5 meses; UP responsável de um pronto a vestir)

Muito particularmente num discurso (“Mas 08”, 58 anos e desempregado há 12 anos), percebeu-se que esta situação não foi compreendida nem aceite pelos familiares, o que causa um sofrimento adicional nos indivíduos. Segundo Paugam (2003), quando esse suporte familiar, e em particular a conjugalidade, é afetado por esta situação de desemprego, o indivíduo passa por dois processos: o da desagregação familiar e o sentimento de culpabilidade.

O que pudemos constatar neste indivíduo (“Mas 08”), foi que passou por ambos os processos a que alude Paugam: num primeiro momento, aquando do desemprego, houve, em simultâneo, o processo de divórcio e uma quebra no vínculo afetivo por parte da filha e da irmã do indivíduo; num segundo momento, surgiu um sentimento de culpabilidade, confidenciando-nos que se arrepende de não ter agido, no local de trabalho, de forma igual à dos colegas, ou seja, o mesmo confessa que sentia que trabalhava mais, comparativamente aos colegas, pois não fazia as pausas necessárias, o que poderá ter levado a um cansaço físico e psicológico e a uma conseqüente má execução do seu trabalho.

Porém, a maioria dos indivíduos referiram que sempre sentiram o apoio familiar e uma maior preocupação por parte da família, pelo que, nestes casos, não se verificou quem esteja a passar por algum destes processos a que nos alude Paugam. De referir, contudo, que a maior parte dos entrevistados se encontra nesta situação há relativamente pouco tempo, a que se juntou a situação do confinamento geral, o que pode ter contribuído para que o impacto não tenha sido tão significativo, tendo havido mesmo quem relativizasse a sua situação, já que todo o agregado se encontrava em casa.

As relações sociais são uma extensão da vida que, geralmente, sofrem grandes alterações com o surgimento de desemprego. Pelas entrevistas, podemos verificar que uma parte dos indivíduos se afastam um pouco da sociedade que os rodeia, ao referirem que permanecem mais tempo em casa, mesmo quando ainda não nos encontrávamos em confinamento. Esta mudança também se pode verificar nos indivíduos (amigos) que estão próximos dos que estão desempregados, sendo que esta realidade foi registada num dos discursos que surge de seguida. Este isolamento e alteração nas relações causam ainda um sofrimento acrescido nos indivíduos desempregados.

“Eu por acaso falei deste assunto com o meu marido a semana passada... e acho que é nestas alturas que vemos de facto quem são os nossos amigos... e são muito, muito poucos porque eu não tinha esse hábito de sair à noite como os jovens e nós somos muito dedicados um ao outro, mas é triste ver que nem há um telefonema e eu conheço

muita gente, percebi que quem se diz amigos não os considero depois disto porque dizer assim.... Alias eu disse ao ■■■■ (marido) ‘tu já viste quantas chamadas é que eu já tive?’ tive apenas uma, e era a pessoa que eu menos esperava... mas sem dúvida... e falámos nisto a semana passada... vou-lhe ser sincera, e acho que é uma coisa que me vai tornar diferente... é com as pessoas porque eu acho que damos demais de nós e só assim é que a gente aprende quem é que lá está quando nós precisamos... nem sequer uma mensagem a perguntar se preciso de alguma coisa, ou se estou bem... Nada!! E não que a gente precise de algo, mas é bom receber e esse apoio, enche-nos o coração, e como não tenho recebido eu penso muito e dói muito, mas pronto.” (Fem 09; 46 anos; ensino secundário – 12<sup>o</sup>Ano; desempregado há 1 mês e meio; UP Empregada de balcão)

Quanto à relação de amizade, em contexto de trabalho, verificou-se, entre alguns dos indivíduos entrevistados, um isolamento. Numa das situações, o indivíduo entrevistado sofreu um afastamento dos próprios colegas, determinando uma diminuição das suas redes de sociabilidade:

“Oh, já não tenho contacto com os meus colegas...” (Fem 04; 22 anos; 3<sup>o</sup> ciclo de escolaridade – 9<sup>o</sup> Ano; desempregada há 1 mês; UP estágio – empresa têxtil)

Na verdade, o indivíduo que se encontre desempregado, que se distancie do meio social, está sujeito à discriminação e a ruturas dos laços de sociabilidade, uma vez que estas foram, maioritariamente, construídas no trabalho (Paugam, 2003), o que poderá colocar o indivíduo em risco de entrar num processo de desafiliação, como amplamente discutido no corpo teórico. Processo esse que só é sentido à medida que os dias, nesta situação de desemprego, vão passando. Deste modo, não existem dúvidas de que esse distanciamento afeta estes indivíduos:

“Oh (o ritmo) para me mexer e porque na aldeia temos pouca gente, não se fala com ninguém e eu no talho tinha os colegas e os clientes” (Fem 05; 63 anos; 1<sup>o</sup> ciclo de escolaridade – 4<sup>o</sup>Ano; desempregada há 7 meses; UP Talhante)

Em síntese, no que diz respeito às relações sociais e às redes de apoio, os entrevistados demonstraram que houve mudanças e alterações sobretudo nas relações de amizade. Nas relações familiares não houve o mesmo registo, já que foi onde a maioria se apoiou, ainda que tenham demonstrado alguma preocupação, o desemprego foi compreendido e quase como que aceite, dado a situação por que passamos com a crise pandémica, o que de certa forma veio atenuar o sofrimento destes indivíduos.

Como referido, as relações de amizade foram as mais afetadas, dado que houve um isolamento, o que, segundo Kaufman (1982) (*in* Cruz, 2009), é uma característica presente nestes indivíduos, tendo-se também percebido um afastamento por parte dos próprios entrevistados, por exemplo, por não quererem que se saiba da sua condição de desempregado (“Fem 11”, visto que irá, se aprovado, reabrir o pronto a vestir onde trabalhava, mas como projeto dela). E não

podendo fazer generalizações, constata-se que parte deste isolamento se terá intensificado com as restrições impostas pela pandemia.

Apenas dois dos indivíduos entrevistados referiram que as relações de amizade se mantiveram após o desemprego (“Mas 02” e a “Fem 10”), e que sentiram um bom apoio por parte dos amigos. Entre os participantes, houve quem referisse que não recebeu qualquer tipo de apoio afetivo, seja porque não tinha efetivamente ninguém com quem pudessem desabafar; seja por não querer preocupar quem o rodeia e está mais próximo; ou, mesmo, porque preferiu não contar às pessoas mais próximas.

Através dos discursos supracitados, constata-se que há uma construção social em torno do desemprego, sendo o mesmo associado a uma conotação negativa e a um estigma. A probabilidade de o indivíduo experimentar um sofrimento resultante desse estigma é bastante elevada, visto que o emprego é fortemente valorizado pela sociedade.

Assim sendo, alguns indivíduos revelam relutância em revelar a sua condição de desempregado, mesmo a quem lhes é mais próximo. A revelação desta situação leva os indivíduos a exporem-se a esse estigma<sup>10</sup> (Goffman, 1963), o qual interfere no processo de interação social e, conseqüentemente, repercute-se na autoestima e na construção identitária, podendo levar à criação de uma nova identidade com base na sua atual situação de desempregado, uma identidade detiorada.

### **2.2.2 Mudanças nos percursos de vida**

As mudanças ocorridas foram majoritariamente a rotina de casa-trabalho e trabalho-casa, como é possível verificar nos discursos que se seguem:

“(…) a rotina que mantinha fora do horário laboral, mantenho-as na mesma... estou sempre ocupado... (...) Consigo realizar os meus afazeres pessoais com mais calma e sem andar sempre a correr, embora de início mais limitado devido há situação atual em que procurava limitar ao máximo qualquer tipo de saída, tendo agora tempo de lazer algo que raramente tinha anteriormente. ” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UT Operário fabril – empresa de relógios)

“(…) Trabalho-casa-casa-trabalho, tinha rotinas em casa, lavar roupa a loiça, essas coisas básicas e normais. (...) Agora... andamos em obras (...) até me mantenho ocupada a fazer

---

<sup>10</sup> O estigma consiste na desvalorização social sobre características (negativas) de um indivíduo. O estigma desacreditado é visível e gere-se de modo a relativizá-lo.

coisas diferentes (...) Logo, ainda nem dei conta do tempo passar, tenho a cabeça ocupada. Limpo mais já que agora também ando a pintar... bem a gente entretém-se, temos sempre que fazer.” (Fem 03; 44 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 2 meses; UT Operária fabril – empresa de lavandaria)

“Ó eu começava às 7 da manhã e ia até às 9 da noite, conforme o trabalho dava, o que havia para fazer... carregar, descarregar, cortar, embalar, não tinha tempo para outras coisas... era um trabalho ativo, um trabalho. (...) Agora é a minha casa, a minha vida. Tenho uma hortinha passo lá a manhã e, à tarde ando por casa que há sempre que fazer, se não, invento...” (Fem 05; 63 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregada há 7 meses; UT Talhante)

“(...) nós vamos organizando-nos (...) E se eu lhe dissesse que quando estava nessa situação (empregada) auspiciava assim um horário das 8h às 17h, assim qualquer coisa... (...) obviamente que a rotina era diferente, muitas vezes há prioridades... há o chegar a casa e ter que fazer... (refere-se ao levar o trabalho para casa) (...) Descobri estas formas de ocupação, o CEM+ ainda que esteja no desemprego (...) É assim, esta situação de desemprego é uma maneira de motivar, se bem que não sei se é o termo correto, mas proporcionou-me mais vontade...” (Fem 12; 37 anos; ensino superior universitário – Mestrado; desempregada há 4 anos; UT Professora de ensino especial)

Uma rotina comum, com horários comuns, que com o desemprego pode emergir a sensação de “vazio” e desorientação. Estes indivíduos deparam-se com uma menor capacidade de decisão sobre o seu trajeto de vida, expondo-se a uma vulnerabilidade social, o que por sua vez poderá provocar uma desordem simbólica e psíquica. Isto ainda que esta potencial desorientação esteja muito associada ao tempo de desemprego.

As experiências do desemprego assentam essencialmente na capacidade que os indivíduos têm de se adaptar e criar rotinas, isto porque há a necessidade de substituir o tempo outrora ocupado pelo emprego/trabalho. Quando se fala nesse tempo que está por preencher, costuma dar-se especial atenção às atividades/trabalho não declarados, os chamados “biscates”, pois são nestas atividades que reveem a lógica da troca de serviços por um valor económico; a par destas temos as atividades realizadas dentro e fora do agregado familiar (Araújo, 2006) como veremos mais à frente no capítulo 2.4.1 *Gerindo o desemprego e perspetivando o futuro*.

Para todos os entrevistados, o confronto com tempo livre e a forma de conviver com o mesmo é uma das dificuldades manifestadas, tal como nos elucida Quinteiro (2016: 12), uma vez que não têm horários a cumprir e as rotinas, que eram reguladas pelo trabalho perdido, foram alteradas. Não conseguimos, no entanto, averiguar se existiu uma certa desorientação em criarem novas rotinas, uma vez que, dada a atual situação pandémica, o confinamento ajudou a acompanhar a reestruturação do tempo, ainda que não possamos dizer o mesmo quanto ao tempo social, visto que também ele estava limitado pelas contingências impostas pelo Estado.

Comparativamente à vida anterior, às rotinas geridas em função do trabalho, a maior parte dos entrevistados confessa que após o desemprego os dias parecem iguais, e por isso monótonos, o que cria uma certa desmotivação que vai surgindo nos próprios discursos.

“(…) com o passar dos dias começa-se a tornar um pouquinho tortura psicológica, onde os dias são todos iguais. Uma pessoa acorda de manhã, vai ao café, bebe café, depois vê umas ofertas de trabalho na internet…” (Mas 07; 36 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 1 mês e meio; UT Operário fabril – transformadores elétricos).

No entanto, a par do que foi dito, é perceptível, nos próprios discursos, que estes tentam ao máximo inverter essa situação e dar um outro sentido aos dias, tentando ocupá-los de várias formas possíveis, de modo a contornarem e combaterem esse desânimo e monotonia face ao tempo que dispõem.

Assim, através da perda do emprego/trabalho, verifica-se que existem profundas mudanças relativamente à utilização do tempo, tendo em consideração que na sociedade atual o mesmo é organizado em função do horário de trabalho.

Verificou-se, quer pelas entrevistas realizadas (8 entrevistas realizadas a mulheres e 4 realizadas a homens), como pela informação dada pelo GIP que entre os géneros, as mulheres, em todos os contextos, são as mais afetadas por estas situações de desemprego e as que fazem mais procura ativa de emprego, pelo que, embora estejamos perante uma crise pandémica, não se registaram mudanças relativamente ao que foi e é apresentado pela literatura. Também é de realçar que são elas quem melhor lida com o tempo livre, são elas quem se dedica mais às tarefas domésticas, sendo que muitas das vezes nem se apercebem da intensificação destas após o desemprego, a não ser quando confrontadas com questões referentes às rotinas que mantinham ou têm. Aí, foi como se se apercebessem que de facto esse tempo livre, não é assim tão livre. O facto de substituírem o trabalho pago por trabalho doméstico faz com que acabem se adaptar melhor às adversidades, ao passo que os homens se sentem mais perdidos e desorientados para ocupar o tempo em que estariam a trabalhar, sobretudo os mais velhos.

### **2.3 Impacto na saúde e bem-estar**

A terceira dimensão debruça-se sobre o *Impacto na saúde e bem-estar*, onde se pretende, em primeira instância, identificar as consequências do desemprego na saúde percebida e no bem-estar, pelo que apresentamos três subdimensões. A primeira diz respeito às *Perceções de saúde e de bem-estar*, que remete para o reconhecimento, por parte dos entrevistados, de sinais e/ou sintomas relativamente à sua saúde e à forma como concebem a sua definição de bem-estar. A segunda subdimensão, que diz respeito às *Alterações comportamentais*, espera-se verificar se

os entrevistados consideram ou não que a situação de desemprego é geradora de estados emocionais negativos e influenciadores do seu bem-estar e da sua vida em geral. A terceira refere-se à *Procura de ajuda*, quando necessário, visto que o bem-estar envolve processos afetivos e cognitivos (Bedin e Sarriera, 2014).

Aos comportamentos de procura de emprego, e aos graus de intensidade de procura associam-se vários fatores, como por exemplo, recursos económicos, bem-estar físico e mental, mas também dependem da capacidade individual de mobilizar os recursos disponíveis. Porém, nas entrevistas realizadas, foi visível que a necessidade de encontrar emprego se torna mais urgente à medida que o tempo avança. O prolongamento da situação de desemprego agudiza a perda do bem-estar mental, fazendo crescer um sentimento de inutilidade, vazio, fracasso, podendo culminar em situações de depressão, que em casos extremos podem levar a tentativas de suicídio.

### **2.3.1 Perceções de saúde e de bem-estar**

Quanto às implicações do desemprego na saúde e no bem-estar, os entrevistados referiram que, no início, o seu bem-estar foi pouco afetado pela situação de desemprego.

“Em parte, aliviado por não estar tão exposto à pandemia, porém sei que atualmente já existe maior segurança em relação à mesma. Por outro lado, preocupado porque devido à pandemia a oferta de trabalho ficou muito reduzida devido ao enorme impacto que teve economicamente, o que torna mais difícil a procura de um novo emprego, e mesmo que o encontre ainda existe a possibilidade de um retrocesso a nível pandémico e voltar novamente à situação atual. Ao fim e ao cabo é o medo do futuro, do amanhã...comum a toda a gente.” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UP Operário fabril – empresa de relógios)

De acordo com as palavras dos entrevistados, o facto de se encontrarem numa situação atípica, que os obriga a regerem-se por novas regras e a cumprirem com as contingências impostas, fez com que a sua situação de desemprego não influencie o seu bem-estar, pois há mais gente na sua situação e passam mais tempo em família devido ao confinamento. No entanto, o facto de terem de fazer procura ativa a partir de casa levou a que muitos se sentissem perdidos e desorientados por não saberem como fazer esse tipo de procura, ainda que tivessem acesso a meios como o computador e a internet.

Relativamente à perceção do estado de saúde, percecionamos que quando questionados sobre a sua saúde, a maioria das respostas são imediatamente direcionadas para a saúde mental, nomeadamente à ausência de depressão, uma doença que consideram estar na “moda”.

Provavelmente, os participantes estão conscientes das possíveis implicações do desemprego sobre a saúde mental, dado ser um tema quase do conhecimento comum, e procuram clarificar que essa não é a sua situação, até porque não podemos menosprezar o estigma que ainda existe associada às questões da doença mental. Os indivíduos consideram que dentro do período em que estão no desemprego, estão sãos, revelando apenas uma certa apreensão e receio em relação ao futuro; ao possível prolongamento do desemprego e ao possível surgimento desses estados mais depressivos, tal com podemos observar nos seguintes discursos:

“Em termos de depressão, que é o que mais se ouve falar, não, estou bem. Aliás, antes do estado de emergência e sendo um grupo de risco... por acaso tive sorte... receitou-me... uma vacina da pneumonia que eu nunca tinha levado (...) a partir daí pronto.... Estou bem.” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 5 meses; UT responsável de um pronto a vestir)

“(...) ninguém sabe o dia de amanhã, ninguém sabe o que poderá vir a acontecer amanhã. E mais uma vez com a experiência que eu tenho com a única depressão que tive que não foi fraca foi muito difícil de a superar... (...) posso ter um break e escorregar...” (Mas 07; 36 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 1 mês e meio; UT Operário fabril – transformadores elétricos)

“(...) preocupado, porque devido à pandemia a oferta de trabalho ficou muito reduzida devido ao enorme impacto que teve economicamente, o que torna mais difícil a procura de um novo emprego, e mesmo que o encontre ainda existe a possibilidade de um retrocesso a nível pandémico e voltar novamente há situação atual. Ao fim ao cabo é o medo do futuro, do amanhã...comum a toda a gente.” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UT Operário fabril – empresa de relógios)

No entanto, de acordo com Connel e Messerschmidt (2013) e Aguiar, Matias e Fontaine (2017), os homens quando enfrentam problemas pessoais costumam ficar stressados e angustiados, o que foi visível nos discursos masculinos, sobretudo nos entrevistados “Mas 02” (56 anos e desempregado há 2 anos) e no “Mas 08” (58 anos e desempregado há 12 anos). Assim, estes associam o seu sofrimento à falta de rendimento, o que pode pôr em causa a sua masculinidade, e o que vem reforçar a importância que a sociedade em geral dá ao papel masculino de provedor de família.

Posto isto, importa referir que as mulheres identificam múltiplos sintomas, em comparação com os homens, visto que são mais conscientes e atentas ao seu estado de saúde, o que faz com que reconheçam e expressem facilmente os seus sintomas, que geralmente estão relacionados com as emoções, tidas como características femininas (Sloan e Sandt, 2006). De entre essas emoções, foram referidas nos discursos: a tristeza, o choro, a ansiedade (depressão), o isolamento e baixa autoestima.

“(...) há dias, há dias em que estou muito triste, como lhe disse, e também há aquela vontade de chorar. (...)” (Fem 05; 63 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregada há 7 meses; UT Talhante)

“(...) eu já sei o que é uma depressão porque já a tive, por isso é que eu sou assim chorona, e sei quando é que estou mal para ir ao médico, e não é para já o caso. Estou bem, mas é óbvio que nos sentimos mais em baixo, mas a nível emocional e lidar com toda esta situação sinto que estou a dar conta do recado, por assim dizer. Eu não quero me encher de medicamentos, prefiro chorar porque passa e daqui pouco já estou boa.” (Fem 03; 44 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 2 meses; UT Operária fabril – empresa de lavandaria)

“A nível emocional não estou nada bem (...) e tenho uma grande depressão, a gente quando entra numa nunca se sai...” (Fem 10; 48 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 2 meses e meio; UT auxiliar de geriatria)

(...) esteticamente, engordei muito. Fora isso (...) acabo por sentir-me insegura (...)  
(Fem 12; 37 anos; ensino superior universitário – Mestrado; desempregada há 4 anos; UT Professora de ensino especial)

Segundo Bartley (1994) e Siegrist (2000), estes sentimentos e emoções acarretam um nível elevado de stresse que contribuiu, em certa medida, para o desenvolvimento de depressões e inclusive alterações fisiológicas, como foi exposto no quadro teórico, mais precisamente no Capítulo 2. Estes sentimentos, mais típicos da depressão, estão em concordância com os sintomas reconhecidos por alguns dos indivíduos entrevistados, e que segundo os autores (Malenfant, LaRue and Vézina, 2007; Reine, 2009), se manifestam através de sentimentos de culpa, raiva, tristeza, preocupação, vergonha, baixa autoestima entre outros, fazendo com que por vezes fiquem suscetíveis a permanecerem nesta situação. Assim, e segundo a DGS (2017: 5), “as perturbações depressivas são caracterizadas por tristeza, perda de interesse ou prazer, sentimentos de culpa ou de autoestima baixa, perturbações do sono ou do apetite, sensação de cansaço e baixo nível de concentração. A depressão pode ser duradoura ou recorrente, prejudicando substancialmente a capacidade de uma pessoa funcionar no trabalho ou na escola ou lidar com a vida diária. Na sua forma mais grave, a depressão pode levar ao suicídio.”

De acordo com os determinantes sociais da saúde (Wilkinson e Marmot, 2003), as relações sociais e as redes de apoio, como referido na dimensão *2.2.1 Relações sociais e Redes de apoio*, levam a uma melhoria na saúde e no bem-estar destes indivíduos, o que constitui uma referência fundamental nesta fase.

Ainda que alguns tenham expressado alguma sensação de alívio pela sua situação, seja devido às más condições de trabalho que experimentavam, seja pelos receios trazido pela pandemia, com o passar dos dias, meses e até anos, o cenário da precarização do trabalho, que sabemos que tem crescido nos últimos anos, provoca um sentimento de receio relativamente à estabilidade, ou à

falta dela. Fazendo uma breve referência à pobreza enquanto determinante social em saúde, e relacionando-a com o desemprego (Bartley, 1994), o mesmo causa um sofrimento emocional, onde a ansiedade e o medo perante esta instabilidade estão presentes em fatores como vergonha, estigma, humilhação, risco de vida, violência e falta de apoio social (Patel e Kleinman, 2003).

“Desde julho, procuro online maioritariamente, porém as ofertas limitam o recrutamento... pois procuram algum tipo de formação ou experiência específica. (...) E quando houver algo, e que me dê a devida formação como este último emprego, é provável que seja mais um trabalho temporário.” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UP Operário fabril – empresa de relógios)

“(...) é assim, quando a gente pensa assim: ‘e quando o subsídio de desemprego acabar’, e vai acabar... ‘como será?’. O grande problema é que uma pessoa se torna velha para trabalhar e já não dão qualquer emprego... e novo para darem a reforma... é uma situação que se torna muito complicada (...)” (Mas 02; 56 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregado há 2 anos; UP Operário fabril – empresa de regas)

“(...) por um lado, fiquei aliviada e livre desse stress, mas por outro, quer dizer, eu tenho despesas e não é com o que recebo do IEFP que substitui o que recebia lá (...)” (Fem 03; 44 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 2 meses; UP Operária fabril – empresa de lavandaria)

### **2.3.2 Alterações comportamentais**

No estudo, *The impact of health status on the duration of unemployment spells and the implications for studies of the impact of unemployment on health status*, realizado por Stewart em 2001 (in Pinheiro e Monteiro, 2007: 40) verifica-se que “a perda de emprego pode representar o ponto culminante de uma escalada de desgastes, configurando um verdadeiro trauma para a autoestima e, portanto, para a identidade, interferindo na saúde mental”. Desta forma, a perda de emprego afeta os planos pessoais de valorização e realização contaminando a autoestima e respetivo comportamento.

Tal como mencionam alguns entrevistados, o desemprego modificou os seus comportamentos, uma vez que para eles possuir um trabalho dá outro sentido à vida, e esta situação de desemprego altera a forma de viver, afetando inclusive a sua integração social:

“(...) nós mudamos... ficamos mais... às vezes parecemos bipolares... estamos bem e depois já estamos mal. Estamos irritados, não estamos bem, não estamos no sítio que

queríamos.” (Fem 09; 46 anos; ensino secundário – 12<sup>o</sup>Ano; desempregado há 1 mês e meio; UT Empregada de balcão)

“O desemprego é uma situação desesperada de vivência, acabamos por desesperar, ficar frustradas, muitas vezes, revoltadas. Às vezes questionamos tudo e todos (...)” (Fem 12; 37 anos; ensino superior universitário – Mestrado; desempregada há 4 anos; UT Professora de ensino especial)

De acordo com alguns autores (Larsson, 2013; Kira e Klehe, 2016), a perda de emprego torna-se mais crítica na idade adulta (entre os 40 e os 65 anos), dado que estes indivíduos já têm uma carreira instituída e por isso as suas identidades pessoal e social já foram moldadas pelo local de trabalho. Para além disso, existem fatores, como a idade, o sexo, a situação familiar, o nível de formação e o tempo de desemprego, que condicionam a forma como cada indivíduo lida com o mesmo (Larsson, 2013; Kira e Klehe, 2016).

Pelos motivos acima referidos, temos de ter em consideração que quem se vê no desemprego, depois de um emprego de longa duração, o choque e as incertezas relativamente ao futuro são maiores, comparativamente àqueles que passaram por empregos de curta duração, pelo que poderá ocorrer um maior choque e impossibilitar o indivíduo de saber como lidar com o facto de estar sem trabalho, para além deste poder considerar que se encontra demasiado velho para conseguir um outro emprego.

“É assim eu vou ser sincera, eu como já trabalhava lá há 18 anos, quando o meu patrão me falou que a loja iria fechar foi um choque e andei 15 dias que andei sem contar a ninguém... só mesmo ao meu marido, mas eu não conseguia, sentia-me esquisita, sentia-me estranha, sentia-me um bocadinho perdida porque a minha filha está no primeiro ano de mestrado, não é? E estava com encargos muito grandes, a pagar-lhe a casa fora, a alimentação, o transporte e desde que ela foi para Coimbra, graças a Deus sempre tivemos condições para ela vir para casa todos os fins de semana e não é fácil. Mas pronto, sempre fizemos esse esforço pelo bem-estar da nossa família.” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12<sup>o</sup>Ano; desempregada há 5 meses; UT responsável de um pronto a vestir)

A par desta adaptação e consequências, também se tem de ter em consideração que esta vivência do desemprego varia em função da classe social, tal como nos elucida Giddens, (2013: 1060). Por exemplo, quando o indivíduo pertence a uma classe baixa, a primeira preocupação passa pelas obrigações e despesas mensais, mas quando se trata de indivíduos pertencentes à classe média, as consequências passam sobretudo pela perturbação do seu estatuto social e não tanto pelo seu estatuto financeiro. O desemprego acarreta a perda de objetivos e sentido da vida, a perda de apoio social e a perda de controlo e estrutura do tempo:

“(...) estou impaciente... eu pago 150 euros de renda, tenho 3 bocas para alimentar, eu pago água, pago luz, pago tudo... eu quero tirar a carta de condução e não consigo... por

isso é normal andar sem paciência e ver que não dou conta dos recados e até de alguns sonhos que tenho, como o da carta.... Mas vou lá nem que seja aos 50 anos eu hei-de tirá-la... neste momento a minha carta é segundo plano, agora é prioritário o meu filho mais velho, rapaz de 21 anos, tirar... ele acabou agora o curso dele e precisa mesmo da carta e com o dinheiro que ele está a ganhar, mais com a minha ajuda, claro, ele vai tirar a carta agora e depois lá vou eu...” (Fem 10; 48 anos; 3º ciclo de ensino básico; desempregada há 2 meses e meio)

A experiência do desemprego é vivenciada, por alguns dos entrevistados, através de um desinteresse generalizado e de uma desmotivação para ocupar ou usufruir do tempo livre/lazer, o que causa um enorme sofrimento nos mesmos. Nos restantes entrevistados, e referindo-nos a uma maioria, vê-se que se apercebem desse tempo livre, tentando ao máximo usufruir deste através da criação de novas rotinas, como veremos mais à frente.

### **2.3.3 Procura de ajuda**

Nesta subdimensão procura-se perceber em que medida os entrevistados sentiram ou sentem que a sua situação os tenha levado ou irá levar à procura de ajuda médica (que tipo de médico consultado) e quais os fatores que estão associados a essa procura, bem como a outros tipos de ajuda.

Como referido anteriormente, o suporte e o apoio social são fatores que influenciam a capacidade dos indivíduos para lidarem com os acontecimentos da vida e com o stress. Assim, e de acordo com a diversa bibliografia sobre os desempregados, quanto maior for a rede de apoio e o suporte social que os indivíduos têm, menor é a probabilidade de estes entrarem num processo de desafiliação; isto é, quanto mais fortes forem as redes de apoio maior será o efeito protetor sobre a saúde mental dos indivíduos (Paugam, 2003; Patel e Kleinman, 2003; Wilkinson e Marmot, 2003).

De acordo com o exposto, em concordância com o estudo de Sloan e Sandt (2006), à cerca do *Gender differences in depression*, verificamos que de entre os indivíduos entrevistados as mulheres recorrem mais à procura de ajuda médica, apresentando os sintomas ditos característicos do sexo feminino. No entanto, e mesmo sabendo que parte destes sintomas estão associados a estados depressivos, a maioria, como primeira opção, recorre a médicos de família, talvez pelo estigma associado a esses distúrbios do foro psicológico.

“Ó tenho dias, há dias que não estou lá muito bem, estou mais triste, com vontade de chorar... eu ando lá no meu médico de família e ele é que me segue.” (Fem 05; 63 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4º Ano; desempregada há 7 meses; UT Talhante)

As três entrevistadas (“Fem 05”, “Fem 09” e “Fem 10”) que foram diagnosticadas com depressão e medicadas para controlar os picos de ansiedade, recorreram ao médico de família. Já o único indivíduo do sexo masculino (“Mas 07”) que refere que já passou por um período de depressão (antes de ficar desempregado), não se percebeu a quem recorreu e se recorreu a ajuda médica, dado que para este é fácil de identificar quando se está em eminência de entrar nesta doença mental, uma vez que, como o mesmo refere, tem a experiência de ter nascido com uma mãe depressiva e também porque “(...) por experiência própria (...) já la tive dois anos e não é fácil lidar com este tipo de situação.”. No entanto, relativamente à sua situação de desempregado, refere que, para já, está a saber lidar com a situação e que não se sente deprimido ao ponto de retornar à doença.

Tendo em conta que as doenças são construídas socialmente, sabemos que a depressão é bastante mais associada ao sexo feminino. O facto de as mulheres reconhecerem e expressarem mais facilmente as suas emoções, leva a que o critério para se fazer um diagnóstico deste tipo (referimo-nos à depressão) se baseie nos sintomas tidos como características femininas, como é exemplo o choro, o stress, entre outros (Basílio, Figueira e Nunes, 2015). Há uma tendência para se fazerem diagnósticos de depressão e ansiedade condicionados pelo fator gênero, e prova disso temos o estudo de Basílio, Figueira e Nunes (2015: 388) que verificaram “que a prescrição de antidepressivos estava positivamente associada ao gênero feminino”, e o diagnóstico correspondente à ansiedade é aplicado mais ao sexo masculino.

À parte do médico de família, não temos registo, no presente estudo, de quem tenha recorrido a um psiquiatra, após esta situação de desemprego. Relembramos, que o desemprego dos entrevistados é, na sua maioria, fruto da pandemia, pelo que se encontram desempregados há pouco tempo e viveram o confinamento juntamente com os familiares, impedindo uma tomada de consciência mais abrangente sobre a sua situação.

Relativamente aos fatores que levaram estas três entrevistadas à procura de ajuda médica, devem-se aos próprios sintomas da doença, e sobretudo ao aconselhamento de pessoas próximas, o que nos sugere que esta procura não aconteceu por iniciativa própria.

Ainda assim, há que mencionar que algumas mulheres também revelaram receio e relutância em procurar ajuda, tendo as mesmas identificado como justificação para esta opção diferentes elementos. Primeiramente, apontaram o facto de não quererem revelar que precisam de ajuda, sobretudo se esta for feita por médicos especialistas de saúde mental; depois referiram-se à construção social em torno da depressão; adicionalmente, à complexidade da doença em si; de seguida apontaram que não queriam tomar medicação e, conseqüentemente, abrandar o ritmo de vida; e, por último, devido a ser um fator discriminatório na procura de trabalho.

No entanto, é nos homens que se verifica que há maior propensão para o surgimento de transtornos mentais comparativamente às mulheres, o que está nitidamente relacionado com o papel que é socialmente atribuído ao homem, isto é, não manifestar os seus sentimentos, leva-os a um fechamento e a um sofrimento isolado (Ludermir, 2008).

Também com a presente análise se percebe que há impactos ao nível dos sentimentos, comportamentos e bem-estar que se vão agravando à medida que o tempo nesta condição se prolonga. Os participantes, apesar de identificarem que o seu estado emocional se altera à medida que estão no desemprego, nem sempre procuram ajuda médica a não ser em casos extremos, pois mostraram uma relutância não só na procura de ajuda médica (“Mas 01”, “Mas 02” e “Mas 07”), mas também noutra tipo de ajuda (“Mas 02”; “Mas 08”).

O desemprego acarreta consigo inúmeras consequências para os indivíduos, sendo a perda de rendimentos e a perda de poder as principais consequências que descontrolam o trajeto de cada um. Caracterizando-se por ser um momento de incerteza e insegurança, tendo em consideração que, em Portugal, o desemprego<sup>11</sup> acarreta inúmeras dificuldades que levam os indivíduos à procura de ajudas financeiras e médicas, registámos os seguintes discursos:

“Ó estou no desemprego recebo por lá, e só isso.” (Fem 05; 63 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregada há 7 meses; UP Talhante)

“Tenho apoio na alimentação, e é aqui que venho... aqui toda a gente tem sido espetacular comigo e informam-me de tudo, têm todos sido incríveis e se há pessoas boas... encontram-las aqui (emocionada). Se eu preciso de ajuda, se eu estou aflita eu venho aqui, sou bem recebida e sou bem reencaminhada...” (Fem 10; 48 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 2 meses e meio; UP auxiliar de geriatria)

“Não é que eu esteja numa situação desesperante, mas tentei, até para me conseguir orientar, recorrer ao apoio alimentar ainda na semana passada, com a Dr.<sup>a</sup> Sónia, mas infelizmente não terei direito a ele.” (Mas 07; 36 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 1 mês e meio; UP Operário fabril – transformadores elétricos)

“O meu marido também recebia, mas graças a Deus voltou aos correios, a única coisa que fizemos foi pedir a moratória em relação à prestação da casa, por isso o facto de não estarmos a pagar renda de casa é uma mais valia, entreguei a casa de Coimbra onde estava a minha filha (...). Falei com o senhorio e foi impecável e só ali reduzi logo 2 despesas, por isso até agora tem dado.” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 5 meses; UP responsável de um pronto a vestir)

Contudo, apesar das ajudas que estão disponíveis, há quem não aceite a ajuda que precisa por se sentir humilhado, ou por ter medo de vir a ser mais rebaixado, dado que como sabemos, as políticas que temos são assistencialistas, em vez de emanciparem a pessoa da sua situação, perpetuam-na e tornam-nas dependentes, do que é exemplo o seguinte discurso:

“Não, não tenho recorrido a ajudas, tenho me governado com os 164 euros que me dão com o RSI. (...) Uma vez a Dr.<sup>a</sup> P. disse ‘ó (“Mas 08”) podes vir buscar comida, cabazes

---

<sup>11</sup> Em setembro de 2020, a taxa de desemprego situou-se em 7,9% correspondendo a 407,1 mil pessoas desempregadas (INE, 2020)

de natal' e eu disse é para si? (...) Não doutora isso nem que esteja a morrer à fome sou capaz de aceitar, porque ainda fico pior, porque as pessoas perdem o respeito. Eu já notei uma coisa, as pessoas que recebem o rendimento mínimo, a maior parte das pessoas é muito rebaixada parece que a pessoa é um bandido ou coisa parecida está a perceber? Esquecem-se que qualquer pessoa pode lá cair.” (Mas 08; 58 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregado há 12 anos; UP Operário fabril – empresa de relógios)

Marques (2009) refere que as implicações e o impacto do desemprego repercutem-se em dimensões psicológicas e comportamentais, onde a autoestima e a relação com o seu eu são as mais afetadas, sendo que se agravam com o prolongamento nesta condição de desempregado, emergindo sentimentos de desespero e perda de sentido, e por isso existe o risco de dissociação social e afetiva.

De entre os 12 entrevistados, 11 referem que inicialmente o seu bem-estar não foi afetado, uma vez que se mantinham ocupados em casa (cumprindo com as suas obrigações, porém on-line) e não estavam sozinhos, dado que esta situação ou foi resultado ou aconteceu no período em que foi decretado o Estado de Emergência, pelo que não sentiram tanto o impacto.

No entanto, e tratando-se de um caso isolado no nosso estudo, para “Mas 08”, a sua situação de desemprego de longa duração agravou a sua perceção de exclusão, uma vez que teve de recorrer ao RSI, o que levou a um aprofundamento da estigmatização que o desemprego acarreta perante a sociedade. Daí recusar-se a receber ajuda de cabazes de comida, entre outras ajudas que fariam toda a diferença na sua qualidade de vida, indicando que “Não, não, não tenho recorrido a ajudas, tenho me governado com os 164 euros que me dão com o RSI.” Psicologicamente, o entrevistado, “Mas 08”, sente-se afetado porque ouve “falatórios” de julgamento na rua, logo, para além do estigma e pressão de ser desempregado de longa duração (12 anos), ainda tem sido sujeito ao descrédito por que passam estes indivíduos que recebem o RSI e outro tipo de ajudas.

Tendo em conta as entrevistas, quando o desemprego se manifesta em ambos os membros do casal, a situação tende a agravar-se, dado que implica, muitas das vezes, a ausência total de rendimentos fixos. Estas premissas são justificadas pela análise de um dos discursos em que o casal (embora o marido da senhora já se encontrasse empregado na semana da entrevista), mesmo estando a receber pelo IEFP, tentou informar-se junto de algumas entidades (Segurança Social; GIP; entre outras) de como poderia fazer frente às dificuldades com que se deparava, visto que têm dois filhos ao seu cargo. E algumas soluções encontradas pelo casal (“Fem 11”) passaram por pedirem a moratória da casa e cancelarem o aluguer do apartamento/quarto da filha, estudante universitária. Para além disso, construíram uma pequena horta no terraço da sogra para poderem não só se distraírem, como tirar de lá o que semearam.

Também foi possível verificar que muitos foram os entrevistados que souberam informar-se de que tipo de ajudas existem para além do que recebiam pelo IEFP. Quem não teve direito ao subsídio de desemprego ficou dependentes de prestações da SS.

“(...) o único dinheiro que há é o do subsídio e o da mulher.” (Mas 02; 56 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregado há 2 anos; UT Operário fabril – empresa de regas)

“(...) eu tenho despesas e não é com o que recebo do IEFP que substitui o que recebia lá.” (Fem 03; 44 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 2 meses; UT Operária fabril – empresa de lavandaria)

“(...) O meu marido também recebia (pelo IEFP) (...)” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 5 meses; UT responsável de um pronto a vestir)

De referir que a maioria dos entrevistados assume que a maior parte do rendimento disponível vai para a aquisição de bens alimentares (quando não têm direito a estes de forma gratuita) e para as despesas mensais. Embora se possam adivinhar fortes carências a nível alimentar, dois indivíduos do sexo masculino (“Mas 02” e “Mas 08”), demonstram vergonha quando são informados de que podem pedir esse apoio e recebê-lo gratuitamente, se necessário.

## **2.4 Estereótipos de género**

Com a quarta e última dimensão de análise (*Estereótipos de género*) procurámos analisar em que medida os estereótipos de género e a desigual divisão de papéis são fatores que medeiam a experiência e a adaptação ao desemprego.

Relativamente aos estereótipos de género, no que concerne à adaptação do desemprego, verificou-se que a maioria dos entrevistados referem que as mulheres se adaptam mais facilmente a esta situação, uma vez que, e no sentido do que avança Quinteiro (2016), na nossa sociedade ainda é frequente associar-se a mulher a um papel ligado ao dever doméstico, ao passo que o homem está ligado à razão, à superioridade e a um papel ligado a provedor de família, ao “ganha pão” da mesma. Desta forma, uma das razões identificada para esta diferenciação de adaptação, prende-se com as características que tipicamente se associam a cada um dos géneros. As mulheres, quando desempregadas, assumem o papel de domésticas, dado que este é um papel que tradicionalmente lhe está associado.

Desta forma, testamos a perspetiva de género, ou seja, tentamos perceber se na ótica dos entrevistados a perda de emprego tem um impacto diferente entre homens e mulheres, e com essa informação procurar perceber quem possui uma visão de género mais igualitária e quem mantém atitudes de género mais tradicionais.

Antes de apresentarmos o que se verificou no presente estudo, é interessante salvaguardar que Longhi *et al* (2017) comprovaram que as mulheres com experiências e atitudes de género menos

tradicionalistas tendem a sofrer mais do que as que assumem um papel de género tradicional, já que estas últimas tendem a adaptar-se melhor ao tempo livre que ganharam com a perda de emprego.

Assim, o que se verificou foi que os entrevistados, quando abordados com esta questão, optaram por um discurso do que é vulgarmente designado por politicamente correto, no entanto, ao analisarmos o discurso de toda a entrevista, é possível determinar quem de facto possui uma postura igualitária ou uma postura tradicional. Portanto, ao procedermos à análise conjunta de todos os discursos, podemos concluir que a maioria das mulheres demonstra ter mais atitudes igualitárias de género do que os homens. Isto ainda que junto dos participantes masculinos mais jovens se perceba que há uma consciência e uma prática da visão mais igualitária.

“No meu entender, sendo homem ou mulher é igual, não se trata de género, mas sim do psicológico de cada pessoa, conforme existem homens que se vão muito abaixo com a situação de desemprego, existem mulheres que nessa situação não se deixam ir a baixo e lutam por reverter a situação, como existe o contrário, não é algo relacionado ao género, mas sim ao psicológico. Eu sinto que estou a lidar bem, não é algo agradável, mas há sempre que fazer, há as tarefas de casa, há o cuidar da avó e da mãe, há o ir à quinta e há espaço para o lazer e procura ativa de emprego...” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UT Operário fabril – empresa de relógios)

“(...) eu acho que isso não tem a ver com o género mas sim com a pessoa em si, não é por dizermos que voltamos há 100 anos atrás e ‘à e tal a mulher é mais sentimental, torna-se mais difícil para uma mulher gerir isto do que para um homem que é mais forte psicologicamente etc.’, eu não considero isso, porque para mim as mulheres muitas vezes são mais fortes psicologicamente do que os homens e também vice-versa, epá hoje em dia tem é mais a ver com a pessoa em si... ora vemos mulheres a pedir ajuda como homens a pedir ajuda... tal com vimos mulheres a encontrar mais facilmente emprego, como homens a encontrar emprego mais facilmente, depende se a pessoa é ativa ou não, se a pessoa é mais debilitada emocionalmente ou não.” (Mas 07; 36 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 1 mês e meio; UT Operário fabril – transformadores elétricos)

“Não concordo, isso tem a ver com a mentalidade da pessoa, tem a ver com a pessoa em si. Tal como há mulheres a ficarem debilitadas com a situação, também há homens. Isso era antigamente, e talvez as pessoas mais velhas seja mais fácil para uma mulher porque trata da casa está ocupada e o homem não saberá o que fazer. Agora na atualidade, eu acho que há mais jovens no desemprego, e essa mentalidade do antigamente não se aplica, o que uma mulher faz em casa o homem também o faz, se tiver de ser, por isso não há quem lide melhor com a situação se homem ou mulher, depende sim é da pessoa.” (Fem 03; 44 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 2 meses; UT Operária fabril – empresa de lavandaria)

“Isso depende da pessoa porque há homens e há homens e há mulheres e há mulheres. E há homens que para eles o ideal é a mulher estar em casa... e eu penso assim: isso depende da garra, da força de cada um em enfrentar o desemprego (...)” (Fem 10; 48 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 2 meses e meio; UT auxiliar de geriatria)

“Eu julgo que isso tem a ver com a nossa personalidade, com a nossa forma de encarar os problemas. Por exemplo, hoje em dia, há muitas casas onde os homens fazem as lides doméstica... não é muito falado e acho porque ainda há vergonha de o dizer.... Eu conheço muitas casas em que os maridos é que cozinham e fazem muitas coisas. Agora eu acho que vai muito das pessoas, e o fator idade também condiciona a forma como lidamos com a situação, e se temos o apoio dos filhos (...)” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 5 meses; UT responsável de um pronto a vestir)

“(...) acho que hoje em dia, na minha perspectiva, já não há assim tanta diferença, não deverá haver ou não terá de haver (...) ok isso de o homem ter de trazer o sustento para casa já lá vai muito tempo. A mulher tem a necessidade de ter o seu rendimento e dar a sua contribuição para a casa... eu acho que se calhar as coisas estão um pouco iguais e se calhar estou a ser um pouco utópica...” (Fem 12; 37 anos; ensino superior universitário – Mestrado; desempregada há 4 anos; UT Professora de ensino especial)

As mulheres empregadas têm mais visões igualitárias de gênero do que as que estão desempregadas, uma vez que quando se encontram empregadas sentem-se injustiçadas e reivindicam os mesmos direitos que os homens (Longhi *et al*, 2017). No entanto, quando confrontadas com o desemprego, sentem necessidade de justificar o seu tempo livre através de tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres. Para além disso, muitas acreditam que os homens conseguirão mais rapidamente emprego do que elas.

“No meu ver a parte masculina tem mais facilidade de lidar com isto, porque eu vejo que eles têm mais propostas de emprego (Sapador, transporte de mercadorias, entre os exemplos que parecem não acabar) e como tem mais ofertas não estarão tanto tempo nesta situação, logo eles lidam melhor com isto...” (Fem 04; 22 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 1 mês; UT estágio – empresa têxtil)

“Em certas coisas é mais fácil para eles (encontrar emprego), porque .... Para manter a casa tem de ser o marido a trabalhar, se fosse o meu marido a ficar sem trabalho, ui não aceitava assim o desemprego, ficava doido, eu ainda me entretenho em casa e na horta... embora nas aldeias os homens tenham sempre que fazer nas fazendas...” (Fem 05; 63 anos; 1º ciclo de escolaridade – 4ºAno; desempregada há 7 meses; UT Talhante)

“A mulher tem mais tempo em casa, tem mais tarefas, e se calhar o homem já não, já fica a bater mal porque não tem nada que fazer... e não se sabe organizar e se for casado

e com filhos acho que é pior, se for solteiro é provável que ainda esteja com os pais (sorri), não sei, acho que eles tem mais dificuldades... nós somos mais desenrascadas e temos sempre que fazer, nem que seja a limpeza geral e gastar a casa (sorri).” (Fem 06; 43 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 6 meses; UT Operária fabril – Costureira)

“Isso eu não sei lhe responder, nunca estive nesta situação, mas ainda assim nós conseguimos arranjar mais coisas que fazer do que eles, não é? Eles ainda ficam mais parados, não é? Mas também hoje em dia eu acho que os homens arranjam mais facilmente trabalho do que nós ainda que lhes exijam algumas cartas profissionais... eu vi aqui pelas ofertas de trabalho porque conta-se pelos dedos das mãos as ofertas para nós enquanto para eles precisamos mais do que um par de mão...” (Fem 09; 46 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 1 mês e meio; UT Empregada de balcão)

Como se pode ver nos discursos acima transcritos, embora se enuncie uma atitude igualitária, no modo como se lida com o desemprego, a verdade é que muitos deles aludem a diferenças de género, nomeadamente no que respeita aos papéis sociais, sendo que as tarefas domésticas são claramente conotadas com as mulheres. Também se reconhece uma maior dificuldade de as mulheres reingressarem no mercado de trabalho. É de salientar, ainda, o discurso de um dos entrevistados masculinos (“Mas 02”), que revela uma atitude desigualitária de género, ao afirmar que a função dele é trabalhar e depois ir para casa para junto da mulher, no entanto, quando confrontado com a pergunta final, revelou uma postura diferente, afirmando que os papéis de género devem ser iguais.

Segundo alguns autores, o sexo feminino, ao contrário do masculino, consegue encontrar um equilíbrio entre o emprego e as tarefas domésticas que desempenha, mais o cuidado com os filhos e, assim, consegue cumprir diariamente as suas responsabilidades, dando-lhe mais autoestima (Wall, 2010; Aguiar, Matias e Fontaine, 2017). A maior parte dos relatos das entrevistas realizadas ao sexo feminino, apontam para a ideia de parceria total entre profissão e tarefas domésticas, como referem as entrevistadas “Fem 03” e “Fem 11”:

“Era trabalho-casa e casa-trabalho, quando eu digo casa quero dizer que aí também tinha a minha rotina como lavar a loiça, a roupa, coisas básicas e normais” (Fem 03; 44 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 2 meses; UT Operária fabril – empresa de lavandaria)

“(...) acaba por ser: acabaste uma coisa (trabalho) e já estás a começar outra (em casa) e se calhar a minha maior terapia era sair do emprego e ir para casa a pé, aquele bocadinho (...) dava para desanuviar, respirar fundo (...)” (Fem 11; 47 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregada há 5 meses; UT responsável de um pronto a vestir)

A perda de emprego leva a perda de rotinas e de objetivos, levando à construção de discursos pessimistas e a um desânimo face ao presente, dado que todos estão cientes das dificuldades de inserção e das novas formas de trabalho que temos.

As dificuldades mais frequentemente apontadas são a idade (quanto maior a idade mais difícil é encontrar emprego); a situação familiar (ter filhos dependentes, situação conjugal); e o tempo de experiência laboral. Para além disso, devido às restrições impostas pela atual pandemia, o acesso à informação deve ser feito virtualmente/online, acabando por ser limitador uma vez que muitas destas pessoas têm dificuldade de acesso à internet.

Constata-se que o desemprego feminino é particularmente problemático em famílias monoparentais, nas quais o trabalho da mulher é a principal, se não a única, fonte de rendimento, como é ilustrado pelos testemunhos de “Fem 06” (46 anos e desempregada há 6 meses) e “Fem 10” (48 anos e desempregada há 2 meses e meio).

Os impactos sociais em homens desempregados tendem a ser mais pesados, devido a todas as questões já amplamente expostas. Os homens são socialmente caracterizados pela força, coragem, virilidade, racionalidade e autoridade, o que os leva a que não demonstrem qualquer tipo de vulnerabilidade ou fraqueza, nomeadamente a dependência e intimidade emocional, uma vez que estas são tipicamente atribuídas à figura feminina, podendo colocar em causa, perante a sociedade, a sua masculinidade (Zartaloudi, 2011).

Segundo Ferreira *et al* (2015), o impacto do desemprego no bem-estar tende a repercutir-se mais negativamente nos homens que nas mulheres. O que verificámos no presente estudo foi que, como as mulheres são mais propícias a fazer uma autoavaliação do seu estado de saúde, tendem a procurar ajuda médica ou outro tipo de ajuda quando necessário, do que é exemplo a entrevistada “Fem 03”, que afirma saber “quando é que estou mal para ir ao médico e não é para já o caso”, apesar de identificar que a nível emocional nem sempre se encontra bem. Para além desta entrevistada, também constituem exemplo do exposto a entrevistada “Fem 04”, que se autoavalia, em certos dias, como uma pessoa irritada; a entrevistada “Fem 05”, que depois de se ver no desemprego, confessa, sente que até o seu sistema imunitário se alterou, dando conta do aumento do seu peso, e de mudanças de humor e da vontade diária de chorar, o que fez com que contactasse mais vezes o seu médico de família; a entrevistada “Fem 10” que, apesar de se aperceber que a nível emocional não anda bem, tenta ocupar-se e dar a volta à situação para que não tenha de recorrer a ajuda médica, por enquanto; a “Fem 12”, que à semelhança da “Fem 05”, confessa que engordou muito e se sente insegura perante os outros, afirmando mesmo que acha que os outros pensam ser melhores do que ela.

Corroborando o que foi acima supracitado, Augusto (2013) refere que, tendencialmente, as mulheres, comparativamente aos homens, tendem a assumir uma maior responsabilidade e comportamentos mais ativos em saúde, o que justificará o estilo de vida mais saudável.

Já os homens, têm mais dificuldades em autoavaliarem-se e em perceberem quando precisam de ajuda; ou tendem a ter mais dificuldades em assumir que precisam de ajuda como é o exemplo do entrevistado “Mas 02”, que afirma apoiar-se emocionalmente na mulher quando se sente irritado e chateado por não encontrar uma ocupação (referindo-se a um emprego); ou o entrevistado “Mas 07” que afirma saber quando precisa de ajuda, pois já passou por uma depressão, contudo, apesar de haver dias em que está mais em baixo, confessa ser uma pessoa orgulhosa e que só pede ajuda em casos extremos.

Resumindo, no que concerne à saúde, o reconhecimento de problemas físicos ou psicológicos ligados ao desemprego será mais fácil de detetar e assumir nos indivíduos que tenham uma visão menos marcada por estereótipos de género. Nos que adotam uma postura mais tradicionalista encontramos duas atitudes opostas: enquanto as mulheres reconhecem os sinais e sintomas e adotam uma atitude preventiva, os homens tendem a ocultar os mesmos.

Percebemos que o desemprego causou uma quebra nas biografias dos indivíduos, até porque para fazerem qualquer projeção de futuro têm de contar necessariamente com um emprego. De acordo com a revisão teórica e com os dados aqui apresentados, percebemos que se mantém uma dada construção social das masculinidades e feminilidades, a qual, de certa forma, permite ao género feminino se adaptar melhor a esta condição de desemprego, e ao género masculino a ter uma maior facilidade de inserção no mercado de trabalho, já que as propostas de trabalho são maioritariamente destinadas aos mesmos.

## **2.5 Gerindo o desemprego e perspetivando o futuro**

A dimensão *Gerindo o desemprego e perspetivando o futuro* tem como objetivo perceber o planeamento e a construção de objetivos para a vida, isto é, se existe projeção para o futuro.

A procura diária de emprego não é um empreendimento simples. Segundo Guimarães (2009: 163), esta requer uma atenção diária em busca de ofertas que possam corresponder às expectativas dos desempregados. Perante a escassez de vagas ou mesmo o seu rápido preenchimento, a procura tem de ser ativa e constante, uma vez que os requerimentos estão em constante mutação. Dos 12 entrevistados, 8 demonstraram que, apesar das restrições, procuram diariamente emprego, através de consulta de anúncios publicados nas redes sociais, nos jornais (digitais e impressos) e no IIEFP ou por deslocação ou telefonema para o GIP. Só nas últimas semanas, antes das entrevistas, após a autorização do Estado, muitos foram os que se deslocaram a empresas a oferecerem-se para trabalhar. Contudo, dois dos entrevistados, um do sexo masculino e outra do sexo feminino (“Mas 02” e “Fem 05”), foram aconselhados por um elemento do GIP a não continuarem com a procura ativa de emprego, para não serem submetidos a humilhações ou discriminações devido ao fator idade.

Um dos traços mais marcantes dos discursos dos entrevistados (à exceção de um que já foi amplamente mencionado – “Mas 08”) são as estratégias definidas para enfrentarem esta situação de desemprego, dado que o trabalho é que organizava e estruturava o seu dia-a-dia. As rotinas que perderam com o desemprego tiveram um impacto negativo no seu bem-estar, daí se terem reorganizado e substituído essa rotina por outra que, de certa forma, passam por estratégias que procuram assegurar a sua saúde. Esta rotina, esta nova adaptação, mantém estes indivíduos ocupados, não deixando espaço para pensamentos negativos e deprimidos que podem levar a momentos de desesperança, baixa autoestima, desalento entre outros exemplos. As práticas desenvolvidas pelos entrevistados passavam por ocupar o seu tempo livre com: a procura de emprego, uma vez que essa procura os mantém ocupados num determinado momento do dia; encontrarem formas de cultivar um pedaço de terra para consumo próprio ou venda (“Mas 01”, “Mas 02”, “Fem 05”, “Mas 11”); cuidar e dar mais atenção a dependentes (na família), do que são exemplo os filhos (“Mas 02”, “Fem 06”, “Fem 09”), as mães e as avós (“Mas 01”); e há ainda quem se aventure e tente criar o seu próprio negócio numa altura com tantas dificuldades e restrições devido à crise pandémica, como é exemplo a entrevistada “Fem 11”. Para além destas estratégias, que não só ocupam o tempo, como também suprem algumas necessidades básicas, alguns entrevistados referem que dividiram as tarefas domésticas pelos dias da semana como forma de se manterem ocupados.

A construção de um futuro exige mudanças no presente, ainda que as mesmas possam ser difíceis. Estas mudanças permitam aceder a uma trajetória dita normal e aceite em sociedade, correspondendo às expectativas pessoais e sociais, como por exemplo ter um emprego, independência financeira e todas as outras independências que esta gera.

Sabendo que o futuro tende a estar dependente de um emprego que nos dê uma certa segurança económica e estabilidade social, os entrevistados referem que de momento a sua projeção do futuro deriva da sua situação atual, ou seja, abandonaram a projeção inicial que mantinham quando empregados, pois a perda de rendimento veio acrescentar uma preocupação face ao dia de amanhã, o que inibe o indivíduo de projetar o futuro a longo prazo.

É disso exemplo o desempregado de longa duração, que demonstrou ter poucas, se não mesmo nenhuma, perspetivas futuras, alegando que vive bem com os 164 euros do RSI (“Mas 08”, 58 anos e desempregado há 12 anos). A verdade é que a competitividade e as exigências do mercado de trabalho já são muitas e tornam-se incompatíveis para estes indivíduos, que já não têm capacidade de investir na formação e para acompanharem essas novas exigências, pelo que desanimam. Além de que as empresas preferem contratar indivíduos mais jovens por acreditarem que têm mais agilidade comparativamente aos indivíduos mais velhos (Kira e Klehe, 2016).

Nos discursos dos entrevistados, é notória a dificuldade em se envolverem na projeção de um futuro, visto que estes têm sido confrontados com adversidades na sua biografia, o que os leva a

não conseguem pensar a longo prazo. Contudo, mantêm um pensamento positivo, de que são reveladores a grande maioria dos discursos:

“(...) como é uma situação ultrapassável, embora a tendência seja para deprimir, há que pensar positivo e que se vai resolver, e até pode ser uma oportunidade de arranjar algo melhor, (...)” (Mas 01; 29 anos; ensino secundário – 12ºAno; desempregado há 3 meses; UT Operário fabril – empresa de relógios)

“(...) não estou sistematicamente a pensar nisto com pessimismo, percebe? Eu arranjo sempre soluções para manter a cabeça ocupada, neste caso vou tirar o 12ºano e estou ansiosa (...)” (Fem 06; 43 anos; 3º ciclo de escolaridade – 9º Ano; desempregada há 6 meses; UT Operária fabril – Costureira)

## **Considerações Finais**

“Os debates, que sempre marcaram as ciências sociais, e muito particularmente a sociologia, denotam a vitalidade e o dinamismo do complexo empreendimento que é investigar e analisar o social.”

(Augusto, 2014: 6)

A vertente teórica do estudo desenvolvido constituiu um suporte fundamental para a concretização desta investigação de carácter qualitativo, numa fase inicial contribuindo para a definição dos objetivos, depois para a problematização do objeto de estudo e, finalmente, para a análise e discussão dos dados.

Nesta fase final da investigação destacam-se quatro conclusões principais que passamos a enunciar:

- O emprego assume um papel fundamental e regulador na vida dos entrevistados, assumindo-se quase como uma identidade definidora do ser humano em sociedade e constituindo-se como provedor da estabilidade financeira dos mesmos;
- O desemprego afeta a vida dos indivíduos e leva-os a questionarem-se e a pôr em causa as suas próprias capacidades;
- Perante o desemprego, cada indivíduo tende a adotar estratégias que minimizem os efeitos do mesmo, quer seja através da realização de tarefas domésticas ou de projetos de ocupação de tempos livres;
- O género feminino foi quem mais demonstrou capacidade de adaptação à situação de desemprego, ainda que sofra tanto ou mais que o género masculino, o qual demonstra demorar mais a adaptar-se à nova realidade.

De ressaltar que muitas das assunções avançadas em termos teóricos não se verificaram no trabalho empírico, ou pelo menos não com a mesma proporção. Entendemos que um dos principais motivos para isso acontecer se deva ao facto de os indivíduos que participaram neste estudo estarem desempregados há relativamente pouco tempo. Para além disso, o confinamento, resultado do agravamento da pandemia, levou a que estes participantes não sentissem logo os efeitos do desemprego,

uma vez que a dada altura ninguém estava a trabalhar, e como também estavam a receber o subsídio, não houve o mesmo impacto se a realidade tivesse sido outra.

Como destacado, de entre os entrevistados há alguns (a maioria) que estão desempregados há muito pouco tempo, e sabemos que as consequências que são descritas em termos de desemprego têm tendência a aumentar quanto mais prolongado for o período de desemprego.

O emprego é central na vida das pessoas, tal como pudemos concluir pelo discurso dos entrevistados, que viam o emprego como forma de organizarem e estruturarem as suas rotinas no dia-a-dia. Com a quebra do referencial do seu quotidiano, sentiram necessidade de voltar a reestruturar os seus dias e de gerir a situação de desemprego de modo a ganharem uma outra rotina, que os ajudasse a manter e a dar continuidade à vida quotidiana.

As pressões financeiras são o que desencadeia destabilizações na vida dos indivíduos, pelo que o desemprego por si só significa, para além da perda de rendimentos, uma desapropriação e uma “perda de poder de decisão sobre as suas vidas” (Barros, 2009: 96).

Segundo Perista e Baptista (2010: 4-5), a pobreza não é um acontecimento esporádico na vida das pessoas, mas tem uma natureza persistente e longitudinal. No seu estudo, constataram que 54% dos agregados estiveram na pobreza durante três ou mais anos, logo não se trata nem de um fenómeno esporádico nem de um acontecimento pontual, mas sim de apoios pontuais, ou seja, trata-se de um fenómeno que se prolonga no tempo, e de um fenómeno geracional que se manifesta entre as gerações. Com esta informação, e atendendo ao que foi supracitado, queremos sublinhar que embora as políticas redistributivas (apoios que o Estado dá às famílias) sejam fundamentais para o combate à pobreza, não chegam para fazer face a este fenómeno (Perista e Baptista, 2010), terá de haver estratégias para inserir estes indivíduos na sociedade, de forma a que aprendam, organizem-se, e trabalhem, pois só assim será possível fazer face a esta problemática. Provando a mesma ideia, Room (2000: 408) defende, através de uma metáfora (“*Ladder*” e “*Snakes*”), que são os indivíduos que mapeiam as suas trajetórias, as suas vulnerabilidades às catástrofes e as suas oportunidades de felicidade. O mesmo faz ainda referência à existência e distribuição de “*Buffer*” e “*Passports*”, e isso inclui os processos pelos quais os recursos pessoais - incluindo o capital humano - são distribuídos pela sociedade em questão, bem como os vários modos de formação de grupos e relações estruturantes que permitem grupos particulares monopolizar o acesso a recursos e poder e a padrões de provisão de bem-estar. Por fim, refere que se

deve avaliar as maneiras pelas quais as políticas sociais (que não bastam existirem, têm de ser bem implementadas) podem reduzir os riscos de catástrofes e, possivelmente, aumentar as hipóteses de sucesso de quem está mais vulnerável (Room, 2000).

A ideia de ajuda, associada a um assistencialismo, cria nos indivíduos, muitas vezes, uma sensação de descrédito. Na verdade, acredita-se que estas medidas resolvem o problema dos indivíduos desempregados, no entanto, as mesmas não se dirigem às causas do desemprego, nem os dotam os indivíduos de mecanismos que lhes permitam ter uma atitude mais competitiva, mais qualificada perante o mercado de trabalho.

Face ao exposto, os resultados do presente estudo indiciam uma necessidade de estudos mais abrangentes que possam sustentar políticas públicas e estratégias para fazer face aos problemas suscitados pela relação das pessoas com o trabalho. A sociedade, diante das informações analisadas, terá de ter um papel preponderante em minimizar os efeitos do desemprego, que constituem um problema no sistema social vigente.

O desemprego tem também impacto na saúde e bem-estar dos indivíduos. O prolongamento da condição de desempregado faz, muitas vezes, surgir sentimentos de insegurança e ansiedade, que podem desencadear doenças, quer sejam físicas ou mentais. O stresse associado a esta vivência pode aumentar o risco de morbilidade e mortalidade, uma vez que há uma interrupção do papel social de cada indivíduo, gerando instabilidade e rutura. Com a presente investigação, constatámos que há uma propensão ao desenvolvimento de estados psicológicos que poderão conduzir a doenças mentais. Para além disso, também se verificou que a determinação do estado de saúde se relaciona com o gênero, ou seja, as mulheres têm mais tendência para identificar sinais de desequilíbrio mental, procurando ajuda médica ou apoio emocional, enquanto os homens tendem a relativizar esses sinais.

Tendo em conta tudo o que foi afirmado anteriormente, conclui-se que o desemprego é um fenómeno social que deve ser analisado e interpretado de acordo com as vivências individuais de cada entrevistado e atendendo à situação sociodemográfica que os caracteriza. Ainda que haja uma dimensão individual e subjetiva na experiência do desemprego, esta deve ser também compreendida tendo por referência a sociedade onde o indivíduo se insere, se a sociedade for mais tradicionalista a visão de gênero reproduzida será também ela mais tradicionalista.

O gênero influencia a forma de vivenciar o desemprego, quando uma mulher experiencia o desemprego, dedica-se às tarefas domésticas, seguindo as expectativas

sociais, tolerando melhor o desemprego, dado que assume por inteiro um outro papel social. Já o homem, existindo a expectativa de que este seja o provedor e ganha pão, na situação de desemprego vê parte da sua identidade por concretizar. Assim Ribeiro, Coelho e Ferreira-Valente (2015) afirmam que para as mulheres o desemprego reforça o seu papel de doméstica, ao passo que no homem contribuirá para aliviar o trabalho.

Em suma, respondendo aos objetivos deste trabalho de investigação e analisando os resultados obtidos, pode-se considerar que a experiência de desemprego é um fenómeno social influenciado por diferentes condicionantes, que devem ser tidas em conta, quando se faz um estudo como o efetuado neste trabalho.

Há que ressaltar que a presente investigação teve um conjunto de limitações que condicionaram, em parte, a sua plena implementação.

No enquadramento teórico, por existir muita informação relativamente às consequências (negativas) do desemprego no que ao bem-estar dizem respeito, mas não tanto sobre a observação deste fenómeno social à luz da adaptação atendendo à dimensão do género, houve alguma dificuldade na procura, recolha e seleção de informação pertinente e atual, mostrando-se essencial que haja mais investigações sobre este fenómeno atendendo à diferenciação sexual e de género, a partir da perceção dos próprios.

Na realização do estudo, a investigadora também se deparou com limitações para efetuar as entrevistas, já que entrámos num Estado de Emergência, seguindo-se o Estado de Calamidade Pública, o que não permitiu um contacto, mais cedo e direto, com possíveis participantes, nesse período de tempo. O planeamento que tinha sido feito com o IEFP para a seleção e contacto com os desempregados teve de ser alterado e mais tarde, quando as condições de saúde pública já permitiam a realização de entrevistas, os condicionalismos de tempo para a realização da presente dissertação levaram a que não fosse possível obter uma amostra maior e mais diversificada de indivíduos, tendo nós que considerar todas as (poucas) pessoas que se disponibilizaram a participar. Outra limitação verificada, prendeu-se com a entrada e saída de pessoas na sala disponibilizada para as entrevistas, um facto que pode ter interferido na total concentração e no à vontade dos próprios entrevistados. Além disso, deve-se ter em atenção as condições sociais e emocionais destes indivíduos, que fazem com que nem sempre estejam dispostos e recetivos a realizar este tipo de entrevistas. E, quando acedem a participar, muitas vezes, nota-se algum retraimento em falar sobre o assunto, o que levou a que alguns discursos tenham sido repetitivos, uma vez que a diferentes questões havia uma tendência para darem respostas similares.

No que concerne a pistas para futuras investigações, cremos que seria relevante adaptar o presente estudo e investigar o impacto que esta pandemia (COVID19) provocou na forma como os indivíduos lidam e se adaptam ao desemprego. Uma vez que, em paralelo com a revisão da literatura, assistimos a comportamentos diferenciados de quem ficou desempregado fruto da crise pandémica em comparação com quem ficou desempregado por outro motivo que não o mencionado.

Com a presente investigação espera ter-se concretizado todos os objetivos e contribuído para a compreensão dos impactos e implicações do desemprego na vida e na saúde dos indivíduos tendo em conta a diferenciação de géneros.

## Referências Bibliográficas<sup>12</sup>

Aboim, Sofia (2010), “Conjugualidades no masculino: Renegociando poderes e identidades no quotidiano”, em K. Wall, S. Aboim e V. Cunha (orgs.) (2010), *A VIDA FAMILIAR NO MASCULINO, Negociando velhas e novas masculinidades* Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 159-223

Aguiar, Joyce (2017), *O Papel de Género na Experiência do Desemprego de Casais Portugueses e Brasileiros*, Universidade do Porto, tese de doutoramento em Psicologia.

Aguiar, Joyce (2018) “Contribuições do Modelo Bioecológico à Análise do Desemprego sob a Perspetiva Familiar e de Género”, *PSY UNISC*, Santa Cruz do Sul, 13(1), pp.7-18.

Aguiar, Joyce, Abreu, Vinício, Matias, Marisa e Fontaine, Anne (2016) “Reflexões acerca da experiência do desemprego: aspetos positivos e negativos”, *Investigação Qualitativa em Saúde, Aas CIAIQ2016*, 2, pp.468-477.

Aguiar, Joyce, Matias, Marisa, e Fontaine, Anne Marie (2017), “Desemprego, Satisfação com a Vida e Satisfação Conjugal em Portugueses e Brasileiros”, *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 17(4), pp.210-217.

Albanesi, Stefania, e Sahin, Aysegul (2018), “The gender unemployment gap”, *VOX CEPR Policy Portal* (03/01/2018), consultado a 26 de Maio de 2020, em <https://voxeu.org/article/gender-unemployment-gap>

Albuquerque, Carlos, e Oliveira, Cristina (2002) “Saúde e doença: significações e perspetivas em mudança”, em *Millenium*, 25.

Amâncio, Lígia (1994), “Das Diferenças Entre Os Sexos À Diferenciação Social Entre Homens E Mulheres”, em Lígia Amâncio (orgs) *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Edições Afrontamento, pp.17-34.

Amâncio, Lígia, e Wall, Karrin (2004), “Família e Papeis de Género: Alguns dados recentes do Family and Gender Survey (ISSP)” em comunicação CES VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais *A Questão Social No Novo Milénio*.

---

<sup>12</sup> Utilizadas as Normas de Referenciação de Fontes do Departamento de Sociologia

Araújo, Pedro (2006), “Propriedades psicométricas das escalas de bem-estar: PWI, SWLS, BMSLSS e CAS”, *Oficina do CES – Centro de Estudos Sociais* n° 260.

Augusto, Amélia (2013) “Género e Saúde” em Fátima Alves (org.), *Saúde, Medicina e Sociedade: Uma visão sociológica*. Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, pp.29-34.

Augusto, Amélia (2014), “Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência”, *Fórum Sociológico*, (24), pp.1-8.

Augusto, Amélia, Simões, Maria João (2007) “Diagnóstico Social em Concelhos da Beira Interior”, em *Inserções*, UBI-CES, pp.6-14.

Badziak, Rafael e Moura, Víctor (2010), “Determinantes Sociais Da Saúde: Um Conceito Para Efetivação Do Direito À Saúde” em *Revista Saúde Pública*, Santa Catarina, Florianópolis - Brasil, 3(1), pp.69-79.

Bartley, Mel (1994), “Unemployment and ill health: understanding the relationship”, *Journal of Epidemiology and Community Health*, 48, pp.333-337.

Basílio, Nuno, Figueira, Sofia e Nunes, José (2015), “Perceção do diagnóstico de depressão e ansiedade pelo médico de família conforme o género do paciente”, *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, (31), pp. 384-390.

Beck, Ulrich (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage.

Beck, Ulrich, Giddens, Anthony e Lash, Scott (2000) “Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno”, *Oeiras: Celta Editora*.

Bedin, Livia, e Castellá Sarriera, Jorge (2014), “Propriedades psicométricas das escalas de bem-estar: PWI, SWLS, BMSLSS e CAS” em *Avaliação Psicológica*, vol. 13, n2, pp.213-225.

Bianchi, Suzanne, Sayer, Liana, Milkie, Melissa, e Robinson, John (2012), “Housework: Who Did, Does Or Will Do It, and How Much Does it Matter?”, *90<sup>th</sup> Anniversary, Social Forces* 91 (1), pp. 55-63.

Boni, Valdete, e Quaresma, Sílvia (2005), “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais”, *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2 (1), pp. 68-80.

Brinkmann, Svend (2012), “Qualitative research between craftsmanship and McDonaldization. A keynote address from the 17th Qualitative Health Research Conference”, *Qualitative Studies*, 3(1), pp.56-68.

Burgard, Sarah, Brand, Jennie, House, James (2007), “Toward a Better Estimation of the Effect of Job Loss on Health”, *Journal of Health and Social Behavior*, 48, pp.369–384.

Campos, Alexandra (2020) “Até Maio, durante o confinamento, venderam-se mais antidepressivos e menos ansiolíticos” Público (7/08/2020) consultado a 28/08/ 2020 em <https://www.publico.pt/2020/08/07/sociedade/noticia/ate-maio-venderamse-248-mil-embalagens-antidepressivos-menos-159-mil-ansioliticos-1927224>

Campos, Alfredo (2013), “Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: Uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXV, pp. 11-32.

Cantante, Frederico (2018) *O Mercado de Trabalho em Portugal e nos Países Europeus: Estatísticas 2018* Observatório das Desigualdades N<sup>o</sup>1/2018.

Capucha, Luís (2005), “À volta dos conceitos”, *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta Editora, pp. 65-98.

Carapinheiro, Graça (1986), “A saúde no contexto da Sociologia” em *Sociologia Problemas e práticas*, n<sup>o</sup>1, pp. 9-22.

Cardoso, Hugo (2006), “A quantificação do estatuto socioeconómico em populações contemporâneas e históricas: dificuldades, algumas orientações e importância na investigação orientada para a saúde”, *Antropologia Portuguesa*, pp. 247-272.

Casaca, Sara (2010), “Desigualdades de Género Em Tempos de Crise: Um Contributo Para a Reflexão Sobre as Implicações da Vulnerabilidade Laboral”, *Estudos – Sociedade e Trabalho* 41, pp.183-204.

Casaca, Sara (2013), “As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar” em *Sociologia, Problemas e Práticas*, n<sup>o</sup>72, pp.31-52.

Castel, R. (2000), “A precariedade: Transformações Históricas e Tratamento Social”, M., H., Soulet (orgs.), *Da não-integração*, Coimbra Edição Quarteto, pp.21-38.

Clavel, G. (2004) *A Sociedade da Exclusão: Compreendê-la para dela sair*. Coleção Educação e Trabalho Social 4, Porto Editora.

Coelho, João (2012) “Da renovação do trabalho: o futuro por organizar”, *Organizações e Trabalho*, n<sup>o</sup>37-38, pp. 61-72.

Coelho, Lina (2014) "My Money, Your Money, Our Money: Contributions to the Study of Couples' Financial Management in Portugal", *RCCS Annual Review* 6 pp.83-101 em <https://journals.openedition.org/rccsar/546>

Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde (CDSS) (2010), *Redução das desigualdades no período de uma geração. Igualdade na saúde através da acção sobre os seus determinantes sociais*, Portugal, Organização Mundial da Saúde.

Connell, Robert, e Messerschmidt, James (2013), "Masculinidade hegemônica: repensando o conceito", *Estudos Feministas*, 21 (1), pp. 241- 282.

Conrad, Peter, e Barker, Kristin (2011), "A construção social da doença: insights-chave e implicações para políticas de saúde", *Idéias*, 2(2), pp.185-220 em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649322/15877>

Correia, B. (2020), *Políticas de Família em Portugal 2018*, Observatório das Famílias e das Políticas de Família, Lisboa, ICS-UL.

Cruz, Marla (2009), O impacto do desemprego nos níveis de depressão, auto-estima e desânimo-aprendido: estudo comparativo numa amostra de empregados e desempregados, Porto: Universidade Fernando Pessoa, Dissertação de Mestrado.

Dalfovo, Michael, Lana, Rogério, e Silveira, Amélia (2008), "Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico", *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 2 (4), pp. 1-13.

Delicado, Ana e Gonçalves, Maria Eduarda (1997) "Os portugueses e os novos riscos: resultados de um inquérito", in *Análise Social*, Vol XII (184), pp. 687-718.

Dewes, João (2013), *Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: Uma descrição dos métodos*, monografia para obtenção do grau de Bacharel em Estatística, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DGS - Direção Geral de Saúde (2017), *Depressão e outras perturbações mentais comuns*, Lisboa.

Dimas, Inês, Pereira, Marco, e Canavarro, Maria Cristina (2013), "Ajustamento psicossocial, ajustamento diádico e resiliência no contexto de desemprego" em *Análise Social*, 31 (1), pp. 3-16.

Estanque, Elísio (2005), "Classes, precariedade e ressentimento: Mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº71, pp. 1545-1554.

Fernandes, Otilia, e Lopes, Maria dos Anjos (2000), “Corpo, Saúde e Doença: Que representações dos enfermeiros?”, *IV Congresso Português de Sociologia*.

Ferreira, A., Reitzle, M., Lee, B., Freitas, A., Santos, R., Alcoforado, L., e Vondracek, W. (2015), “Configurations of unemployment, reemployment, and psychological well-being: A longitudinal study of unemployed individuals in Portugal.” *Journal of Vocational Behavior* 91, pp.54-64.

Ferreira, Fátima (2020) *Saúde Mental... A Epidemia Oculta*, Prós e Contra emitido a 06/07/2020 ep.25, temporada 18.

Flick, Uwe (2005) *Métodos Qualitativos na Investigação científica*, Lisboa: Monitor.

Freire, João (1993), *Sociologia do trabalho: uma introdução*, Edições Afrontamento.

Giddens, Anthony (2013) *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Goffman, Erving (1963), “Stigma and social identity”, em Erving Goffman, *Stigma – Notes on the management of identity*, London, Penguin, pp. 11-57.

Gonçalves, Amadeu (2006), “A doença mental: determinação individual ou construção social”, *Journal of Education, Technologies, and Health*, (32), pp. 163-168.

Gonçalves, Luana (2008), *Desemprego, trabalho sem proteção social e saúde: uma análise do indivíduo e do contexto*, Universidade de Minas Gerais, dissertação de pós-graduação em Saúde Pública.

Guimarães, Nadya (2009), “A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje” em *NOVOS ESTUDOS* 85, pp. 151-170.

Herzlich, Claudine (2005), “A Problemática da Representação Social e sua Utilidade no Campo da Doença” em *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, vol. 1, nº2 (1991), pp. 23 – 36

Hespanha, Pedro (2002) “Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº63, pp.21-31.

Hespanha, Pedro, e Caleiras, Jorge (2017), “O Labirinto das Políticas de Emprego”, *Cadernos do Observador* 10, Centro de Estudos Sociais (CES) UC, pp. 6-62.

Holmqvist, Mikael (2009), “Medicalization of unemployment: individualizing social issues as personal problems in the Swedish welfare state”, *Work, employment and society* 23(3), pp.405–421.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2020), Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego em destaque informação à comunidade social, em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=415271634&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415271634&DESTAQUESmodo=2)

Jiménez-Guzmán, María (2013) “Effects Of Labor Precarization And Unemployment On Men And On Gender Equity” *Acta Colombiana De Psicología* 16 (2), pp.93-101.

Jin, Robert, Shah, P., e Svoboda, J. (1995), “The Impact Of Unemployment On Health: A Review Of The Evidence”, *Journal List Can Med Assoc J* 153 (5), pp.529-540.

Júnior, Álvaro, e Júnior, Nazir (2011), “A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos”, *Evidência*, 7 (7), pp.237-250.

Kessler, Ronald, Turner, J. Blake, and House, James (1988), “Effects of Unemployment on Health in a Community Survey: Main, Modifying, and Mediating Effects”, *Journal of Social Issues*, 44. No. 4, pp. 69-85.

Kira, Mari, & Klehe, Ute-Christine (2016). Self-definition threats and potential for growth among matured job-loss victims. *Human Resource Management Review*, 26(3), 242-259.

Kovács, Ilona (2004), “Emprego flexível em Portugal”, *Sociologias*, Porto Alegre, 12, pp. 32-67.

Kuhn, Andreas, Lalive, Rafael, e Zweimuller, Josef (2004), *Does Unemployment Make You Sick?* em [http://conference.iza.org/conference\\_files/prizeconf2004/253.pdf](http://conference.iza.org/conference_files/prizeconf2004/253.pdf)

Lalanda, Piedade (1998), “Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica” em *Análise Social*, XXXIII (148), (4.º), pp.871-883.

Larangeira, Sônia (2000), “Apresentação: As transformações do Trabalho num Mundo Globalizado”, *Sociologia*, Porto Alegre, 4, pp.14-19.

Larsson, Marta (2013), “Too old for work, too young for retirement: The psychosocial experience of unemployment among older adults”, Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Psicologia, disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/115049/2/281146.pdf>

Levecque, Katia, *et al.* (2011) “Economic Hardship and Depression Across The Life Course: The Impact of Welfare State Regimes” Em *Journal of Health and Social Behavior*, 52, pp.262-276.

Longhi, Simonetta, Nandi, Alita, Bryan, Mark, Connolly, Sara and Gedikli, Cigdem (2017) Gender and unemployment Analysis of Understanding Society: the UK Household Longitudinal Survey. What Works Centre for Wellbeing em <https://www.voced.edu.au/content/ngv%3A80489>

Ludermir, Ana (2008), “Desigualdades de Classe e Gênero e Saúde Mental nas Cidades”, *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 18 (3), pp. 451-467.

Macedo, Ana G., e Amaral, Ana L. (2005) *Dicionário da Crítica Feminista*. Edições Afrontamento.

Malenfant, Romaine, LaRue, Andrée, and Vézina, Michel (2007), “Intermittent Work and Well-Being One Foot in the Door, One Foot Out”, *Current Sociology*, 55 (6), pp.814-835.

Marques, Ana Paula (2009) *Trajectórias Quebradas: A Vivência do Desemprego de Longa Duração*, Edições Afrontamento.

Marques, Ana Paula (2013) “Reestruturação produtiva e recomposições do trabalho e emprego. Um périplo pelas “novas” formas de desigualdade social em Ciência e Saúde Coletiva”, *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(6), pp. 1545-1554.

Montali, Lilia (2003), “A Relação Família – Trabalho: reestruturação produtiva e desemprego”, *São Paulo em Perspetiva*, 17(2), pp. 123-135.

Montali, Lilia (2006), “Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego”, *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, 23, (2), pp.223-245.

Neves, José (1996), “Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades”, *Cadernos de pesquisas em administração*, 1 (3), pp. 1-5.

Nunes, João (2009) “Saúde, e Justiça Sanitária”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, pp.143-169.

Patel, Vikram, and Kleinman, Arthur (2003), “Poverty and common mental disorders in developing countries”, *Bulletin of the World Health Organization*, 81 (8), pp. 609-615.

Paugam, Serge (2003) *A Desqualificação Social – Ensaio Sobre A Nova Pobreza*, Porto: Porto Editora.

Pereira, José (1987), “Será possível uma nova medicina?”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº23, pp. 185-193.

Perista, Pedro e Baptista, Isabel (2010), “A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção”, *Fórum Sociológico Série II 20 | 2010* A pobreza, pluralidade de olhares e de intervenções

Pinheiro, Letícia, e Monteiro, Janine (2007) “Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental” em *Cadernos de Psicologia do trabalho*, 10(2), pp.35-45.

PORDATA (2020) “Total de Prestações de desemprego”, consultado a junho de 2020, em

[https://www.pordata.pt/Portugal/Benefici%C3%A1rios+das+presta%C3%A7%C3%B5es+de+desemprego+da+Seguran%C3%A7a+Social+no+total+de+desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+\(percentagem\)-709](https://www.pordata.pt/Portugal/Benefici%C3%A1rios+das+presta%C3%A7%C3%B5es+de+desemprego+da+Seguran%C3%A7a+Social+no+total+de+desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+(percentagem)-709)

Quinteiro, Maria da Conceição (2016), “Mulheres e Homens na Situação de Desemprego”, *Anais XII Encontro de Estudos Populacionais* consultado a 13 de Abril de 2020, em [www.abep.org.br](http://www.abep.org.br)

Quivy, Raymond, e Campenhoudt, Luc Van (2008 [1992]) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Grávida.

Ragin, Charles, (2011 [1994]), *Constructing Social Research*, California, Pine Forge.

Reine, Ieva, (2009), *From young to adult: Health consequences of unemployment from a gender perspective*, Umeå, Suécia, Universidade de Umeå, tese doutoramento em Public Health and Clinical Medicine, Family. Medicine.

Ribeiro, Luís (2020), “Corrida aos subsídios de desemprego está a ser das maiores de sempre” *Diário de Notícias* (12/08/2020), consultado a 14 de agosto de 2020, em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/12-ago-2020/corrida-aos-subsidios-de-desemprego-esta-a-ser-das-maiores-de-sempre-12514820.html>

Ribeiro, Raquel, Coelho, Lina, and Ferreira-Valente, Alexandra (2015) *Unemployment And Gender Equality Within The Family In Portugal Ex æquo*, 32, pp. 69-85.

Rodrigues, E., *et al* (1999) “A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal” in *Sociologia – Revista da Faculdades de Letras do Porto*, pp.63-101.

Rodrigues, Elisabete (2011), “Masculinidades e fatores sociais de risco para a saúde: um retrato nacional”, *Saúde e tecnologia*, (6), pp. 24-31.

Room, Graham (2000), “Trajectories os social exclusion: the wider context for third and first worlds” em Gordon, David, Townsend, Peter (org.) (2000), *Breadline Europe: The Measurement of Poverty*, *Policy Press*, pp. 407-439.

Ruquoy, Danielle (1997) “Situação de entrevista e estratégia do entrevistador” em Albarello, Luc *et al*, (orgs) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*.

Santana, Paula (2002), *Proverty, social exclusion and health em Portugal*, *Social Science & Medicine*, Vol. 55, pp. 33 -45.

Schouten, Maria Johanna (2011) *Uma Sociologia do Género*, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Scott, Joan (1995), “Género: Uma Categoria Útil de Análise Histórica” *Educação & Realidade*, 20 (2), pp.71-99.

Segurança Social – Estatísticas, consultado a 21 de agosto de 2020, em <http://www.seg-social.pt/estatisticas>

Setton, Maria, Mauss, Marcel, e Elias, Norbert (2013), “Notas Para Uma Aproximação Epistemológica”. *Educação e Sociedade*, 34, (122) pp. 195-210.

Siegrist, Johannes (2000), “Place, social Exchange and health: proposed sociological framework”, *Social Science & Medicine*, 51, pp.1283-1293.

Silva, L. (2013) “A saúde e a doença transportam a marca do social” in F., Alves (org.), *Saúde, Medicina e Sociedade: Uma visão sociológica*. Lisboa: Pactor, pp. 25-29.

Silvestre, Agostinho, e Fernandes, Luís (2012) “Mutações do trabalho e da pobreza na modernidade avançada”, *Actas do VII Congresso Português de Sociologia*, Universidade do Porto.

Sloan, Denise e Sandt, Arthur (2006), “Gender differences in depression”, *Women's Health*, 2 (3), pp. 425–434.

Strandh, Mattias, Hammarstrom, Anne, Nilsson, Karina, Nordenmark and Russel, Helen (2013), “Unemployment gender and mental health: the role of the gender regime”, *Sociology of Health & Illness* 35, (5) pp.649-665.

Torres, Anália, *et al* (2018), *Igualdade De Género Ao Longo Da Vida: Portugal No Contexto Europeu*, Lisboa Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Valadas, C. (2013), “Mudanças nas políticas: do (des)emprego à empregabilidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 102, pp.89-110.

- Vintém, J., Guerreiro, M., e Carvalho, H. (2008). “Desigualdades de género e sociais na saúde e doença em Portugal” – uma análise do Módulo “saúde” do European Social Survey – 2004”, *VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas*.
- Vinuto, Juliana (2014) “Amostragem Em Bola De Neve Na Pesquisa Qualitativa: Um Debate Em Aberto” *Temáticas*, 22, (44), pp. 203-220.
- Wall, Karin (2010), "Os homens e a política de família", in Wall, Karin, Aboim, Sofia e Cunha, Vanessa (coords.), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 67-94.
- Wall, Karin *et al* (2016) Livro Branco, *Homens e Igualdade de Género em Portugal*. Lisboa Instituto de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, Leitão, Mafalda, Correia, Sónia e Ramos, Vasco (2016), *Relatório 2014-2015: Políticas de Família em 2014 e 2015, Principais desenvolvimentos*, Observatório das Famílias e das Políticas de Família pp.36-40.
- Wilkinson, Richard, e Marmot, Michael (2003), *Social Determinants of Health. The Solid Facts*, 2ed. WHO-E: Copenhaga.
- Zartaloudi, Aphroditi (2011), “What is men’s experience of depression?”, *Health Science Journal*, 5 (3), pp. 182-187.
- Zioni, Fabiola e Westphal, Márcia (2007), “O enfoque dos determinantes sociais de saúde sob o ponto de vista da teoria social” em *Saúde Sociedade*, São Paulo, 16(3) pp-26-34.

# **Anexos**

## **Anexo 1 - Consentimento informado e Declaração**

Este estudo faz parte do percurso de mestrado em “Sociologia; Exclusões e Políticas Sociais” da UBI – Universidade da Beira Interior.

O objetivo deste é compreender os impactos do desemprego na saúde e bem-estar das pessoas desempregadas, procurando perceber em que medida o género é um aspeto que influencia essa experiência.

A sua participação está ligada ao facto de estar inscrito no IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) há pelo menos um mês e por esse motivo:

- frequentar ações de formação, tendo sido indicado/a por alguém que o/a conhece e/ou frequenta ou frequentou alguma dessas ações consigo no concelho;
- e/ou por ter retomado, gradualmente, a procura ativa de emprego junto do GIP (Gabinete de Inserção Profissional)

Deste modo, venho solicitar a sua participação neste estudo, através de respostas às questões que lhe forem colocadas em entrevista, com a duração mínima de uma hora, sendo que não haverá respostas certas ou erradas. Se consentir, a entrevista será gravada, para que depois possa ser transcrita. Será garantida a confidencialidade e o anonimato de todos os participantes. E os dados recolhidos destinam-se apenas para fins de investigação, podendo os resultados da mesma vir a ser apresentados sob a forma de artigos ou outra produção científica.

No decorrer da investigação podem colocar todas as questões relacionadas com a pesquisa, que serão respondidas. Ainda que não se preveja qualquer consequência positiva ou negativa na sua participação, pode sempre desistir a qualquer momento. A sua participação é totalmente livre e voluntária.

Para qualquer outro esclarecimento poderá contactar a investigadora através do telemóvel [REDACTED] e/ou pelo e-mail [REDACTED].

Agradeço desde já a sua disponibilidade e colaboração.

Comprometo-me a assegurar os direitos dos participantes acima enunciados.

A investigadora,

---

(Cátia Sofia Pinto Seixas)

Eu (Nome completo) \_\_\_\_\_  
portador/a do Cartão de Cidadão nº \_\_\_\_\_, residente em  
\_\_\_\_\_, considero-me  
esclarecido/a sobre os aspetos que considero importantes. Fui informado/a acerca do  
direito de a qualquer momento me recusar a participar e de que a minha recusa não  
terá consequências para mim. Foi ainda salvaguardada a confidencialidade e o  
anonimato de todos os participantes. Aceito, por isso, participar no estudo acima  
referenciado.

Declaro para os efeitos previstos no disposto no artigo 13.º do Regulamento Geral de  
Proteção de Dados (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril  
de 2016 (Regulamento Geral Proteção de Dados) prestar, por este meio, o meu  
consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais indicados no inquérito, pela  
a aluna de Mestrado da Universidade da Beira Interior, Cátia Seixas, a qual os usará  
apenas para efeitos de investigação científica no trabalho de final de mestrado no  
âmbito do curso de Sociologia, podendo inclusive os resultados da mesma vir a ser  
apresentados sob a forma de artigos ou outra produção científica.

Declaro, igualmente, que  autorizo /  não autorizo a gravar (áudio) a entrevista.

O/A participante,

---

Fundão, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

## Anexo 2 - Guião de Entrevista

Data \_\_\_\_\_

Entrevista n.º.: \_\_\_\_\_

Início às \_\_\_\_ h \_\_\_\_ m e fim às \_\_\_\_ h \_\_\_\_ m

Duração: \_\_\_\_ h \_\_\_\_ m

Caracterização sociodemográfica dos indivíduos entrevistados:

- Sexo
- Idade
- Estado civil
- Local de Residência
- N.º de elementos do agregado familiar
- N.º de filhos
- Habilitações literárias
- Profissão que exercia (última)
- Tempo de desemprego

1. Para si o que é ser ativo? (explicar se não souber)
2. Qual é, para si, a diferença entre trabalho e emprego? (explicar se não souber)
3. Como perceciona (de que forma entendem o que é) o trabalho e o emprego? E o desemprego?
4. Com que idade começou a trabalhar?
5. Quantos empregos teve desde então e qual é que teve maior duração? E quanto tempo durou?
6. Sentia-se realizado na sua última profissão?
7. Achava que o emprego seria para durar toda a vida? Ou achava que era um emprego temporário / ou que estava em risco?
8. Com o ordenado que recebia, sentia-se orientado para gerir a sua vida?
9. Acha mais importante ter um trabalho ou um emprego? E porquê? Qual a sua importância? (tentar perceber em que medida isso é importante para o seu bem-estar)
10. Como era o seu dia-a-dia antes de se confrontar com o desemprego?

11. O que considera que levou à sua situação de desemprego? (saúde, outros problemas pessoais, ou outros ligados à empresa)
12. O que/como se sentiu quando ficou desempregado/a? Quais foram os seus maiores receios?
13. Como foi recebida e vivida a notícia pelos seus familiares mais próximos?
14. A quem tem recorrido para apoio nesta situação? Sente que tem o apoio de que necessita?
15. Quais foram as maiores alterações na sua vida, desde que ficou desempregado/a? Ou seja, que rotinas manteve e/ou criou após esta situação de desemprego? (como se adaptou)
16. Como é o seu dia-a-dia agora que se encontra no desemprego?
17. Procurar saber há quanto tempo procura emprego, o que faz para procurar, e que respostas tem tido.
18. Sente que a sua aptidão / vocação, estava relacionada com a sua profissão? Porquê? E se não, qual entende ser o aspeto da sua vida que contribui para essa aptidão / vocação? (Pretendo perceber se há ou não uma forte identidade com o trabalho; se a identidade e a personalidade influenciam a experiência de desempregado)
19. Quais são as maiores barreiras com que se depara na procura de emprego? E o que acha disso?
20. Como se sente na situação de desempregado/a?
21. Sente que alguma coisa mudou nos seus relacionamentos devido a esta situação? Pode descrever?
22. Já se sentiu discriminado/a e ou excluído/a devido à situação de desemprego?
23. Sente que a sua saúde, o seu bem-estar foram afetados? Se sim, de que forma?
24. Em relação ao seu estado emocional, como sente que foi afetado pela sua situação de desemprego?
25. Sentiu que, enquanto indivíduo, sofreu algum tipo de alterações de comportamento: lida com situações que antes lhe pareciam ser fáceis e agora não tanto? Como descreveria essas mudanças?
26. Alguma vez sentiu necessidade de procurar apoio médico para ultrapassar sentimentos ligados ao desemprego?
27. Quais são, no seu entender, as suas características pessoais que mais o/a ajudam a lidar com esta situação? E as que mais dificultam?
28. Começou a assumir mais os papéis domésticos ou já assumia antes? Se já assumia, sente que essas tarefas se intensificaram no seu dia-a-dia?

29. Comentar: “É mais fácil para uma mulher estar desempregada do que um homem”. (Caso não obtenha uma resposta clara, colocar a questão 30)
30. Acha que a situação de desemprego é mais fácil de gerir para um homem ou para uma mulher? Porquê

## **Anexo 3 – Sinopse das entrevistas**

		<b>Mas 01</b>	<b>Mas 02</b>	<b>Fem 03</b>	<b>Fem 04</b>	<b>Fem 05</b>	<b>Fem 06</b>
<b>A vivência e a experiência do emprego</b>	<b>Centralidade do emprego</b>	É mais importante ter um emprego, um trabalho é apenas algo que paga contas e de onde vem muito stress e frustração, acaba por afetar em muito a qualidade de vida, enquanto um emprego mesmo pagando as contas trás um sentimento de realização e não é visto como algo frustrante de fazer nem como uma obrigação, mas sim como algo que se tem gosto em fazer e ainda se é renumerado para tal, como toda a gente anseio e procuro que um dia chegue a oportunidade de fazer o que gosto.	Oh então ter um emprego é melhor (...). A gente ter um emprego é bom, mas tem de ser baseado à profissão que a gente tem, que a gente sabe fazer (...) Em que a gente consiga fazer as coisas. Um trabalho é a atividade que se faz, eu no emprego também trabalho, mas eu posso estar a trabalhar na horta e não estar num emprego (ri-se) (...), é preferível ter um emprego porque de lá também tiro dinheiro certinho ao fim do mês, a gente sente-se útil e tem uma rotina...	(...) eu costumo dizer... trabalho é a gente trabalhar e emprego é para aquelas pessoas que não querem fazer nada... eu costumo dizer isso porque nós queremos é trabalho porque num emprego não se faz nada!  Com o trabalho sinto-me realizada.  (...) por um lado fiquei aliviada e livre do stress (...) por outro quer dizer eu tenho despesas e não é com o que recebo do IEFP que substitui o que recebia lá (...). Fiquei stressada (...)	É o que nos dá estabilidade, é o que nos dá segurança no nosso dia-a-dia, por isso é que estou à procura, outra vez, de emprego para mais futuramente ter um trabalho para a vida (...) e ter um futuro... ser independente!	Eu não sei, eu nunca tive um emprego muito..., sei lá, muito bom, porque é assim... tem sido pesado.  Mas a gente habitua-se ao ritmo...	Um emprego é um trabalho... o trabalho implica que a gente se esforce mais... mas no emprego também pode acontecer isso...  Eu gostava muito de lá estar...  Mas (...) é assim, o trabalho era o trabalho e quando uma pessoa sai do trabalho esquece que o mesmo existe... até porque como eu costumo dizer a gente tem outro meio dia!

A vivência e a experiência do emprego	Centralidade do emprego	Mas 07	Mas 08	Fem 09	Fem 10	Fem 11	Fem 12
		<p>(...) É assim para efeitos de, talvez, de estabilidade seja financeira, seja psicológica, um emprego é sempre mais vantajoso que um trabalho. Um emprego, se calhar, garante-nos uma garantia que o trabalho não nos garante. Um trabalho exploratório, quer dizer posso fazer um trabalho agora, posso fazer um trabalho daqui a dois meses enquanto se tiver um emprego é uma coisa mais regular que me garante estabilidade financeira preferencialmente e como lhe disse psicologicamente.</p>	<p>(...) ter um trabalho que a pessoa saiba fazer, consiga fazer e goste de fazer. Um emprego é alguém que é contratado (...) Eu acordava muito cedo mesmo... já não precisava de despertador, já não tinha problema nenhum</p>	<p>Ó não tinha tempo livre com a família, a gente trabalhava sábados, feriados e não temos hora de sair não é? (...) logo era casa-trabalho, casa para dormir (sorri) era atarefado.</p> <p>(...) Eu acho que acima de tudo a pessoa tem de fazer aquilo de que gosta.</p> <p>(...) para mim um trabalho é trabalhar enquanto o emprego, para mim, é (...) ter aquele emprego certinho das 9h às 13h das 15h às 17h, todo limpinho e ordenadinho ao fim do mês, e o trabalho é trabalhar no duro é por exemplo trabalhar numa cozinha, hotelaria, agricultura, tens hora para entrar mas não tens hora para sair. (...) como é o meu caso, e gosto muito dessa rotina e desse stress.</p>	<p>(...) Se quer que lhe diga e falando português corretamente o trabalho é quando faz calos nas mãos como os meus vê? Emprego é o que muita gente quer... estar sentadinha e descansada da vidinha. Eu sou direta... (...) o que não quer dizer que quem tenha emprego não tenha as suas preocupações, mas é diferente...</p> <p>O meu dia a dia era unicamente focado no trabalho (...) Não havia outra hipótese tenho bocas para alimentar, tenho 3 filhos que ainda estão dependentes de mim... tenho de me fazer à vida... tenho contas para pagar.... Nunca tive oportunidade de ver em condições o desenvolvimento dos meus filhos</p>	<p>(...) Vamos lá ver... eu julgo que há diferentes pontos de vista, um trabalho é uma coisa que as pessoas não se veem fazer para o resto da vida (...) uma coisa temporária, para desenrascar e por necessidade. E se calhar o emprego é algo que as pessoas veem como: “eu tenho este emprego e é algo que eu quero manter, uma coisa segura” (...), que até a gente gosta de fazer e vamos desempenhá-lo da melhor forma que sabe. Eu acho que é por aí que vai a diferença entre um emprego e um trabalho.</p> <p>Pela que disse... prefiro então um emprego; algo seguro; algo que goste de fazer e com toda a certeza daria o meu melhor.</p>	<p>Para já faz parte da nossa evolução, da nossa independência e da nossa autonomia e acima de tudo da nossa estabilidade (...) porque à partida estudamos, aprendemos e uma das funções é ir buscar os acontecimentos que adquirimos e partilharmos com os outros...</p>

		<b>Mas 01</b>	<b>Mas 02</b>	<b>Fem 03</b>	<b>Fem 04</b>	<b>Fem 05</b>	<b>Fem 06</b>
<b>A vivência e a experiência do emprego</b>	<b>Relação com o trabalho – Último trabalho</b>	(Realizado com o trabalho) Não totalmente, embora fosse algo que conseguisse fazer já com alguma facilidade, era um processo baseado em repetir continuamente operações, e que estando ligado a acabamento de peças poderia levar com erros de outros, ou até o mau humor de quem controlava o produto final e fazerem cair as culpas sobre mim. Era um trabalho monótono onde controlavam o tempo de execução das tarefas (ou seja a produtividade) que cada um de nós fazia e quanto mais subíamos esse tempo mais controlo havia para de continuar com o mesmo nível.	(...) fiquei muito triste (...) eu gostava daquilo que fazia sabe?  (...) Se não estivesse mal, continuaria lá, mas pronto é a vida...	É assim a nível de trabalho, o trabalho era bom, mas a nível de pessoas, hum (...) epá as pessoas e sobretudo os chefes não prestavam para nada!  (...) mas eu como não sou de me agarrar a nada, eu faria qualquer coisa desde que não esteja parada.	Sentia-me realizada com o que estava a fazer (...), e vi no estágio uma oportunidade de fazer daquilo a minha vida (...) já estava a fazer planos e tudo, para sair de casa e ser independente (...).  Estava a adorar aquele trabalho, sentia-me adulta, sentia-me realizada	Gostava muito de ser talhante, é duro, mas eu gostava (...), andar no campo também é duro e fiz aí vida durante muito tempo (...) não sei explicar.  (...) mas gostava de carregar e descarregar; preparar a carne; falar com os clientes. Era muito bom, e foram 5 anos duros, mas gostava tanto!	(...) sim eu gostava muito de lá estar (...)  (...) é a minha formação por experiência. (...) como disse já tive em outros sítios, mas sempre ligada a esta área (...). Não me vejo a fazer outra coisa (...) mas também se tiver oportunidade em outro sítio eu adapto-me bem.

		<b>Mas 07</b>	<b>Mas 08</b>	<b>Fem 09</b>	<b>Fem 10</b>	<b>Fem 11</b>	<b>Fem 12</b>
<b>A vivência e a experiência do emprego</b>	<b>Relação com o trabalho – Último trabalho</b>	<p>Não, não era um emprego de sonho, não era sequer a minha área.</p> <p>Os primeiros tempos foram difíceis porque saí de uma área completamente diferente e fui para além e não sabia nada do que estava ali a fazer, foi muito difícil nos primeiros tempos (...) e pronto fazia o que fazia única e exclusivamente para ter um rendimento (...)</p> <p>Mas não, não me sentia realizado, realizado sentir-me-ia a fazer aquilo que gosto, num bar, num restaurante... como empregado de mesa, ou barmen, ou como se costuma dizer... pôr as mãos na massa... na cozinha... isso sim estaria a exercer a minha vocação (...) eu formei-me em hotelaria (...).</p>	<p>Gostava muito de trabalhar nas peças e saber que dali ia sair um relógio caro, saber que ajudei a fazer várias peças de artes e que muita gente o usaria (...) era giro, sentia-me bem.</p> <p>Mas implicavam comigo, lá os chefes (...). Por isso ambiente não era bom.</p>	<p>É assim eu gosto desta área. Gosto muito e tenho pena (...).</p> <p>É triste, estou triste.</p> <p>(...) estou lá há uns 20 anos, temos mantido sempre a mesma equipa, sabemos trabalhar uns com os outros, temos os nossos clientes e eu acho que tínhamos tudo para dar certo, mas isto veio complicar (...).</p> <p>Mas pronto é o que lhe digo, eu gosto muito daquilo que faço ao balcão e em pastelaria, mas sim é um trabalho que acaba por ser desgastante, nós hoje em dia para o cliente somos quase que como confidente (...).</p> <p>(...) Mas eu adoro estar a trabalhar, e nisto (...). E sem isto, está a ser complicado para mim.</p>	<p>Sim, da minha parte eu gosto muito de trabalhar com idosos, por isso estava no sítio certo (...).</p> <p>(...) Não, não me conseguia orientar, tanto que eu chegava a pegar às 6h da manhã à cereja até às 13h; das 14h30 até às 22h ia para o trabalho e depois ainda tinha e tenho (sussurra) limpezas, e este ano, este ano foi um descalabro (...)</p>	<p>Sim, sentia-me completamente realizada e adorava o meu local de trabalho, porque também havia espaço para crescer e também tive sorte com o meu patrão (...).</p> <p>(...) já trabalhava lá há 18 anos....</p> <p>(...).</p>	<p>(...) gostava imenso, mas claro que depois, e foi aquilo que falámos, às vezes as situações são tão más que qualquer coisa já é importante apesar de não ser tudo, mas já é importante... neste caso sentia-me realizada porque era a minha área porque estava a fazer o que gostava, mas depois com recibos verdes... em termos de futuros, com os descontos, com os anos de serviço, uma série de coisas que não as temos, mas se calhar às vezes queremos tudo... eu sou assim relativizo um bocadinho as coisas... não se pode ter tudo é um facto.</p>

A vivência e a experiência do emprego	Rotinas que tinham	Mas 01	Mas 02	Fem 03	Fem 04	Fem 05	Fem 06
		<p>Era muito agitado, sempre a correr, era cumprir o horário laboral e depois ter de tratar da minha vida (cuido da minha avó, que está na casa dela, e é preciso certos cuidados diários, e dou muito apoio à minha mãe visto que a sua saúde não lhe permite realizar grande parte das tarefas), sendo que muitas das vezes não conseguia ter sequer um momento de descanso sem ser quando me deitava na cama.</p>	<p>Ó era casa-trabalho-trabalho-casa acho que era normal, a gente está cá para isso, para trabalhar e para irmos pó pé da mulher ao fim do dia.</p>	<p>(...) Trabalho-casa-casa-trabalho, tinha rotinas em casa lavar roupa a loiça essas coisas básicas e normais.</p>	<p>Ó é como toda a gente, eu relaxava aos fins de semana, durante a semana era o trabalho e mais nada. Com o desemprego tenho mais tempo livre, mas é igual fico por casa porque custa gastar dinheiro a sair com os amigos por exemplo.</p>	<p>Ó eu começava às 7 da manhã e ia até às 9 da noite, conforme o trabalho dava, o que havia para fazer... carregar, descarregar, cortar, embalar, não tinha tempo para outras coisas... era um trabalho ativo, um trabalho.</p>	<p>É assim o trabalho era o trabalho e quando uma pessoa sai do trabalho esquece que o mesmo existe... até porque como eu costume dizer a gente tem outro meio dia. E quando se tem filhos e se está sozinha é diferente, por norma aos sábados era a limpeza da casa e os domingos era o dia de passar a relaxá-lo com os filhos. (...) e eu tenho aquela coisa de o trabalho é uma coisa e em casa é outra.</p>

		<b>Mas 07</b>	<b>Mas 08</b>	<b>Fem 09</b>	<b>Fem 10</b>	<b>Fem 11</b>	<b>Fem 12</b>
<b>A vivência e a experiência do emprego</b>	<b>Rotinas que tinham</b>	(...) durante a semana, de 2ª a 6ª feira, o meu dia era única e exclusivamente para trabalhar. Levantava-me ..., lá pelas 6h30 da manhã para ir pó trabalho e passava grande parte do dia lá, almoçava lá e tudo, e quando saía, epá o trabalho era muito cansativo (...) quando chegava a casa era ... tomar banho, jantar e ver um pouquinho de televisão e descansar pó dia seguinte, por volta das 21h já estava na cama. Mas em relação às tarefas domésticas e ao laser ... dirigia-as mais para o fim de semana (...)	(...) Eu acordava muito cedo mesmo e já não precisava de despertador já não tinha problema nenhum.	(...) não tinha tempo livre com a família, a gente trabalhava sábados, feriados e não temos hora de sair não é? Mas pronto é o que lhe digo eu gosto muito daquilo que faço ao balcão e em pastelaria, mas sim é um trabalho que acaba por ser desgastante, nós hoje em dia para o cliente nós somos quase que como confidente... logo era casa-trabalho, casa para dormir (sorri) era atarefado.	(...) eu chegava a pegar às 6h da manhã à cereja até às 13h; das 14h30 até às 22h ia para o trabalho e depois ainda tinha e tenho (sussurra) limpezas, e este ano, este ano foi um descalabro...  Não havia outra hipótese tenho bocas para alimentar (...). (...) e com todo o meu esforço ainda tinha ajuda do RSI...	(...) É assim o horário que o comércio tem não é fácil, nós dizemos que fechamos às 19h mas nunca fechamos às 19h não é? Mas é gratificante. E a maior parte das vezes quando estamos a chegar a casa há quem já tenha chegado às 17horas e já relaxou no sofá (...) se calhar a minha maior terapia era sair do emprego e ir para casa a pé (...) chegar a casa trocar de roupa... e meter-me na cozinha (...). Por isso há coisas que fazia antes de ir para o emprego de manhã outras aproveitava para fazer ao almoço como temos as duas horas (...)	(...) nós vamos organizando-nos (...) E se eu lhe dissesse que quando estava nessa situação (empregada) auspiciava assim um horário das 8h às 17h, assim qualquer coisa...  (...) obviamente que a rotina era diferente, muitas vezes há prioridade... há o chegar a casa e ter que fazer... (refere-se ao levar o trabalho para casa)

	<b>Mas 01</b>	<b>Mas 02</b>	<b>Fem 03</b>	<b>Fem 04</b>	<b>Fem 05</b>	<b>Fem 06</b>
<b>Confrontação com o desemprego</b>	Em parte, aliviado por não estar tão exposto há pandemia, (...) Por outro lado, preocupado porque devido há pandemia a oferta de trabalho ficou muito reduzida devido ao enorme impacto que teve economicamente, o que torna mais difícil a procura de um novo emprego, e mesmo que o encontre ainda existe a possibilidade de um retrocesso a nível pandémico e voltar novamente há situação atual. Ao fim ao cabo é o medo do futuro, do amanhã...comum a toda a gente.	(...) agora sem ele e com o meu filho a entrar na faculdade vai ser difícil...  (...) irritado e chateado (...)	Opá por um lado fiquei aliviada e livre desse stress mas por outro quer dizer eu tenho despesas e não é com o que recebo do IEFP que substitui o que recebia lá. E depois é assim, tenho medo da pandemia, tenho medo de não ser escolhida para um trabalho, mas de resto não estou arrependida de ter assinado. Mas senti e sinto várias coisas que nem sei explicar.	(...)É assim a mim foi uma facada nas costas, porque eu não estava à espera de nada.  (...)	Já contávamos todos com isto assim que eu piorei... mas pronto não deixa de ser triste.	Fiquei muito triste, porque eu estava habituada aquele ritmo. E o ritmo faz falta à gente... não há?! Olhe... temos de esperar.  (...) fiquei mais triste porque eu gostava daquilo... e depois a chef ainda disse se as coisas em setembro ou outubro voltarem a normalizar voltas para lá... mas quando soube ontem que mais uma se foi embora e outra recebeu a carta desanimei logo... aquilo se melhorar é só para o ano e não será no início...

	<b>Mas 07</b>	<b>Mas 08</b>	<b>Fem 09</b>	<b>Fem 10</b>	<b>Fem 11</b>	<b>Fem 12</b>
<b>Confrontação com o desemprego</b>	<p>O primeiro pensamento que me surge é como é que vou organizar a minha vida em matéria de despesas agora? Porque independentemente de ter trabalho ou não as despesas continuam a surgir mensalmente e a minha primeira preocupação é a parte financeira independentemente de ter uma reserva ou não, essa reserva não dura para sempre e uma pessoa não sabe quanto tempo irá ficar desempregado e infelizmente sabemos que o subsídio de desemprego não é nada por aí além.</p>	<p>(...) É assim eu apanhei uma grande depressão porque aconteceu tudo junto foi o divórcio foi o ficar sem emprego...</p>	<p>(...) Foi uma profunda tristeza (<i>emocionada e pausa longa</i>). (...) Ai, é o medo de... sempre o amanhã... (...) tenho medo é de não estar ocupada (<i>novamente emocionada</i>). (...) O maior receio é o futuro, é a incerteza mas acho que é comum a toda a gente não é?</p>	<p>(<i>Mostra-se indignada, embora soubesse do desfecho de 1 dos empregos...</i>)  (...) neste momento estou sem os 3 trabalhos e se estivesse a receber do centro de emprego e por fora era o descalabro total (<i>dando a ideia de que ainda faz uns trabalhinhos, e confidenciou, ao fim da entrevista, que continua a fazer limpeza nos prédios ainda que não seja declarado, por isso não quis que esta parte ficasse gravada</i>).</p>	<p>(...) quando o meu patrão me falou que a loja iria fechar foi um choque e andei 15 dias que andei sem contar a ninguém... só mesmo ao meu marido mas eu não conseguia, sentia-me esquisita, sentia-me estranha, sentia-me um bocadinho perdida</p>	<p>(...) o que me passou pela cabeça foi 'E agora o que vou fazer?' 'Isto tem de mudar, não posso estar assim sempre'... pronto foi um bocadinho a necessidade de continuar a ter um contacto, a ter a rotina, a ter a minha independência e até mesmo não perder a socialização, e senti isso... porque inevitavelmente a gente fechasse um bocadinho, e centramo-nos só em nós em certos períodos... acabamos muitas vezes por perder um pouco o sentido de unidade.</p>

		<b>Mas 01</b>	<b>Mas 02</b>	<b>Fem 03</b>	<b>Fem 04</b>	<b>Fem 05</b>	<b>Fem 06</b>
<b>Confrontação com o desemprego</b>	<b>Relações sociais e Redes de apoio</b>	<p>(A notícia foi recebida pelos familiares) Com alguma tristeza, mas como tenho vindo a dizer, com a pandemia sentiram também um alívio. Ao saberem que estou em casa e não corro o dobro do risco nem de ser infetado nem de infetá-los ... é um misto de emoções pelo que a notícia não foi recebida com a tristeza se fossem outros tempos.</p> <p>(...) A família e namorada (...) têm conseguido apoiar psicologicamente.</p>	<p>(...) A minha mulher trabalha e também ajuda a conseguirmos orientar as coisas...</p>	<p>Os amigos que me são mais próximos são mesmo as minhas colegas de lavandaria que até me pediram para não assinar,</p> <p>a minha família não sabe... ainda não disse talvez por vergonha... ainda estou a tentar perceber se fiz bem em assinar ou não... e se não... pronto não quero que entendam que fui burrinha... mas pronto o que é certo é que senti de certa forma um alívio quando saí daquele ambiente... embora tudo o resto me faça falta... olhe se quer que lhe diga nem eu me entendo...</p>	<p>Ó já não tenho contacto com os meus colegas...</p>	<p>(...) na aldeia temos pouca gente, não se fala com ninguém e eu no talho tinha os colegas e os clientes...</p>	<p>(...) depois fiz novas amizades, amizades daquelas mais próximas e ficar agora no desemprego foi tipo óóó</p> <p>(...)</p> <p>O que me dá força para lidar também com isto são os meus pilares, os meus filhos...</p>

		<b>Mas 07</b>	<b>Mas 08</b>	<b>Fem 09</b>	<b>Fem 10</b>	<b>Fem 11</b>	<b>Fem 12</b>
<b>Confrontação com o desemprego</b>	Relações sociais e Redes de apoio	É assim da parte dos elementos que me são mais próximos existiu uma preocupação, mas também é como lhe digo, os problemas são tantos para tanta gente que por mais que as pessoas queiram ajudar, prestar qualquer tipo de apoio, essas próprias pessoas se calhar também precisam de algum tipo de apoio portanto torna-se um pouco ambíguo (...) sou daquelas pessoas que com a minha experiência de vida, o que eu encaro hoje em dia é que os nossos problemas, e falo de mim próprio, os meus problemas terei de os resolver independentemente de ter ajuda externa ou não. Sou eu sempre que os terei de os resolver.	Falha muito, querem mandar em mim como se fosse um garato (...) a minha mãe parece que ainda sou pequenino cada coisa que eu faça repreende-me ela às vezes vem cá passar uns dias a minha casa e quando não está aqui vai para a minha irmã.	(...) o meu marido, que é o oposto de mim ( <i>sorri</i> ) ele diz que o amanhã vai sempre melhor que hoje, ele é e sempre foi o mais positivo...  (...) e acho que é nestas alturas que vimos de facto quem são os nossos amigos... e são muito muito poucos (...) é triste ver que nem há um telefonema (...), percebi que quem se diz amigos não os considero depois disto (...) “tu já viste quantas chamadas é que eu já tive?” tive apenas uma, e era a pessoa que eu menos esperava... (...)	Bem tenho tido várias amigas...  (...) e tenho amigas psicólogas que são fantásticas e ainda enfermeiros que andam quase sempre em cima de mim no bom sentido...	É assim, da minha parte, da minha família... a minha irmã sabe mas não contei aos meus pais...  <i>(Refere-se mais à família – marido, filhos e irmã – como suporte de apoio)</i>	Tive e tenho sorte de os meus pais terem me proporcionado um curso, (...) mesmo desempregada tive a possibilidade de não parar definitivamente com o contacto com o conhecimento, com a formação... (...) eles impulsionavam isso, motivavam-me (...) tenho a sorte de os ter porque como calcula até a nível financeiro <i>(vive com os pais, não tem de suportar despesas, segundo a entrevistada)</i>

		<b>Mas 01</b>	<b>Mas 02</b>	<b>Fem 03</b>	<b>Fem 04</b>	<b>Fem 05</b>	<b>Fem 06</b>
<b>Impactos na saúde e bem-estar</b>	<b>Alterações de comportamento</b>	Sinceramente não (não <i>sentiu alterações</i> ), talvez por ainda estarmos nesta fase... e de ainda ser muito recente.	(...) essa pressão ... não me sobe à cabeça só fico irritado e chateado, mas depois passa e sigo em frente.	(...) isto diariamente ( <i>procura ativa de emprego</i> ) não é fácil isto afeta-me e não se preocupe de eu estar a chorar porque eu sou assim costumo dizer que dava uma boa atriz de chorar (...) isto mexe connosco embora sinta aliviada por ter saído dali... olhe como disse é um misto.	Ó só fiquei irritada pelo facto de querer construir a minha vida, ser independente, de resto tudo bem	(...) há dias, há dias em que estou muito triste como lhe disse e também há aquela vontade de chorar. (...) Ó parece que já não falho nada com 63 anos, fazem-me sentir muito velha... e há dias que estou cansada não sei do que mas estou... e talvez aí o meu comportamento tenha mudado porque deixo de ter vontade de fazer algumas coisas, (...) nem sei...	(...) Mexe muito comigo a nível emocional, mas também é um incentivo, o mandar currículos, (...). Mas, (...) fiquei mais triste porque eu gostava daquilo...

		<b>Mas 07</b>	<b>Mas 08</b>	<b>Fem 09</b>	<b>Fem 10</b>	<b>Fem 11</b>	<b>Fem 12</b>
<b>Impactos na saúde e bem-estar</b>	<b>Alterações de comportamento</b>	(...) com o passar dos dias começasse a tornar um pouquinho tortura psicológica onde os dias são todos iguais uma pessoa acorda de manhã vai ao café bebe café depois vê umas ofertas de trabalho na internet tenta responder a uma ou duas onde umas obtenho resposta e outras não obtenho e isto se uma pessoa for fraca psicologicamente pode levar a uma depressão, falo por experiencia própria porque já la tive dois anos e não é fácil lidar com este tipo de situação.	(...) Uma vez a medica tentou dar me a reforma antecipada e ela própria tirou uma data de fotocopias e deixou me la na sala e depois veio e disse “eh afinal não dá eu pensei que desse mas tu ainda és muito novo”... talvez quando fizer 61 anos...  <i>(Este entrevistado demonstrou um discurso confuso e distorcido, e deu para entender que já há uns bons anos que é seguido por um especialista.)</i>	Sim, nós mudamos... ficamos mais... às vezes parecemos bipolares... estamos bem e depois já estamos mal. Estamos irritados, não estamos bem, não estamos no sítio que queríamos.	Sim e é normal, estou impaciente... eu pago 150 euros de renda, tenho 3 bocas para alimentar, eu pago água, pago luz, pago tudo... eu quero tirar a carta de condução e não consigo... por isso é normal andar sem paciência e ver que não dou conta dos recados e até alguns sonhos que tenho com o da carta....	O que mudou mais em mim, sei lá... foi aquela sensação de... eu tenho filhos, o peso da responsabilidade daí eu não posso falhar e até aqui eu não me tinha visto nesta situação, nesta pressão, ..., sempre trabalhei... (...) foi o sentir que de certa forma eu passei uma vida naquela loja ..., a convivência com os clientes... de certa forma os anos vão passando e não olhamos para os clientes só como clientes, de certa forma nós estamos ali, e ali acontecia muito, cria-se uma amizade e também pela parte da preocupação	Quando fiquei desempregada, tentei logo imediatamente ocupar-me com formações etc, e isso deu me alivio no sentido de estar ocupada e de estar a fazer alguma coisa... que estava habituada a fazer, tive essa sorte, de estar em contacto com a formação com o conhecimento mas como digo felizmente tive essa sorte...

		<b>Mas 01</b>	<b>Mas 02</b>	<b>Fem 03</b>	<b>Fem 04</b>	<b>Fem 05</b>	<b>Fem 06</b>
<b>Impactos na saúde e bem-estar</b>	Procura de ajuda	(...) como é uma situação ultrapassável embora a tendência seja para deprimir há que pensar positivo e que se vai resolver, e até pode ser uma oportunidade de arranjar algo melhor, além de que a rotina que mantinha fora do horário laboral, mantenho-as na mesma... estou sempre ocupado...	(...) A quem tenho recorrido? Ninguém, eu recebo o subsídio, graças a Deus nunca precisei de pedir comida, nunca nos faltou nada, mas se pedisse coitado do meu garoto acho que nem comia envergonhado...mas a gente tem de conseguir orientar bem o dinheirinho se não, não consegue. A minha mulher trabalha e também ajuda a conseguirmos orientar as coisas, mas atenção nunca passamos fome.	(...) Não, eu já sei o que é uma depressão porque já a tive por isso é que eu sou assim chorona, e sei quando é que estou mal para ir ao médico e não é para já o caso, estou bem mas é óbvio que nos sentimos mais em baixo, mas a nível emocional e lidar com toda esta situação sinto que estou a dar conta do recado por assim dizer. Eu não quero me encher de medicamentos prefiro chorar porque passa e daqui pouco já estou boa.	(...) ainda sou capaz de me controlar, não entro em stress e isso.	<i>A nível de saúde:</i> Não, nem melhorei, nem piorei... e as minhas pernas não têm melhoras e foi o que os médicos já me disseram... já fui operada às pernas e já não têm solução. Vou indo...  <i>A nível do bem-estar:</i> Ó tenho dias, há dias que não estou lá muito bem, estou mais triste, com vontade de chorar... eu ando lá no meu médico de família e ele é que me segue.	(...) Fico triste, porque fazem-me acreditar que sou velha e quer dizer 43 anos puxa eu considero-me nova e ninguém me dá essa idade... afeta-me um pouquinho e não me deixa afetar muito também por causa dos miúdos então não estou sistematicamente a pensar nisto com pessimismo percebe? Eu arranjo sempre soluções para manter a cabeça ocupada, neste caso vou tirar o 12ºano e estou ansiosa já deu para perceber (ri-se).  O que me dá força para lidar também com isto são os meus pilares, os meus filhos...
		(...) Não ( <i>não sentiu ou procurou ajuda</i> )	(...) Não, isso não ( <i>não sentiu necessidade de procurar apoio médico</i> ), eu tenho a minha mulher... apoia-me				

		<b>Mas 07</b>	<b>Mas 08</b>	<b>Fem 09</b>	<b>Fem 10</b>	<b>Fem 11</b>	<b>Fem 12</b>
<b>Impactos na saúde e bem-estar</b>	<b>Procura de ajuda</b>	<p>(...) Não é que eu esteja numa situação desesperante, mas tentei, até para me conseguir orientar, recorrer ao apoio alimentar (...)</p> <p>mas infelizmente... não terei direito a ele.</p> <p>(...) ... eu tento estar informado. Mas eu também sei que sou uma pessoa orgulhosa (...). (...) tento levar as coisas sozinho.</p> <p><i>A nível de saúde:</i></p> <p>(...) ninguém sabe o dia de amanhã, ninguém sabe o que poderá vir a acontecer amanhã. E mais uma vez com a experiência que eu tenho com a única depressão que tive que não foi fraca foi muito difícil de a superar... (...) posso ter um break e escorregar...</p>	<p>(...) Não, não, não tenho recorrido a ajudas, tenho me governado com os 164 euros que me dão com o RSI.</p> <p><i>A nível de saúde:</i></p> <p>Eu vou lá muita, muita vez (<i>ao médico</i>)... Agora não tanta vez só em casos urgentes, a médica por causa do COVID cancelou as consultas. (...) Ando sempre com a tensão a quase 20 e a médica sabe o porque e sou medicado para controlar, e a medicação é cara nem há genérico.</p>	<p><i>A nível de saúde:</i></p> <p>Não, eu já tinha e sou seguida, a minha saúde e como disse o meu bem-estar foram afetados ainda mais com tudo isto mas pronto estou a ser seguida e meu marido também me apoia e puxa-me para cima.</p>	<p>Tenho apoio na alimentação, e é aqui que venho... aqui toda a gente tem sido espetacular comigo e informam-me de tudo, têm todos sido incríveis e se há pessoas boas... encontramos-las aqui (<i>emocionada</i>). (...) Se eu preciso de ajuda, se eu estou aflita eu venho aqui, sou bem recebida e sou bem reencaminhada...</p> <p>(...)</p> <p>A nível emocional não estou nada bem, mas tento não dar muita importância a isso se não ainda fico pior.... E eu sei que não há mal nenhum pedir ajuda até porque tive e tenho uma grande depressão a gente quando entra numa nunca se sai...</p>	<p>(...) O meu marido também recebia (<i>pelo IEFP</i>) mas graças a Deus voltou aos correios, a única coisa que fizemos foi pedir a moratória em relação à prestação da casa, por isso o facto de não estarmos a pagar renda de casa é uma mais valia, entreguei a casa de coimbrã onde estava a minha filha</p> <p>Falei com o senhorio e foi impecável e só ali reduzi logo 2 despesas por isso até agora tem dado.</p> <p><i>A nível de saúde:</i></p> <p>Em termos de depressão, que é o que mais se ouve falar não, estou bem. Aliás, antes do estado de emergência e sendo um grupo de risco... por acaso tive sorte... receitou-me... uma vacina da pneumonia que eu nunca tinha levado (...) a partir daí pronto.... Estou bem.</p>	<p>(...)</p> <p>É assim a gente tem de se adaptar, é evidente que, e isto é uma opinião de julgamento, muitas vezes as coisas acontecem porque</p> <p>(...) acabamos por nem sempre pensar no dia de amanhã... eu neste momento tenho a noção perfeita que não tenho condições para comprar uma casa.</p> <p><i>A nível de saúde e bem-estar:</i></p> <p>(...) esteticamente engordei muito. Fora isso (...) acabo por sentir-me insegura (...), sou muito insegura e acabo por pensar que os outros são sempre melhores o que sei que não é bom, e muitas das vezes acabo por estar-sempre a pensar 'será que to a fazer bem, que to a fazer mal', mas com o tempo acaba por dissipar.</p>

Estereótipos de género	Estratégias para lidar com o desemprego	Mas 01	Mas 02	Fem 03	Fem 04	Fem 05	Fem 06
		<p>Consigo realizar os meus afazeres pessoais com mais calma e sem andar sempre a correr, embora de início mais limitado devido há situação atual em que procurava limitar ao máximo qualquer tipo de saída, tendo agora tempo de lazer algo que raramente tinha anteriormente.</p>	<p>(...) ó a gente faz isto e faz aquilo, mas não pode trabalhar em lado nenhum... que a gente sabe que não pode trabalhar e isso é óbvio, se formos apanhados é tramado... mas ajudar uma pessoa aqui ou ali é normal, não é? À troca de ajudar dão uma coisinha aqui e ali não é dinheiro certo? Não há dinheiro, o único dinheiro que há é o do subsídio e o da mulher. E não é com 26 euros que recebo do garoto que fico mais rico, mas pronto.</p>	<p>Ó, agora estou mais tempo em casa né? E como andamos em obras e não sei quê e não sei quantos eu até me mantenho ocupada a fazer coisas diferentes e até divertidas embora a gente também gaste algum. Logo, ainda nem dei conta do tempo passar, tenho a cabeça ocupada. Limpo mais já que agora também ando a pintar... bem a gente entretém-se, temos sempre que fazer.</p>	<p>Nesta altura tento dar uma vista de olhos no PC e procurar emprego, também aproveito para limpar a casa com mais vagar e também sou bombeira voluntária do fundão passo agora lá mais tempo logo ocupo mais esse tempo livre digamos... Pronto e é assim.</p> <p>(...) intensificou-se às vezes limpo o que está limpo como a minha mãe diz.</p>	<p>Estou mais parada embora não possa andar muito que tenho o problema nas pernas... mas vou andando, faço umas caminhadaszinhas... (...)</p> <p>Agora é a minha casa, a minha vida. Tenho uma hortinha passo lá a manhã e, à tarde ando por casa que há sempre que fazer se não invento...</p>	<p>Ó agora tenho tempo para tudo e mais alguma coisa (<i>ri-se</i>), tento sempre entreter-me para não pensar nisto e ir-me abaixo. E passo mais tempo com os meus filhos que também estão de férias, para já (...) tentei manter tudo na mesma... quando tive no layoff aqueles dois meses é que fiz uma limpeza mais a fundo e desinfetei tudo, a minha casa ficou tão limpa (...)</p>

		Mas 07	Mas 08	Fem 09	Fem 10	Fem 11	Fem 12
Estereótipos de género	Estratégias para lidar com o desemprego	Tento ao máximo socializar porque acho que é uma coisa muito importante na nossa vida. Apesar de perceber que não consigo socializar muito porque as pessoas com quem socializo também estão a trabalhar (...) tento vir ao café um pouquinho, mas eu (...) sou uma pessoa que não sai muito(...) fico (...) mais em casa com a companhia da minha gata (...) Oh agora ( <i>as tarefas de casa</i> ) torna-se mais uma rotina... antigamente, (...) eram destinadas ao fim de semana que era mesmo o único tempo que tinha para isso, hoje em dia como tenho mais tempo (...)	Saiu, vou conversar com os amigos. E já estou habituado a tratar da casa.	Eu não criei novas rotinas em casa, porque eu não gosto de estar em casa... saio mais é certo, faço mais caminhadas, já hoje vim ao fundão duas vezes e voltei à aldeia mas prefiro andar assim com a cabeça ocupada, mas quanto as tarefas domésticas tenho dito que agora até limpo o que está limpo ( <i>sorri</i> ) acho que vou gastar o chão...	(...) não criei nada ando muito preocupada com a escola, pronto... preocupação de tudo mas estando tudo orientado terei tempo para mim, para criar outras rotinas. Mas eu não sou passarinho de gaiola, não sou de casa... e estando sem trabalho já começo a trepar as paredes. Aliás os meus filhos estão fartos de dizer que “mãe estás velha e não te aturamos e desde que estás desempregada Deus te livre” ( <i>ri-se</i> ) dizem mesmo que estou horrível, (...) ...  Lavar loiça sou uma autêntica máquina (...) os meus filhos lá veem se estou desempregada alguma coisa tenho de fazer... passar a ferro desisti (...) e se têm ( <i>filhos</i> ) porte para uma coisa tem para outra, se querem, que passem.	Nunca deixamos a nossa rotina de irmos de manhã às 8h beber o nosso cafezinho. Eu disse ao meu marido vamos manter a rotina porque eu não estou habituada a estar enviada em casa um dia inteiro... (...)  se era preciso fazermos compras (...) íamos os dois e depois vínhamos os dois. E depois a minha sogra tem uma quinta e então íamos de vez enquanto para a quinta à tarde íamos desanuviar a cabeça e também tem aquele espaço para andar, respirar aquele arzinho é tão bom... a quinta é ao pé da serra... e pela primeira vez fizemos uma horta, por isso é que eu digo há coisas que vieram acrescentar um sabor tão agradável nas nossas vidas... ( <i>sorri</i> )	Antes deste CEI + ( <i>recente</i> ) não tinha qualquer atividade estava em casa e o que estava a dizer é que de facto muitas das vezes não sentia, não pensava nisso porque ocupava-me (...) porque tinha necessidade de ter um horário, de ter uma remuneração, sair de casa, até ir ter com outras pessoas... sentia falta de tudo o que uma pessoa empregada faz, somos mais ativos e convivemos muito mais.  Descobri estas formas de ocupação, o CEM+ ainda que esteja no desemprego (...) É assim, esta situação de desemprego é uma maneira de motivar, se bem que não sei se é o termo correto, mas proporcionou-me mais vontade
		conforme me apetece, (...) vou fazendo até para ocupar a minha cabeça.					

<b>Estereótipos de género</b>	Perspetiva (experiência/atitude) de género MENOS tradicionalista, logo mais igualitárias	<b>Mas 01</b>	<b>Fem 03</b>	<b>Mas 07</b>	<b>Fem 10</b>	<b>Fem 11</b>	<b>Fem 12</b>
		<p>No meu entender, sendo homem ou mulher é igual, não se trata de género mas sim do psicológico de cada pessoa, conforme existem homens que se vão muito a baixo com a situação (...), existem mulheres que (...) não se deixam ir a baixo e lutam por reverter a situação, como existe o contrário, (...). Eu sinto que estou a lidar bem, não é algo agradável, mas há sempre que fazer, há as tarefas de casa, há o cuidar da avó e da mãe, há o ir à quinta e há espaço para o lazer e procura ativa de emprego...</p>	<p>(..) isso tem a ver com a mentalidade da pessoa, tem a ver com a pessoa em si. Tal como há mulheres a ficarem debilitadas com a situação também há homens. Isso era antigamente e talvez as pessoas mais velhas seja mais fácil para uma mulher porque trata da casa está ocupada e o homem não saberá o que fazer. Agora (...) jovens no desemprego e essa mentalidade do antigamente não se aplica, o que uma mulher faz em casa o homem também o faz se tiver de ser por isso não há quem lide melhor com a situação (...) depende sim é da pessoa.</p>	<p>eu acho que isso não tem a ver com o género mas sim com a pessoa em si, não é por (...) voltarmos à 100 anos atrás e ... a mulher é mais sentimental (...) do que para um homem que é mais forte psicologicamente..., eu não considero isso porque para mim as mulheres muitas vezes são mais fortes psicologicamente do que os homens e (...) vice-versa (...) ora vemos mulheres a pedir ajuda como homens a pedir ajuda... tal com vimos mulheres a encontrar mais facilmente emprego como homens (...) depende se a pessoa é ativa ou não (...)</p>	<p>(...) Isso depende da pessoa porque há homens e há homens e há mulheres e há mulheres. E há homens que para eles o ideal é a mulher estar em casa... eu penso assim isso depende da garra, da força de cada um em enfrentar o desemprego.</p>	<p>Eu julgo que isso tem a ver com a nossa personalidade, com a nossa forma de encarar os problemas. Por exemplo, hoje em dia, há muitas casas onde os homens fazem as lides doméstica... não é muito falado e acho porque ainda há vergonha de o dizer.... Eu conheço muitas casas em que os maridos é que cozinham e fazem muitas coisas. Agora eu acho que vai muito das pessoas, e o fator idade também condiciona a forma como lidamos com a situação (...)</p>	<p>(...) isso do homem ter de trazer o sustento para casa já lá vai muito tempo (...)</p> <p>eu acho que hoje em dia, na minha perspectiva, já não há assim tanta diferença, não deverá haver ou não terá de haver (...) eu acho que se calhar as coisas estão um pouco iguais e se calhar estou a ser um pouco utópica (...) não são homens ou mulheres.... São pessoas desempregadas que tentam enfrentar esta questão à sua maneira...uns com mais dificuldades outros nem tanto (...)</p>

		<b>Mas 02</b>	<b>Fem 04</b>	<b>Fem 05</b>	<b>Fem 06</b>	<b>Mas 08</b>	<b>Fem 09</b>
<b>Estereótipos de género</b>	Perspetiva (experiência/ atitudes) de género MAIS tradicionalista	É correto quando dizemos que a mulher se ocupa em casa mesmo que não trabalhe, mantem se ocupada é isso não é? Mas vejamos, é assim no dia de hoje, o homem se quiser também tem que fazer em casa, antigamente não. Porque antigamente o homem era o sustento da casa e a mulher a escrava é assim que se diz menina, todos nós temos de ser conscientes, ter cabeça. (..) E eu não penso nisso, por exemplo fazer comida eu faço o que for preciso e olhe que a fazer sopa faço melhor que a minha mulher (ri) e do que muita gente.	No meu ver a parte masculina tem mais facilidade de lidar com isto, porque eu vejo que eles tem mais propostas de emprego (Sapador, transporte de mercadorias entre os exemplos que parecem não acabar) e como tem mais ofertas não estarão tanto tempo nesta situação logo eles lidam melhor com isto (..)	Em certas coisas é mais fácil para eles (encontrar emprego), porque .... Para manter a casa tem de ser o marido a trabalhar, se fosse o meu marido a ficar sem trabalho ui não aceitava assim o desemprego ficava doido, eu ainda me entretenho em casa e na horta... embora nas aldeias os homens tenham sempre que fazer nas fazendas...	A mulher tem mais tempo em casa, tem mais tarefas e se calhar o homem já não, já fica a bater mal porque não tem nada que fazer... e não se sabe organizar e se for casado e com filhos acho que é pior, se for solteiro é provável que ainda esteja com os pais (sorri), não sei, acho que eles tem mais dificuldades... nós somos mais desenrascadas e temos sempre que fazer nem que seja a limpeza geral e gastar a casa...	Os homens sofrem muito mais (...)	(..) nós conseguimos arranjar mais coisas que fazer do que eles não é? Eles ainda ficam mais parados, não é?

